



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ELISAMAR SILVEIRA DE SOUSA**

**AMAZÔNIA ATLÂNTICA:**  
implicações socioespaciais da indústria de pesca no Nordeste Paraense

BELÉM/PA  
2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ELISAMAR SILVEIRA DE SOUSA**

**AMAZÔNIA ATLÂNTICA:**  
implicações socioespaciais da indústria de pesca no Nordeste Paraense

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr.

BELÉM  
2012

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

**Sousa, Elisamar Silveira de**

Amazônia atlântica: implicações socioespaciais da indústria de pesca no nordeste paraense / Elisamar Silveira de Sousa; orientador, Saint-Clair Cordeiro da Trindade. - 2012.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

1. Indústria pesqueira - Bragança (PA). 2. Pesca - Aspectos econômicos - Bragança (PA). 3. Pesca - Aspectos sociais - Bragança (PA). 4. Pescadores. 5. Amazônia. I. Título.

**CDD - 22. ed. 338.3727098115**

**ELISAMAR SILVEIRA DE SOUSA**

**AMAZÔNIA ATLÂNTICA:  
IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA INDÚSTRIA DE PESCA NO NORDESTE  
PARAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH - UFPA), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**DATA DA DEFESA:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012

**CONCEITO:** \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

**Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Orientador–PPGEO/UFPA)**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes (Examinador Interno–NAEA/UFPA)**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dra. Maria Cristina Maneschy (Examinadora Externa-PPGCS-UFPA).**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dra. Maria Goretti Tavares – (Suplente–PPGEO/UFPA).**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

À esposa Célia e ao amigo Francisco Luciano.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela alegria da vida e por permitir chegar até aqui.

A todos os familiares, que em todos os momentos de alegria e de dificuldades sempre estiveram ao meu lado, em especial aos meus irmãos e à minha cunhada Leila. A Lucinelma e meus sobrinhos João Paulo e Ana Paula, que foram muito importantes nos momentos iniciais do curso. À minha mãe, que desde muito me mostrou o caminho que deveria percorrer.

Ao Matheus e ao Marquinho, pela compreensão nos momentos de ausência.

A todos os colegas do mestrado, em especial ao Sandro e ao Luís Lafontaine.

Ao professor Saint-Clair, pela cobrança, pois sem a mesma certamente não conseguiria percorrer este caminho.

À comunidade de Bacuriteua, que sempre me acolheu de braços abertos no transcurso das atividades de campo.

À Secretaria de Estado de Educação, pela oportunidade proporcionada à qualificação profissional.

Em especial, gostaria de agradecer a Célia, pela compreensão e pela ajuda, em todos os sentidos, e, ao amigo Francisco Luciano, que foi um dos responsáveis diretos por essa empreitada. Companheiro, saiba que a vitória não foi completa!

A introdução de novas formas de fazer geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra dos hábitos e tradições, e, de outro lado, a mudança das formas de relacionamento produzidas lentamente durante largo tempo e que se veem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil.

*Milton Santos*

## Resumo

O presente estudo aborda os impactos ocasionados pela indústria de pesca frente a uma comunidade tradicional de pescadores, localizada no Município de Bragança, Estado do Pará. A mesma situa-se a 9 km da cidade de Bragança. A partir da segunda metade da década de 1980 algumas indústrias de pesca começaram a ser instaladas nesse espaço. O modo de vida tradicional dessa comunidade prezava muito intensamente pelas relações de parentesco e de vizinhança, assim como acompanhava os ritmos da natureza e o conhecimento dos mais antigos. Com a abertura da rodovia Bragança–Ajuruteua, no início da década de 1980, e posteriormente com a eletrificação desse espaço, são criadas as condições mínimas para que, em seguida, a vila de Bacuriteua se tornasse o principal polo exportador de pescado do Município, contribuindo para a instalação de algumas indústrias de pesca em seu espaço. Concomitantemente à chegada da indústria de pesca, acontece um processo migratório de pescadores, maciçamente do Estado do Ceará. A existência de comunidades tradicionais, que ainda perpetuam seus modos de vida seculares, pode ser vista como uma forma de negação à reprodução de um modelo socioeconômico homogeneizador, onde os indivíduos são vistos simplesmente como potenciais consumidores. Entretanto, gradativamente as comunidades tradicionais são abarcadas por novas práticas socioeconômicas e socioculturais, sendo que o resultado desse processo de inserção é a perda de seus modos de vida seculares, em prol de um modelo de vida tipicamente urbano. A partir da chegada da indústria de pesca, observa-se que a Vila de Bacuriteua passa a sofrer um intenso processo de expansão espacial. Da mesma forma, passaram a ser recorrentes alguns problemas que eram típicos da sede municipal, como o aumento da criminalidade, surgimento de prostíbulos, problemas relacionados ao tráfico e consumo de drogas.

Palavras-chave: Modo de vida, Indústria de Pesca, Amazônia Atlântica, Bragança, Bacuriteua.



## Abstract

This study addresses the impacts caused by the fishing industry against a traditional community of fishermen, located in the municipality of Bragança, Pará State. Same is located 9 km from the city of Bragança. From the second half of the 1980s, some fishing industries began to be installed in that space. The traditional way of life of this community very strongly valued by kinship and neighborhood, as well as accompanying the rhythms of nature and knowledge of the oldest. With the opening of the highway Bragança - Ajuruteua in the early 1980s, and later with the electrification of this space, the minimum conditions are created so that then the village of Bacuriteua became in the polo main exporter of seafood in the city, contributing to installing some fishing industries in your space. Concurrently with the arrival of the fishing industry, a process happens migratory fishermen, massively Ceará State. The existence of traditional communities that still perpetuate their secular way of life, can be seen as a form of denial reproduction of a socioeconomic model homogenizer, where individuals are seen simply as potential consumers. However, traditional communities are gradually embraced by new socioeconomic and sociocultural practices, and the result of this process is the insertion loss of their secular lifestyles in favor of a model typically urban life. From the arrival of the fishing industry, it is observed that the village Bacuriteua suffers from an intense process of spatial expansion. Likewise, became recurring problems that were typical of municipal headquarters, as increased crime, emergence of brothels, problems related to drugs and drug use.

Keywords: Ways of life, Fishing Industry, the Amazon Atlantic, Bragança, Bacuriteua.

## Lista de Siglas

**CONAMA** - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

**EFB** – ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

**GERCO** – GERENCIAMENTO COSTEIRO

**IBAMA** – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**IDESP** – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ

**INCRA** – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

**MMA** – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**MPA** – MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

**PMB** – PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

**PNGC** – PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO

**PROJOVEM** - PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS

**SEDUC** – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

**SEMA** – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO PARÁ

**SEMUSB** – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAGANÇA

**SISNAMA** – SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

**SUDEPE** – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

**TPP** – TERMINAL PESQUEIRO PÚBLICO

**URE** – UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO

**ZEE** – ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA

### Lista de Mapas

<b>MAPA 1</b> LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	21
<b>MAPA 2</b> O LITORAL PARAENSE.....	51
<b>MAPA 3</b> LIMITES DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA.....	68
<b>MAPA 4</b> LOCALIZAÇÃO DE BACURITEUA EM RELAÇÃO À CIDADE DE BRAGANÇA .....	71
<b>MAPA 5</b> LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCA EM BACURITEUA .....	75
<b>MAPA 6</b> – ÁREA DE BACURITEUA INSERIDA NA RESEX CAETÉ – TAPERAÇÚ	85
<b>MAPA 7</b> – DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS EM BACURITEUA .....	120
<b>MAPA 8</b> – LOCALIZAÇÃO DO TERMINAL DE PESQUEIRO PÚBLICO DE BACURITEUA .....	127

### LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> - INSTALAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCA EM BACURITEUA ...	18
<b>QUADRO 02</b> – EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA .....	46
<b>QUADRO 03</b> - AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NO GERENCIAMENTO DA PESCA .....	56
<b>QUADRO 04</b> - GENEALOGIA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA.....	66
<b>QUADRO 05</b> - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATUALMENTE PELAS INDÚSTRIAS EM BACURITEUA .....	80
<b>QUADRO 6</b> – PRINCIPAIS MUDANÇAS NO MODO DE VIDA EM BACURITEUA	105
<b>QUADRO 7</b> - VILA DE BACURITEUA: AÇÕES DO PODER PÚBLICO A PARTIR DE 2000 .....	113
<b>QUADRO 8</b> – ESTÁGIOS DE IMPLANTAÇÃO DOS TERMINAIS PESQUEIROS PÚBLICOS.....	124

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1 – SUBDIVISÃO ESPACIAL DE BACURITEUA .....</b>	<b>73</b>
<b>FIGURA 2 - MAPEAMENTO DOS TERMINAIS PESQUEIROS PÚBLICOS.....</b>	<b>125</b>

## Lista de Fotos

<b>FOTO Nº 1: INDÚSTRIA DE PESCA GELOBRÁS: portão de acesso .....</b>	<b>76</b>
<b>FOTO Nº 2: INDÚSTRIA DE PESCA RIO CAETÉ: vista do portão de entrada .....</b>	<b>77</b>
<b>FOTO Nº 3: PESQUEIRA MAGUARI: portão de entrada.....</b>	<b>78</b>
<b>FOTO Nº 4: PESQUEIRA MAGUARI: vista a partir do seu trapiche .....</b>	<b>78</b>
<b>FOTO Nº 5: G. PESCA: vista da entrada principal.....</b>	<b>79</b>
<b>FOTO Nº 6: G. PESCA: problemas de infraestrutura .....</b>	<b>79</b>
<b>FOTO Nº 7 - POSTO POLICIAL DE BACURITEUA.....</b>	<b>114</b>
<b>FOTO Nº 8 – AGÊNCIA DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS DE BACURITEUA. ...</b>	<b>116</b>
<b>FOTO Nº 9 – ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO MARTINS FILHO .....</b>	<b>117</b>
<b>FOTO Nº 10 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE BACURITEUA ....</b>	<b>118</b>
<b>FOTO Nº 11 – CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES .....</b>	<b>119</b>

## SUMÁRIO

**RESUMO**

**ABSTRACT**

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**INTRODUÇÃO ..... 15**

**CAPÍTULO I - ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE:  
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ..... 28**

1.1. Produção do espaço e o predomínio do modo de vida urbano ..... 28

1.2. Território e territorialidade: a importância na reprodução dos modos de vida tradicionais ..... 38

**CAPÍTULO II - AMAZÔNIA ATLÂNTICA: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL ..... 44**

2.1. A zona costeira do Brasil ..... 44

2.2. Gestão da zona costeira no Brasil ..... 46

2.3. Algumas considerações sobre a Amazônia Atlântica ..... 52

2.4. A indústria de pesca e suas implicações ..... 61

2.5. Formação socioespacial do Município de Bragança ..... 64

2.6. Bacuriteua: considerações sobre a área de estudo ..... 69

**CAPÍTULO III - PESCA INDUSTRIAL E ESPAÇO DE VIVÊNCIA DE  
POPULAÇÕES TRADICIONAIS DE PESCADORES ..... 86**

3.1. O modo de vida tradicional dos moradores da vila de Bacuriteua ..... 86

3.2. Impactos provocados pela indústria da pesca: uma nova organização socioespacial da Vila de Bacuriteua.. ..... 98

3.3. Transformações do espaço, para quem? ..... 113

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

Historicamente, o caminho percorrido pela sociedade humana esteve diretamente relacionado às águas<sup>1</sup>, destacadamente pela importância que a mesma tem na manutenção da vida, abrangendo variados aspectos, de natureza material e imaterial.

Nos primeiros momentos, a adaptação humana nos diferentes espaços, esteve condicionada elementarmente à possibilidade de obtenção de alimentos, adquiridos através da coleta, da caça e da pesca. Assim, a pesca constitui-se uma das mais antigas atividades desenvolvidas pelos homens, tornando-se um importante fator de fixação dos mesmos em determinados territórios. Como os demais ramos da economia, essa atividade está inserida em um circuito, onde fatores relacionados à micro e à macroeconomia influenciam diretamente na produção, assim como nas espécies que devem ser capturadas.

Inúmeros trabalhos, em vários ramos do conhecimento, abordam a temática da indústria de pesca<sup>2</sup> especialmente no caso da Amazônia<sup>3</sup>, no sentido de suas implicações frente às populações tradicionais, tanto as ribeirinhas, devido à grandiosidade do mosaico de rios que a região apresenta, quanto as que têm o seu cotidiano relacionado às atividades marinha, pois a região apresenta um vasto e diversificado litoral.

---

<sup>1</sup> A água é indispensável para todos os seres vivos, mas para os seres humanos ela torna-se ainda mais importante, pois além da questão da manutenção da vida, a água tornou-se um recurso natural presente em todos os aspectos do desenvolvimento da vida humana, desde a agricultura até a indústria, ao transportes, a cultura e a religião.

<sup>2</sup> O presente trabalho procura enfatizar a atividade da indústria de pesca, que segundo Aviz, é considerada como tal quando em suas instalações desenvolve as atividades de pesca ou beneficiamento (do camarão ou do peixe), possui estaleiro, fábrica de gelo e fazem o congelamento e armazenagem. Às vezes, contam como o porto para a descarga da matéria-prima, mas isso não se aplica a todas, sendo que uma ou outra não desenvolve todas essas atividades (2006, p. 145). A indústria da pesca é sustentada pela pesca artesanal e também pela pesca industrial. Especificamente ao falarmos sobre a pesca industrial, a mesma caracteriza-se, Segundo Barthem et al. (1987, p. 2), pelo emprego de barcos geralmente com cascos de aço, comprimento entre 17 e 27 m, tonelage líquida entre 20 e 105 toneladas e potência de motor variando de 165 a 565 hp. e utilizam tecnologia sofisticada, como sonares, guinchos, GPS, etc. O IBAMA define dois tipos de pesca industrial: 1 – pesca industrial costeira, realizada pelo segmento de embarcações de maior autonomia, capaz de operar em áreas distantes da costa, efetuando a exploração dos recursos pesqueiros que se apresentem relativamente em nível geográfico; 2 – pesca industrial oceânica, que envolve as embarcações aptas a operarem em toda a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), incluindo áreas oceânicas distantes, mesmo em outros países (IBAMA, 1999, p. 4-5).

<sup>3</sup>Ver Penner (1984); Mello (1985); Maués e Maués (1990); Maneschy 1995); Furtado (2001); Sena (2005).

Entretanto, percebe-se que os impactos foram bem mais intensos e rápidos junto aos trabalhadores que estão na parte litorânea, do que propriamente àqueles que se encontram nas porções mais interiores da Amazônia, pois em termos de políticas de fomento à pesca industrial na região, houve uma preocupação do Estado em dinamizar a pesca litorânea e oceânica, com a implantação de polos pesqueiros, como o de Icoaraci (Belém - PA) (SENA, 2006).

A utilização de equipamentos mais modernos de captura e armazenamento do pescado, assim como o aumento da autonomia das embarcações, possibilita o deslocamento das mesmas a regiões cada vez mais longínquas do litoral. As espécies mais valorizadas são capturadas geralmente em alto mar, possibilitando uma área de procura/captura bem mais extensa, independente do local de origem da embarcação, pois são comuns embarcações das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (com predomínio de embarcações nordestinas) pescarem no litoral amazônico; fato esse que é bem menos intenso na Amazônia ribeirinha. O conjunto desses pescadores vem enfrentando, nos últimos anos, a pressão exercida pela indústria de pesca realizada ao longo da costa norte do Brasil, desde o Ceará até o Amapá (MANESCHY, 1990).

Juntamente com as embarcações, na maioria de médio e grande porte, chega uma nova lógica socioeconômica, que, por sua vez, vai sendo difundida e, quase sempre, incorporada ao cotidiano das populações tradicionais, ocasionando, inevitavelmente, toda uma (re)organização das estruturas, sendo que muito do que é típico da comunidade enfraquece e, muitas vezes, perde-se.

De forma geral, esse é o quadro comum das comunidades tradicionais que têm na pesca ou em outras atividades sua base de reprodução. Suas práticas sociais apresentam-se muito frágeis frente às estruturas do processo de urbanização que se impõe. Facilmente as mesmas são sufocadas e dão espaço às novas práticas.

Ao analisarmos a faixa litorânea brasileira, verifica-se que a diversidade é a característica fundamental da mesma, não somente no quadro natural, mas, em decorrência do processo histórico de apropriação que esse espaço sofreu, resultam



na existência de diferenciados “tempos”<sup>4</sup>. Mesmo em frações menores, podemos facilmente encontrar especificidades muito significativas.

Bragança é um dos mais antigos municípios do Estado do Pará, sendo que o núcleo populacional que originou a sede municipal surgiu na terceira década do século XVII (PEREIRA, 1963; SILVA, 1981; MANESCHY, 1995). A economia do Município é baseada na pesca (artesanal e industrial), na agricultura, na pecuária e no comércio. A atividade pesqueira e a agricultura sempre se destacaram em relação às outras atividades.

Nota-se que nas três últimas décadas ocorreu em Bragança um significativo processo de expansão urbana, não só na sede do Município, mas em suas principais vilas. Deduzimos que o mesmo foi motivado pelas potencialidades econômicas das mesmas. Entre essas vilas, destaca-se Bacuriteua, que, por estar situada às margens do rio Caeté, sempre teve suas atividades econômicas voltadas, em primeiro plano, para a atividade pesqueira.

Com a abertura da rodovia Bragança–Ajuruteua (PA – 458), a circulação de pessoas e mercadorias, que outrora acontecia através do rio Caeté, passou a ser efetivada por esse novo eixo de circulação. Bacuriteua, a partir da década de 1990, passou a apresentar um intenso processo de expansão espacial. Concomitantemente ao mesmo, verificou-se a chegada de algumas indústrias de pesca no local, o que imaginamos ser o principal causador desse fenômeno de expansão.

Houve, conseqüentemente, uma dinamização da atividade comercial, uma valorização imobiliária, assim como o aumento da criminalidade, o surgimento de prostíbulos, entre outros problemas urbanos, que anteriormente eram restritos apenas à sede municipal. Esses fatos foram apontados pela população tradicional durante pesquisa exploratória realizada por nós<sup>5</sup>, como relacionados diretamente à indústria de pesca na vila.

---

<sup>4</sup> Utilizamos a expressão “tempo”, no sentido de enfatizar as diferenças existentes no espaço resultante do avanço das técnicas sobre o mesmo. Como as técnicas não se propagam de forma homogênea sobre o espaço (SANTOS, 2006), coexistem frações com grande densidade técnica, juntamente a outras que apresentam de forma rarefeita.

<sup>5</sup> Realizamos pesquisa exploratória, primeiramente, durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa (setembro de 2009) e novamente, nos meses de outubro e novembro de 2010 visando à coleta de dados empíricos para a elaboração da presente pesquisa. Nossos trabalhos consistiram em identificar os moradores mais antigos da vila de Bacuriteua e, a partir desse ponto, questionar sobre o modo de vida dos mesmos, antes e após a instalação da indústria de pesca na vila.

Em relação à área de ocupação mais antiga – às margens do rio Caeté-, observa-se uma intensa modificação fisionômica, com a construção de novas residências, o surgimento de indústrias de pesca e seus equipamentos necessários para o funcionamento (oficinas, estaleiros, fábricas de gelo etc.), ou seja, novas funcionalidades são atribuídas a esse espaço. Houve, também, mobilizações da população da vila<sup>6</sup> contra o poder público municipal, que havia cedido determinadas frações do espaço de Bacuriteua, especificamente às margens do rio Caeté, às proximidades do templo católico, para a instalação de estaleiros e empresas de pesca.

O processo de expansão urbana da vila passa a se intensificar no momento em que são instaladas na mesma algumas indústrias de pesca. Juntamente com essas empresas passaram a aportar em Bacuriteua embarcações de médio e grande porte, basicamente destinadas à captura de espécies de alto mar, como o pargo (*Lutjanus Purpureus*), garoupa (*Epinephelus Morio*), cavala (*Scomberomorus Cavalla*), serra (*Scomberomorus brasiliensis*) e a lagosta (*Scyllarides delfosi*), destinadas ao abastecimento do mercado do Sudeste e Nordeste do País e, também, ao mercado internacional.

#### QUADRO1 - INSTALAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCA EM BACURITEUA

EMPRESA	ANO DE INSTALAÇÃO
Gelobrás	1988
Rio Caeté	1996
Maguari	2003
G. Pesca	2004

Fonte: Levantamento de campo junto às empresas de pesca, março, 2011.

Elaboração: Elisamar Sousa.

Com a chegada dessas indústrias, diversas famílias, oriundas principalmente do Estado do Ceará, migraram para a Vila, (re) organizando o espaço tradicional. O

<sup>6</sup> As mobilizações aconteceram em função da doação por parte da Prefeitura Municipal de Bragança de uma área que por muitas décadas era utilizada pelos moradores como o principal porto da vila, primeiramente para a instalação de um estaleiro naval que seria transferido da cidade de Bragança, por ocasião da construção da orla. Posteriormente, a mesma área foi doada para a Empresa Pesqueira Maguari S.A, para a construção de sua filial, no ano de 2001. Em decorrência de ambos os fatos, foram coletadas assinaturas da população contrária a esses empreendimentos, que resultou na preservação desse espaço de uso coletivo da comunidade (ver anexo 01).

processo de expansão urbana de Bacuriteua foi mais intenso às margens da rodovia Bragança–Ajuruteua (PA – 458), onde várias frações do espaço ganharam novas funcionalidades.

Indubitavelmente, houve uma dinamização na economia de Bacuriteua. Da mesma forma, aconteceu uma modernização na atividade pesqueira, com a introdução de novas técnicas e modalidades de pesca, principalmente destinadas à captura de espécies costeiras e de alto-mar.

Toda uma lógica de produção passou a coexistir na vila, alterando abruptamente as relações estruturadas há muito tempo. Nessa perspectiva, a chegada da indústria de pesca trouxe como consequência a perda, em grande parte, do modo de vida<sup>7</sup> tradicional dos moradores desse espaço, da forma de se relacionar, tanto com a natureza quanto com outros indivíduos, pois novas formas de produção estão sendo inseridas. Tempos distintos passam a coexistir em um mesmo espaço, sem negar o predomínio, cada vez mais intenso, do modo de vida urbano.

Entender essa lógica de organização do espaço e os fatores que estão diretamente relacionados a esse processo de (re)organização espacial, é de fundamental importância para a sociedade, na perspectiva de subsidiar eventuais projetos que possibilitem minimizar impactos socioespaciais junto às populações tradicionais.

Ao observarmos não somente o cenário brasileiro, mas também a escala global, perceberemos inúmeros problemas decorrentes do processo de urbanização. Obviamente, esses problemas são mais latentes nos países periféricos, em decorrência de uma maior concentração de riquezas nos mesmos, por parte de uma pequena parcela da população. Em decorrência desse cenário, verifica-se a cristalização de vários contrastes no espaço geográfico, pois o mesmo configura-se

---

<sup>7</sup> O emprego da noção de modo de vida na geografia não é algo recente, sendo que a mesma está relacionada diretamente à geografia regional francesa do início do século XX. Essa noção foi utilizada primeiramente pelo geógrafo Vidal de La Blache (1954), onde o mesmo afirma que: os gêneros de vida são um conjunto de técnicas, formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico. Da especialização e da estabilidade dos gêneros de vida dependem a especialização e a estabilidade do grupo humano e sua duração. Assim, o modo de vida está relacionado à forma como cada grupo social se organiza para se reproduzir, dessa maneira, O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. (Marx e Engels, 1984, p.15).

como espaço contraditório, porque as desigualdades são as principais características do capitalismo.

Os grandes centros urbanos, historicamente, conviveram com problemas decorrentes do acelerado processo de urbanização de seu espaço. Essa aceleração tem como ponto de partida o processo de industrialização (SANTOS, 1989; LEFÈBVRE, 2006). Nota-se, porém, que ultimamente as cidades de menor porte passaram a ser inseridas nessa nova lógica, sendo que agora o processo de industrialização não é exclusivamente o responsável pelo processo de urbanização, como pode ser verificado em algumas cidades da Amazônia.

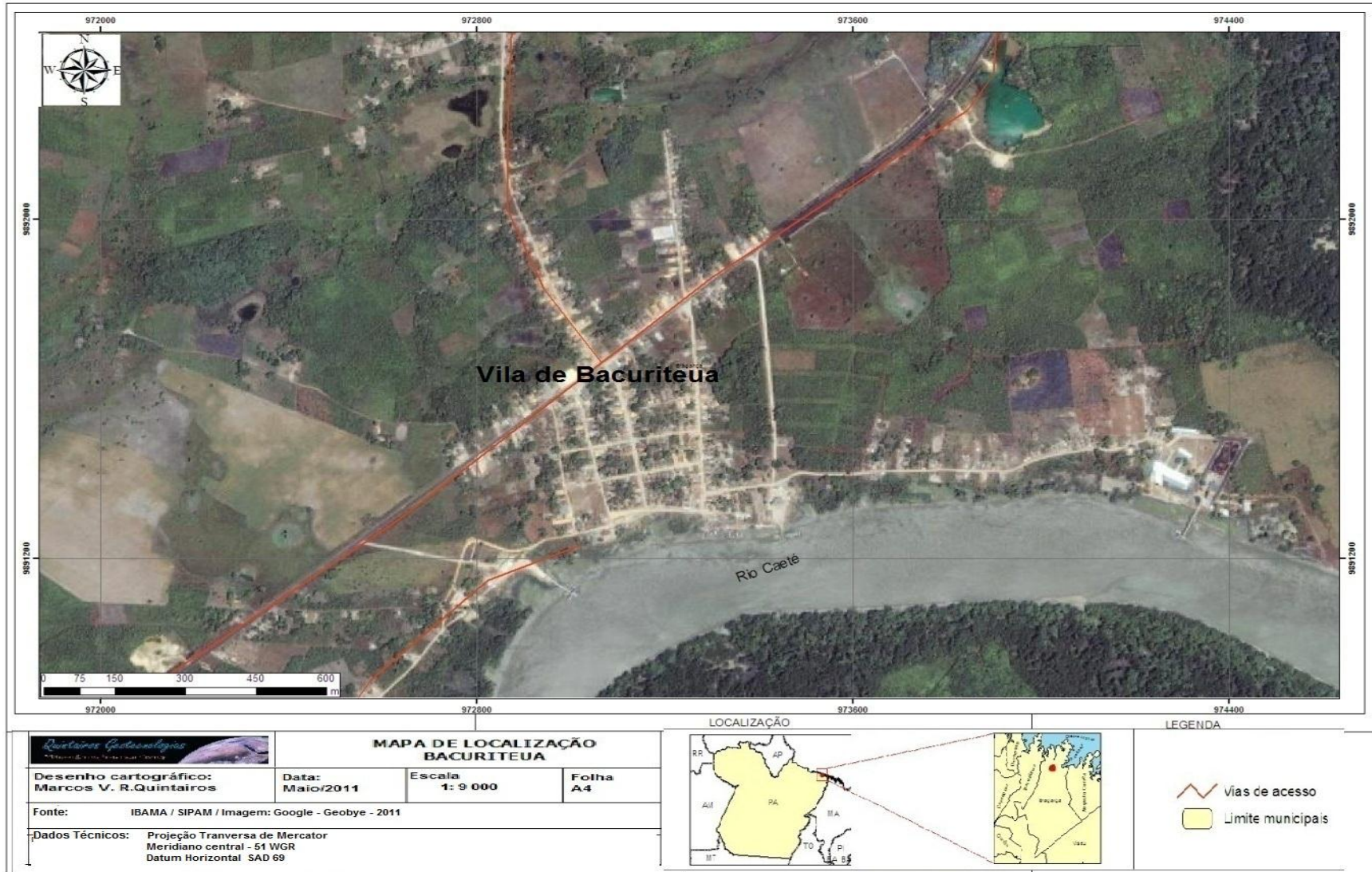
Entretanto, o que se verificou em Bacuriteua é que a mesma sofreu uma rápida expansão espacial, que, por sua vez, aconteceu concomitantemente à instalação das indústrias de pesca no seu espaço, a partir da década de 1980, fazendo-nos crer que as mesmas são responsáveis por esse evento. Por isso, delimitamos como área de estudo essa vila.

Alguns estudos<sup>8</sup> já foram elaborados na vila de Bacuriteua, tendo como questões de análise aspectos relacionados aos campos da Ecologia e da Biologia. Entretanto, não se conhece nenhum que proponha uma análise na perspectiva de relacionar a atividade da indústria de pesca e suas eventuais implicações no espaço de vivência de populações tradicionais, ocasionando a desestruturação do mesmo.

O presente trabalho fará uma breve discussão em relação a algumas categorias e conceitos relacionados à temática da indústria de pesca, especialmente questões geográficas desencadeadas por essa atividade, como a organização espacial e as territorialidades e suas eventuais implicações frente a populações tradicionais de pescadores, especificamente do litoral do Nordeste Paraense. Sem dúvida, a perpetuação dos modos de vidas tradicionais das comunidades de pescadores está diretamente ligada à gestão do território, no sentido de minimizar os impactos ocasionados pelo “novo”, que, nesse caso específico, traduzem-se nas novas práticas socioeconômicas introduzidas pela indústria de pesca.

---

<sup>8</sup> Ver Pinheiro (1977), Braga (2002), Espírito Santo, R. V. (2002), Silva e Pereira, Costa (2006) e Cunha (2007).



**Mapa 1 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**  
 Fonte: IBGE/SIPAM/DGS  
 Elaboração: Marcos V. R. Quinteiros (Maio/2011).

Com base no que foi exposto, o que procuramos analisar como questão central da pesquisa são os principais impactos socioespaciais que a instalação da indústria pesqueira está ocasionando na Vila de Bacuriteua. Essa problemática, por sua vez, desdobra-se em três questões:

- a) Que implicações, na configuração do espaço, a indústria pesqueira provocou em Bacuriteua?
- b) Que transformações a indústria de pesca ocasionou nas práticas econômicas e socioculturais dos moradores tradicionais da vila?
- c) Quais preocupações estão presentes nas políticas públicas, nas diferentes esferas, que estejam relacionadas às transformações provocadas pela indústria pesqueira na vila?

O estudo desses elementos torna-se relevante uma vez que a indústria de pesca há muitas décadas se faz presente entre as cidades de Bragança, Vigia e Belém, os principais polos produtores, sendo, cada um, especializado na captura de determinadas espécies. Gradativamente novos polos produtores estão despontando (Salinópolis, São João de Pirabas e Curuçá). Os problemas detectados nos espaços pioneiros, ligados à introdução de novas práticas socioeconômicas e socioculturais, levam rapidamente à desestruturação dos modos de vida tradicionais, como é o caso de Bragança. Se já não são recorrentes nesses novos polos pesqueiros, certamente serão.

A análise do processo de inserção de novos agentes nos espaços das populações tradicionais poderá proporcionar subsídios para a efetivação de propostas de ocupação e gestão desses espaços, no sentido de preservar os modos de vida tradicionais das comunidades onde os territórios e as territorialidades dessas populações sejam respeitados e que a chegada do “novo” não signifique a desestruturação de seus valores e espacialidades, e sim venha a somar, visando à proporcionar melhorias aos mesmos.

O que pretendemos é analisar as implicações socioespaciais na Vila de Bacuriteua a partir da chegada da indústria de pesca. Assim, esse objetivo geral se desdobra em objetivos específicos, os quais são indispensáveis para dar orientação à pesquisa:

- a) analisar a configuração urbana e as condições de infraestrutura, antes e após a instalação da indústria pesqueira na Vila de Bacuriteua.

b) identificar e analisar os impactos da indústria pesqueira nas práticas econômicas e socioculturais e nos espaços de vivências imediatas da vila de Bacuriteua.

c) analisar a existência ou não de políticas do poder público municipal, estadual ou federal, direcionadas no sentido de minimizar os impactos socioespaciais provocados pela instalação da indústria pesqueira.

A priori, o que se verifica é que a partir da instalação da indústria de pesca em Bacuriteua, aconteceu uma significativa alteração na infraestrutura da mesma, patrocinadas principalmente pelo poder público municipal, como a construção de escolas, ampliação do posto de saúde, asfaltamento das principais vias públicas. Espaços outrora destinados à produção agrícola e agropecuária passam a ter função residencial. Assim, elaboramos algumas hipóteses, que consideramos como necessárias para direcionar nossa investigação:

a) com a instalação da indústria pesqueira na vila de Bacuriteua, houve uma significativa melhoria na infraestrutura da mesma, entretanto, essas melhorias não atendem às necessidades da população e sim aos interesses diretos e indiretos da indústria da pesca.

b) com a instalação da indústria pesqueira em Bacuriteua, e a eventual difusão do modo de vida urbano, foram alteradas as estruturas econômicas e socioculturais da vila, fazendo com que fosse desestabilizado todo um modo de vida tradicional da população local.

c) não há uma preocupação por parte do poder público local, no sentido de minimizar os impactos econômicos e socioculturais provocadas pela instalação da indústria pesqueira na vila de Bacuriteua.

Para a realização da pesquisa, adotamos como referencial teórico principal a “Teoria da Modernização do Território”, desenvolvida por Santos (2005; 2006). A mesma consiste em analisar os impactos das técnicas na organização espacial, onde, gradativamente, está ocorrendo um processo de urbanização do espaço rural, ficando difícil, na atualidade, a distinção entre o rural e o urbano. Essas ideias são expostas através dos conceitos de tecnosfera e psicofera<sup>9</sup>. Ainda nessa

---

<sup>9</sup> Santos (2006; 2002) fala sobre os conceitos de tecnosfera e psicofera, argumentando que a tecnosfera seria dada pelo conjunto de objetos técnicos implantados nos lugares (e que no período da globalização, funcionam em integração direta com os objetos técnicos de outros lugares). A psicofera seria “o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...] fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 2006, p. 176). Para o mesmo autor, ambas - tecnosfera e psicofera-são locais, mas constituem o produto de uma

perspectiva, há um processo de urbanização do território e um processo de urbanização da sociedade, que se desenvolvem desigualmente no espaço, com rebatimento no surgimento de diferentes “tempos” no espaço (SANTOS 2006).

Usamos também como suporte de análise a “Teoria da Produção Social do Espaço” (LEFÈBVRE, 1999, 2006). A mesma fundamenta-se em compreender o espaço como produto social, indispensável para que a sociedade se reproduza, em todos os seus aspectos. Essa teoria nos possibilita uma visão dialética entre as diversas temporalidades que coexistem no espaço, suas oposições, contradições e articulações. O autor desenvolve a tese da urbanização completa da sociedade, onde estaria em gestação uma sociedade urbana, que, gradativamente, está se proliferando sobre o tecido rural (LEFÈBVRE, 1999). Essa é a tendência, a qual ele a designa como virtual, que se tornará real, no amanhã.

Adotamos, ainda, em nosso referencial a “Teoria da Territorialidade Humana” (SACK, 1986). Esse autor faz uma abordagem crítica histórica do território e da territorialidade humana, centrada nas relações de comando-ordem-poder e no estabelecimento de alguma forma de comunicação (SAQUET, 2010). Sack traz grande contribuição na discussão da territorialidade no sentido de inserir na temática a questão escalar, afirmando que os indivíduos efetuam sua territorialidade em diferentes níveis escalares.

Complementando nosso referencial, utilizamos a “Teoria da Territorialização/Desterritorialização/Multiterritorialização” (HAESBAERT, 2010), na qual são demonstrados os diferentes tipos de territorialidades humanas. Haesbaert nos convoca para discutir teoricamente a questão da criação ou perda de identidades territoriais.

Como já mencionamos, selecionamos para nosso estudo a vila de Bacuriteua, pois nenhum outro espaço do Município de Bragança apresenta realidade tão peculiar. No início da década de 1980 houve a abertura da rodovia Bragança - Ajuruteua (PA-458), e no final da mesma década é iniciada a instalação das indústrias de pesca. Utilizamos uma amostragem de natureza qualitativa, pois nem todos os aspectos, especialmente os sociais, são passíveis de ser captados por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de fácil quantificação. Esse é o campo, por excelência, das pesquisas qualitativas, ou seja, ela se torna indispensável quando

---

sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas.



os questionamentos requerem uma análise fundamentalmente interpretativa (SANCHES; MINAYO, 1993).

No que refere aos procedimentos de investigação, a nossa pesquisa se pautou nas seguintes etapas, abaixo descritas:

- 1) Levantamento e discussão teórico-conceitual a partir de levantamento e análise bibliográfica, momento em que tivemos o cuidado de sistematizar os principais elementos das discussões teóricas a respeito do tema estudado. Procuramos, dessa forma, estabelecer um diálogo entre as conceituações teóricas e a realidade empírica abordada. Assim, nessa etapa, buscamos correlacionar as conceituações referentes à temática da urbanização do campo, do território e das territorialidades com a realidade observada na área de pesquisa, a vila de Bacuriteua;
- 2) Levantamento e análise documental das políticas públicas referentes à vila de Bacuriteua (projetos de lei municipal, infraestrutura, repasses financeiros, concessões), visando a identificar suas especificidades, assim como a clientela a qual as mesmas foram direcionadas;
- 3) Observações sistemáticas, por meio das quais procuramos coletar elementos da paisagem local, assim como dados dos eventos cotidianos da comunidade, especialmente relacionados às práticas socioeconômicas e socioculturais. As mesmas foram feitas não intervindo de maneira ativa no dia-a-dia dos observados;
- 4) Entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos representantes do poder público municipal, estadual e federal, visando a identificar as eventuais preocupações em relação à preservação dos modos de vida tradicionais e, especificamente à vila de Bacuriteua. Nessa técnica de pesquisa, as perguntas normalmente são especificadas, entretanto o entrevistador tem a liberdade de ir além das respostas padronizadas, possibilitando que as pessoas respondam nos seus próprios termos, ou seja, é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos (MAY, 2004);
- 5) Histórias de vida direcionada a 08 (oito) moradores tradicionais e também a 08 (oito) migrantes mais antigos de Bacuriteua, objetivando identificar práticas socioeconômicas e socioculturais típicas desse espaço,

tanto as que se perderam como as que persistem. Pesquisar sobre histórias de vida representa um ato desafiador e instigante, no momento em que, através das mesmas, pode-se redescobrir caminhos percorridos, cenários e fatos vivenciados por uma determinada pessoa, possibilitando-nos resgatar as memórias e identidades do grupo (THOMPSON, 2002). História de vida é um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos de sua experiência vivida (CHIZZOTTI, 2008);

6) Finalizando, fez-se a análise dos dados coletados em campo, relacionando-os com o referencial teórico-metodológico adotado.

O trabalho está estruturado em três capítulos, os quais apresentamos a seguir:

No primeiro capítulo, procuramos efetivar uma discussão acerca das principais ideias sobre espaço, território e territorialidade, construindo subsídios teórico-metodológicos que possibilitam uma discussão em relação ao objeto estudado do ponto de vista abstrato. Enfocamos o processo de urbanização da sociedade, que não se dá apenas de forma material, ou seja, pelos sistemas técnicos, mas, também, através dos valores que se difundem pelo espaço, de forma bem mais rápida e intensa. Elaboramos, também, uma conceituação sobre território e territorialidade, pois a instalação de indústrias de pesca em Bacuriteua, e a eventual inserção de novos agentes, significou, para parte dos moradores tradicionais, a perda de seus territórios.

No segundo capítulo, buscando-se estabelecer uma conceituação de Amazônia Atlântica e sua dinâmica socioespacial. Caracterizamos as diferentes configurações do espaço amazônico, destacamos a porção litorânea e analisamos as implicações socioespaciais decorrentes do processo de urbanização. Em seguida, convergimos para a formação socioespacial do Município de Bragança e da Vila de Bacuriteua, enfatizando, empiricamente, o momento anterior e o momento posterior de instalação da indústria de pesca nesse espaço.

O terceiro capítulo trata da análise e sistematização dos dados empíricos coletados durante o trabalho de campo, seguindo a orientação teórico-metodológica escolhida. Dessa forma, busca-se analisar nele os impactos socioespaciais ocasionados pela instalação da indústria de pesca na configuração espacial da vila,

assim como nos modos de vida tradicionais. Procura-se identificar as práticas socioespaciais tradicionais dos moradores, anteriormente à chegada dessa atividade nesse espaço, assim como analisar eventuais impactos na configuração espacial e nas práticas cotidianas dos moradores decorrentes da chegada das indústrias no espaço local.

## **CAPÍTULO I - ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

### **1.1 Produção do espaço e o predomínio do modo de vida urbano**

Não há possibilidade da existência de qualquer atividade, de qualquer natureza, sem que ocupe uma fração, mesmo que mínima, do espaço. Apesar de todas as inovações tecnológicas que surgem, da estruturação do ciberespaço, o espaço mantém sua importância praticamente inalterada. Gradativamente, as inovações tecnológicas invadem os lugares mais diferenciados da sociedade. Sendo assim, é cada vez mais difícil encontrar pessoas, ou grupo de pessoas, que ainda não tenham incorporado no seu cotidiano um mínimo de tecnologia.

Vivenciamos um período onde as técnicas se difundem muito rapidamente e o processo de urbanização constitui peça fundamental nesse contexto. Entretanto, as diferentes frações do espaço não são atingidas de forma homogênea. Serão determinantes para a inserção ou não das mesmas as características socioespaciais de cada local. Assim, as relações deixam a escala local, ganhando proporções mundiais, ocasionando um rebatimento direto na organização espacial, na medida em que o espaço comportará elementos de diferentes temporalidades.

Por esses, e devido a outros fatores, analisar o espaço torna-se uma tarefa árdua. Santos (2008, p. 11) nos lembra que “uma das fontes mais frequentes de dúvida entre os estudiosos do tema parece ser o próprio conceito de espaço”. Dessa maneira:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo está com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social (SANTOS, 2008, p. 12).

Verifica-se, de acordo com a afirmação acima, que o espaço tem sua natureza nas relações sociais, tornando-se, assim, diverso e uno. Deste modo, o espaço não é formado apenas pelas coisas, pelos objetos, e sim, por esse conjunto – de objeto e coisas - mais a sociedade. Em outras palavras, trata-se de um espaço

social, produzido historicamente a partir do inter-relacionamento entre a sociedade e a natureza.

No decorrer da história da Geografia, o espaço geográfico foi concebido de diferentes maneiras. Interessa-nos, porém, afirmar que sua natureza é social. Tomamos como referência para nossos objetivos o conceito de Santos (2006):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 38).

As transformações pelas quais o mundo passou após a Segunda Grande Guerra, ligadas diretamente ao processo de emanção de novos pontos de vista científicos, possibilitaram à ciência geográfica falar de outro espaço. Harvey (1992) analisa o espaço concebendo o mesmo como sendo, ao mesmo tempo, absoluto (com existência material), relativo (como relação entre objetos) e relacional (o objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos).

Santos (2008) refere-se a espaço-tempo como categorias inseparáveis, possibilitando-nos uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Dessa forma, em um mesmo espaço coexistem tempos diferentes, tempos tecnológicos diferenciados, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como em diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Constitui, conseqüentemente, diferentes formas de coexistir, diferentes materializações, resultando, assim, em espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades.

Santos (2008) destaca, ainda, a importância do espaço geográfico no processo social. Para isso ele questiona a atuação da geografia nos tempos atuais, que, mesmo travando debates incessantes, parece incapaz de definir seu objeto. Dessa maneira, contribui enormemente para a ciência geográfica quando define como variável em sua proposta de periodização a técnica, ou o avanço e a chegada da mesma nas diferentes frações do espaço, que, como se sabe, atinge suas frações em tempos diferenciados, provocando a (co)existência de um mundo que,

mesmo em tempos de globalização – meio técnico-científico-informacional -, ainda apresenta povos que vivem basicamente em um meio natural.

A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo (SANTOS, 2006, p.13).

O que vivenciamos na atualidade é um processo cada vez mais intenso de urbanização da sociedade, onde os valores predominantes são os da sociedade urbana, que vai sufocando, mais e mais, o não-urbano. Dessa maneira, fica cada vez mais difícil encontrar pessoas ou povos que não tenham incorporado de alguma forma em seu cotidiano tais valores. Cada vez mais intensamente, a relação entre a sociedade e a natureza é intermediada pela técnica, ficando, assim, cada vez mais artificializada:

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar de seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à própria sobrevivência [...]. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo (SANTOS, 1997, p. 5)

Inicialmente, as necessidades humanas se restringiam a apenas satisfazer às suas necessidades básicas de sobrevivência. Assim, vivia-se com muito pouco. Com o desenvolvimento técnico, gradativamente novas necessidades surgem, provocando toda uma reestruturação no modo de vida das pessoas. Vale lembrar que esse avanço das técnicas não se deu em um mesmo momento em todo o espaço, pois até nos países responsáveis pelos maiores avanços tecnológicos jamais apresentaram um quadro de homogeneidade na sua implantação (SANTOS, 2006). Apenas algumas áreas foram abraçadas pela chegada das inovações. Na atualidade, algumas sociedades ainda estão praticamente excluídas do processo de avanço das técnicas, vivendo em função apenas de satisfazer às necessidades básicas de sobrevivência.

A sociedade está passando por um processo que culminará com a sua completa urbanização e a ascensão da sociedade urbana (LEFÈBVRE, 1999). Tal fenômeno nasce com a industrialização. A partir de então, o tecido urbano dissolve o meio rural. Lefèbvre conceitua a sociedade urbana como sendo aquela resultante da urbanização completa, que hoje ainda configura-se como virtual, ou seja, é a tendência, e amanhã será real, concretizar-se-á. Isso nos remete a imaginar a relação dialética entre o espaço urbano e o rural, onde teremos um como polarizador e irradiador e o outro como residual, ganhando, muitas vezes, novas funcionalidades:

O que resulta ao mesmo tempo no despovoamento e na “descamponização” das aldeias que permanecem rurais, perdendo aquilo que constituía a antiga vida camponesa: artesanato, pequeno comércio local. Os antigos “gêneros de vida” caem no folclore. Se se analisar o fenômeno a partir das cidades, observa-se a ampliação não apenas das periferias fortemente povoadas, como também das redes (bancárias, comerciais, industriais) e da habitação (residências secundárias, espaço e locais de lazer, etc.) (LEFÈBVRE, 2006, p. 11).

O avanço do tecido urbano, entretanto, não se limita apenas à sua morfologia, ou seja, ao sistema de objetos, pois ele é o suporte de um modo de viver:

Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistemas de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFÈBVRE, 2006, p. 11 - 12).

Observa-se, com base no exposto anteriormente, que o avanço do urbano não acontece apenas da forma material, mas de forma não-material, onde, obviamente, as técnicas, ou o avanço das mesmas, possuem um papel fundamental nesse processo. O que se nota são os valores decorrentes do modo de vida urbano se universalizarem cada vez mais, criando uma tecnosfera e uma psicofera, reestruturando os modos de vida existentes, tornando difícil a própria distinção do que é rural e urbano, não no seu aspecto quantitativo, ou da produção, mas nos aspectos inerentes às relações sociais.

Tecnosfera e psicofera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicofera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra racionalidade, no próprio conteúdo do território (SANTOS, 2006, p.172).

O espaço, assim, a cada momento está se reestruturando, incorporando novos elementos, ganhando novos significados, recriando-se. Nesse processo dinâmico, cada vez mais os valores sociais tradicionais são tragados por “novos” valores mais modernos, no caso, os da sociedade urbana.

De fato, as técnicas carregam consigo projetos, esquemas imaginários, implicações sociais e culturais bastante variados. Sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre seres humanos (LÉVY, 2008).

Santos (2001), com base no avanço da técnica sobre o espaço, descreve quatro grandes períodos que a humanidade já atravessou. O primeiro período é por ele denominado de meio natural ou pré-técnico; o segundo de meio técnico; e o terceiro, meio técnico científico. O atual momento que a humanidade vivencia, é por ele denominado de meio técnico-científico-informacional.

Em relação ao meio natural, ou “sucessivos meios naturais”, o autor diz que é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas. Assim,

Os pedaços da crosta terrestre utilizados pelos grupos humanos para desenvolver sua base material nos primórdios da história constituem o que estamos chamando de meio natural (ou pré-técnico?). Todavia a presença do homem já atribui um valor às coisas, que, assim, passam a conter um dado social. Por outra parte, como toda ação supõe uma técnica, a ideia de meio geográfico não pode ser desvinculada dessa noção de técnica. Daí o relativismo de denominações como “natural” e “pré-técnico” (SANTOS, 2005, p. 28).

Dessa forma, o meio natural corresponde aos primeiros momentos dos seres humanos. Os mesmos passam a criar algumas inovações técnicas que possibilitaram algum tipo de comodidade no cotidiano, especificamente, em um primeiro momento, instrumentos de trabalho, relacionados às atividades de coleta e de pesca, que se constituíam a base de obtenção de alimentos desses homens. Observa-se que as necessidades nesse período eram as vitais, ou seja,



alimentação, abrigo e reprodução. Assim, o desenvolvimento de técnicas deveria atender basicamente a essas necessidades.

Aconteceu, em um segundo momento, a descoberta da agricultura e a domesticação de animais (SANTOS, 2005). Gradativamente, a técnica vai sendo incorporada ao cotidiano, pois os homens, que anteriormente viviam basicamente do que a natureza lhes proporcionava, já possuíam condições de produzir seus alimentos. Não se deve esquecer que esses avanços não se irradiaram simultaneamente pelo espaço, pois enquanto algumas sociedades atingiam outros estágios técnicos, outras permaneceram pouco alteradas.

Em termos de organização espacial, esse avanço nas técnicas de produção de alimentos transformou os homens, que outrora eram nômades, em sedentários, fazendo surgir os primeiros núcleos populacionais e, conseqüentemente, as sociedades mais complexas. Ressalta-se novamente que, enquanto algumas sociedades acumulavam inovações técnicas grandiosas, outras permaneciam em um mesmo “estágio” técnico.

O segundo período, denominado meio técnico (SANTOS, 2005), está relacionado ao surgimento das máquinas, que provocaram uma aceleração na produção. Isso criou a necessidade da ampliação de novos mercados consumidores do que era produzido, assim como de fornecedores de matérias primas.

O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos (SANTOS, 2005, p. 31).

O atual período que a sociedade vivencia é marcado por grandes avanços tecnológicos, especialmente nos setores dos transportes e das telecomunicações. Os fluxos de pessoas e mercadorias passaram a circular no espaço de maneira mais rápida e intensa, mas as informações ganharam uma velocidade de circulação muito mais rápida. Esses avanços técnicos possibilitaram um encolhimento do mundo, não fisicamente falando, pois as distâncias são as mesmas, entretanto há uma sobreposição do tempo em relação ao espaço. Hoje percorrem-se maiores distâncias em menores frações de tempo. Porém, essa contração do espaço e do tempo

[...] apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e feitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo (SANTOS, 2007, p. 41).

Assim,

Nas práticas espaciais e temporais de toda sociedade são abundantes as sutilezas e complexidades. Como elas estão estreitamente implicadas em processos de reprodução e de transformação das relações sociais, é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre o seu uso. A história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções. Além disso, todo projeto de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura da transformação das concepções e práticas espaciais e temporais (HARVEY, 1992, p. 201).

O avanço da técnica cria tempos diferenciados que passam a coexistir em um mesmo espaço. Dentro de uma mesma sociedade, há diferentes tempos.

A fricção da distancia está implícita em toda compreensão do domínio e da apropriação do espaço, enquanto a apropriação persistente de um espaço por um grupo particular (digamos, a gangue que manda na esquina) equivale a um domínio de facto desse espaço. A produção do espaço, na medida em que se reduz a fricção da distância (por exemplo, a “aniquilação do espaço por intermédio do tempo” do capitalismo), altera o distanciamento e as condições de apropriação e domínio (HARVEY, 1992, p. 204).

Assim sendo, o avanço das técnicas terá um rebatimento na estruturação da sociedade, no sentido que todas as relações (sociais, políticas, econômicas, culturais etc.) serão intermediadas pela técnica, que não estão à disposição de todos. Assim:

é por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada (SANTOS, 2006, p. 16).

As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaços. Conseqüentemente, o espaço, ao ser (re)organizado, trará imbricado em si todas as inovações técnicas que estão disponíveis no processo de reprodução.

Assim, tem-se o período técnico-científico-informacional, a estruturação de um espaço mundializado, ou globalizado, entretanto, desigual, pois não são todas as áreas do planeta que possuem condições de atração do capital globalizado. Surgem, conseqüentemente, frações do espaço com grande concentração técnica, enquanto em outras, a técnica apresenta-se de forma rarefeita:

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços por onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos (SANTOS, 2002, p. 264).

O capitalismo abraça o espaço de maneiras diferenciadas, atribuindo às distintas frações funcionalidades específicas, passando a agir com intensidades diferenciadas. Quanto mais técnico o espaço se constituir, mais condições de atração apresentará, pois maior velocidade de circulação – de todas as naturezas – ele terá.

Nesse cenário, decorrente do grandioso avanço das técnicas sobre o espaço, novas necessidades surgem, ou são impostas à sociedade. Dessa forma, o que vislumbramos é o modo de vida urbano sendo incorporado, cada vez mais, pois a modernidade hoje é vista como sinônimo de desenvolvimento.

O agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo de produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária (LEFÈBVRE, 1999, p. 17).

As transformações impostas pelo avanço do tecido urbano, pelo avanço das técnicas, impondo a coexistência de diferentes tempos, apresenta impacto muito intenso quando se tem como centralidade de análise populações tradicionais, pois sua reprodução entra em choque com os valores externos, com as novas temporalidades, ocasionando a perda do que é tradicional da comunidade. Esse é o cenário que observamos na vila de Bacuriteua, onde, a partir da instalação de indústrias de pesca, verificou-se toda uma reestruturação, tanto na configuração espacial, quanto nos aspectos socioculturais e socioeconômicos, a exemplo do que Lefèbvre observou em relação à vida camponesa:

A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo e às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesmas (LEFÈBVRE, 2006, p. 69).

Todavia, a instalação da indústria de pesca em Bacuriteua, como não foi diferente em outras frações do espaço, significou para a população tradicional a inserção da mesma em um novo circuito de valores, onde a preservação de suas práticas tradicionais é sufocada pelo “novo”.

Especificamente ao falarmos sobre populações tradicionais, verifica-se que há uma ligação histórica entre o desenvolvimento do conceito de populações tradicionais e o processo de instauração das Unidades de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia, especialmente às Reservas Extrativistas – RESEX (SIMONIAN, 2000). Inicialmente essa denominação surge em função das demandas dos seringueiros acreanos, que eram chamados povos da floresta. Mesmo tendo sua gênese no sentido específico de um grupo de trabalhadores extrativistas, a mesma se universalizou, tornando-se bastante abrangente, servindo, agora, para designar inúmeros grupos de pessoas, com diferentes modos de vida, como os quilombolas, castanheiros e catadoras de babaçu.

Nesse contexto, Arruda (1999) afirma que populações tradicionais correspondem às que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais direcionados exclusivamente para a subsistência, tendo fraca articulação com o mercado, baseando-se no uso intensivo de mão de obra familiar, assim como de tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável.

Em outra conceituação, as populações tradicionais são definidas como:

grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES, 2000, p. 22).

Assim, ao analisarmos tais definições de populações tradicionais, entendidas como uma identidade coletiva, caracterizando-se pelo fato de desenvolver modos de

vida integrados ao meio ambiente, primordialmente relacionadas ao espaço rural, nota-se que na Amazônia essas definições incluem populações urbanas, como é o exemplo da comunidade do Abacatal, localizado na Região Metropolitana de Belém.

Evidentemente esses conceitos podem ser relativizados, especificamente ao observarmos o cenário regional amazônico. Certamente essas comunidades por muito tempo exerceram um modo de vida sustentável, característicos de população tradicional, sendo que por pressões exógenas foram perdendo-se, em função da introdução de novos valores.

O que não se pode esquecer é que quando se fala em população tradicional há características comuns que devem se consideradas, como a preocupação com a sustentabilidade, que, obviamente, dá-se em função das práticas econômicas pouco impactantes ao meio natural e também com a preocupação de manutenção dos territórios que exploram.

A população de Bacuriteua, por várias gerações, teve sua reprodução condicionada à pesca e à agricultura, sendo que a primeira sempre se destacou em relação à outra. Todo um modo de vida foi desenvolvido em função dessas atividades. Observa-se que as relações de parentesco e comunal ainda são muito fortes, assim como o conhecimento dos ciclos da natureza que se refletem no desenvolvimento de estratégias de manejo dos recursos disponíveis.

Assim, dentro desse aspecto da relativização do conceito de população tradicional, pode-se considerar que a vila de Bacuriteua, especialmente sua população nativa, caracteriza-se como tal, embora alguns desses moradores assim não se reconheçam.

A seguir, abordaremos algumas conceituações referentes a território e a territorialidade e sua importância no aspecto da manutenção dos modos de vida das populações tradicionais, pois, salvo algumas exceções, a introdução de novos agentes nos espaços dessas populações tem significado a desestruturação de seus modos de vida seculares e de seus territórios.

## **1.2 Território e territorialidade: importância na reprodução dos modos de vida tradicionais.**

As discussões em relação à concepção de território convergem para entendê-lo com base em suas características políticas, principalmente aquelas das relações de poder. Ratzel (1990), ao tratar do território, vincula-o ao solo, como espaço ocupado por uma determinada sociedade, que domina uma determinada área, imprimindo a essa interpretação uma perspectiva de análise centrada na identidade nacional.

No que se refere ao Estado, a Geografia Política está desde há muito tempo habituada a considerar, junto ao tamanho da população, o tamanho do território (RATZEL, 1990). Consequentemente, o território é visto como fonte de recursos naturais necessários para o desenvolvimento da sociedade. Nessa interpretação, coloca-se como centralidade na análise territorial a natureza e o Estado, este como principal expoente de poder. O território surge, na Geografia Política, como o espaço concreto, que é apropriado e ocupado por um grupo social (SOUZA, 2010, p. 84).

O que queremos destacar é que a análise do conceito de território, em especial sua centralidade, norteou na Geografia perspectivas de entendimento relacionadas basicamente ao exercício de poder sobre determinado espaço, sobretudo aos recursos que o mesmo dispunha, onde o poder se personificava através do Estado-nação.

O “retorno” das discussões acerca do território deu-se, como afirma Santos (1994, p.15), pelo “uso do território, e não o território em si mesmo”, ou seja, foram superados os fundamentos do território exclusivo do Estado-Nação. Assim, é superada a ideia de um poder central, soberano, sobre uma determinada área geométrica, delimitada pelas fronteiras do Estado-Nação, evoluindo para uma forma flexível e multiescalar, determinada pelas manifestações das relações do dia-a-dia, do vivido, e pelas múltiplas dimensões do poder, em seus diferentes níveis, presentes na prática social.

Nesse sentido, Raffestin (1993) critica a Geografia Política clássica proposta por Ratzel, especialmente por sua postura unidimensional, onde o Estado-Nação é o único detentor do poder. Na concepção de Raffestin, o Estado detém o poder central, havendo, porém, outras escalas que interagem com ele. Baseando-se em Foucault, o autor entende poder como multidimensional, e essa postura incentiva um

olhar para as relações cotidianas, para as relações de poder em todas as escalas, dentro e fora do território nacional. Vale ressaltar que essa abordagem multidimensional, resulta em um enfoque relacional do território, formado por relações multidimensionais. Obviamente, na perspectiva relacional, a centralidade de análise é o poder, pois “[...] o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p.7). Como resultado dessa compreensão de Raffestin, há a quebra do paradigma criado por Ratzel, no qual a análise territorial está direcionada unicamente para o Estado, desprezando outras organizações dotadas de poder político. Raffestin (1993), em sua concepção, sustenta que, para a Geografia Política clássica, o Estado é uma organização como qualquer outra, no entanto, está investido de um peso enorme. Assim:

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais as o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com o indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Esta flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes. Trata-se de uma dimensão do espaço geográfico que desvincula as relações humanas e sociais da relação direta com a dimensão natural do espaço, extraindo deste conceito a necessidade direta de domínio, também dos recursos naturais, como se expressa na concepção clássica de território. Assim:

Entender, o território apenas como produto de centralidade e autoridades, arealmente, é uma forma reducionista. Evidenciar o que é meu não é teu e o que é teu não é meu é muito pouco diante da complexidade da construção do território. É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e a unidade do mundo na vida, de maneira (i)material, isto é, as interações no e com o lugar, objetiva e subjetivamente,

sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento (SAQUET, 2010, p. 24),

A natureza, enquanto recurso associada à ideia de território, já não é mais a centralidade das análises, pois outros elementos ganham destaque dentro desse conjunto. Desta maneira, a apropriação se faz pelo domínio de território, não só para a produção, mas também para a circulação de uma mercadoria, como o território das drogas.

Estas novas territorialidades apresentam-se como voláteis e constituem parte do tecido social. Expressam uma realidade, mas não substitui, no nosso entender, a dominação política de territórios em escalas mais amplas. Estas, para serem explicadas e não somente descritas, devem ser inseridas em espaços de dimensão relacional.

Entender o território é procurar analisar um conjunto de relações, que se desdobram, por sua vez, em diferentes territorialidades, em diferentes formas de uso, que não necessariamente requerem a utilização de qualquer forma de poder. O território torna-se, assim, mais flexível.

Nessa perspectiva, Santos (2005), evidencia o conceito de território, relacionado diretamente ao uso. Destaca para tal o conceito de território usado, procurando entendê-lo ultrapassando sua característica areal e de controle social de um Estado-Nação. Corresponde aos espaços utilizados pelas pessoas em suas atividades cotidianas, podendo ser restrito ao seu ambiente de trabalho, sua moradia, seu espaço de lazer.

Em outras palavras, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural (HAESBAERT, 2010, p. 79).

As concepções de território, na atualidade, convergem de forma direta para a superação da característica areal e de poder político, econômico e cultural, procurando atribuir ao mesmo uma concepção onde estejam imbricadas todas as relações cotidianas, ou seja, que correspondem, diretamente, às nossas relações sociais. Todavia, ao se falar em território, necessariamente estamos nos remetendo ao poder, obviamente, mas não necessariamente na perspectiva política. O simples fato de termos a liberdade de circular, por exemplo, em uma cidade, de possuir



recursos para pagar a condução ou adentrar em uma sala de cinema, requer algum tipo de poder. Nesse raciocínio a liberdade é sinônimo de poder, a condição financeira, também. O poder, em suas diferentes escalas, é condição indispensável para o estabelecimento de territórios e para o exercício das territorialidades.

Certamente, muito anteriormente à existência do Estado-Nação, a delimitação de territórios já era efetivada pelos grupos humanos, ou seja, não se fazia necessária a emanção de um poder central para delimitá-los, podendo o mesmo território ser usufruído por diferentes grupos, tanto de forma simultânea, como não. Poderiam utilizar determinados territórios de forma sazonal ou permanentemente.

Obviamente, a existência de conflitos pela posse de determinados territórios poderiam acontecer, haja vista que a centralidade da questão territorial estava relacionada ao usufruto dos recursos que havia no mesmo.

Souza (2010) destaca a importância do poder na questão do estabelecimento do território, pois o mesmo é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Porém, não no aspecto geopolítico, do Estado-Nação, ou seja, em uma perspectiva diferente da rigidez delimitada pelas fronteiras de um país, por exemplo. Nesse sentido:

Territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos [...], podem, [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos e décadas, podem ser simplesmente anos ou meses, semanas ou dias) ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 2010, p. 87).

Essa versatilidade na formação territorial permite que se possa falar em novos tipos de territórios, muito mais complexos do que a forma tradicional regimentada por um poder central. É o caso do território-rede (SOUZA, 2010; HAESBAERT, 2010). Articulando dois ou mais territórios descontínuos, pressupõe a superação da concepção clássica de território, baseada na existência de um único ponto de emanção de poder.

O território, portanto, define-se a partir de dois elementos, o espaço e o poder (SOUZA, 2010). Falar em território consiste em analisar um determinado espaço que está sobre o controle de uma pessoa ou de um grupo de pessoas.

Da mesma forma que a discussão sobre o território tem-se feito presente no cenário da Geografia, a de territorialidade também, ainda que não restrita apenas ao campo geográfico, mas também a outras ciências, como a Sociologia.

Para a Geografia, a discussão acerca das diferentes concepções de territorialidade vem ganhando bastante destaque. Se o conceito de território, historicamente, esteve diretamente relacionado à geopolítica, no que diz respeito à questão do poder, especificamente personificado na figura do Estado-Nação, quando nos direcionamos ao conceito de territorialidade, observaremos que o mesmo tem uma ligação muito forte com os biólogos, que afirmam que a mesma faz parte do comportamento animal (SACK, 1986).

Entretanto, a territorialidade nos humanos é mais bem pensada não como algo biologicamente motivado, mas sim enraizada social e geograficamente, pois ela está intimamente relacionada à maneira como as pessoas organizam-se no espaço e dão sentido ao mesmo (SACK, 1986).

Na Geografia, as discussões sobre a territorialidade transcendem quaisquer relacionamentos com a questão instintiva, irracional, direcionando-se ao aspecto social, ou seja, especificamente humano. Dessa maneira, Sack advoga em prol de uma territorialidade humana, como denomina as relações sociais de poder que ocorrem tanto no nível pessoal, do grupo ou internacional, pois a territorialidade para os seres humanos é uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de uma área (SACK, 1986).

Para Souza (2010), a territorialidade é vista de forma flexível, sendo definida a partir do tipo de território, que é visto como um campo de forças:

Outra forma de se abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2010, 86).

Nessa perspectiva, o território e as territorialidades se tornam de fundamental importância para a análise espacial, especialmente quando a preocupação é entender as implicações do “novo”, ou seja, de novas territorialidades dentro de um mesmo espaço. As territorialidades são reveladoras das práticas

usuais dos diferentes grupos com seus espaços, e sua análise certamente trará à tona as especificidades dos indivíduos e do grupo.

Assim, a relação dos indivíduos com o espaço se expressa através de suas territorialidades. A maioria dos territórios tendem a ser fixos no espaço, enquanto a territorialidade é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso às pessoas, coisas e relações (SACK, 1986).

Tomando como exemplo a Vila de Bacuriteua, percebeu-se que a chegada da indústria de pesca significou para os migrantes e também para parte da população local, a possibilidade de afirmação de novas territorialidades. Por outro lado, pode-se observar que para parte da população tradicional significou a perda de alguns territórios, pois em alguns casos foram pressionados a vender suas casas para que pudesse acontecer o processo de instalação da indústria.

Inquieta-nos o fato de o poder público não demonstrar aparentemente nenhuma preocupação com os impactos ocorridos junto às populações tradicionais, que, no caso de Bacuriteua, ocasionaram algumas manifestações contra a implantação das indústrias nesse espaço. Sabe-se que na atualidade qualquer empreendimento empresarial é submetido a uma série de exigências impostas pela legislação e que o peso da comunidade, teoricamente, é muito relevante. A especificidade de cada grupo deve ser respeitada.

A Amazônia em sua plenitude é caracterizada pela sua diversidade. Ao se falar do quadro natural, existem diferenciados usos de seus recursos, fazendo surgir, assim, variados grupos especializados em explorar o que é disposto pela natureza. Assim, faz-se necessário focalizar especificamente, para nosso estudo, a porção litorânea, que será analisada no capítulo a seguir. Primeiramente expomos algumas conceituações sobre a zona costeira do Brasil e do Pará, em seguida, direcionamos para conceituar a Amazônia Atlântica. Posteriormente, abordamos a formação espacial de Bragança e de Bacuriteua.

## CAPÍTULO II - AMAZÔNIA ATLÂNTICA, FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

### 2.1 A zona costeira do Brasil.

Ao se falar da zona costeira do Brasil, percebe-se que a mesma pode ser caracterizada por sua grande extensão e, conseqüentemente, por sua grande diversidade fisionômica, onde são identificados variados ecossistemas, assim como diferenciados usos e ocupações. Manguezais, dunas, falésias, arquipélagos, são exemplos de alguns ambientes que são encontrados na mesma. É a região de colonização mais antiga do País, apresentando densidade média em torno de 87 hab./km<sup>2</sup>, abrigando cerca de ¼ da população do País (MORAES, 2007, p. 111). Assim, a zona costeira pode ser definida, a princípio, como um espaço de:

usos múltiplos pois, em sua extensão é possível encontrar variadíssimas formas de ocupação do solo e a manifestação das mais diferentes atividades humanas (...) desde a presença de tribos coletoras quase isoladas até plantas industriais de última geração, desde comunidades vivendo em gêneros de vida tradicionais até metrópoles dotadas de toda modernidade, trata-se de um universo marcado pela diversidade e convivência de padrões díspares. (MORAES, 2007, p. 31).

Modos de vida tradicionais, parques industriais modernos, cidades de todos os portes, espaços de lazer, são exemplos da diversidade de usos que a zona costeira do Brasil apresenta e que resultam diretamente dos processos de ocupação diferenciados que esse espaço sofreu.

No tocante ao aspecto conceitual, percebe-se que não há uma única definição para zona costeira, mesmo quando tomamos por base instituições da esfera federal, pois, para o IBGE, a zona costeira refere-se à faixa terrestre identificada por uma distância de 20 km sobre uma perpendicular, contados a partir da linha da costa, e por uma faixa marítima de 6 milhas (11,1 km) compreendendo a área que abrange 253 municípios (MORAES, 2007).

Com base na conceituação do IBGE, a zona costeira brasileira é constituída por 253 municípios. Isso equivale afirmar que a mesma está restrita ao litoral, pois esse é o número de municípios banhados pelo mar. Obviamente, não há nessa definição de zona costeira uma preocupação com toda uma dinâmica de inúmeras populações, que mesmo morando a distâncias superiores há 20 km da linha de costa, tem na relação com o mar a sua principal forma de reprodução, como ressalta

Moraes (2007). Este afirma que, além dos aspectos políticos e administrativos, o uso do solo é fundamental para a compreensão do que seja a zona costeira. Neste sentido, a localização, a biodiversidade, a circulação, a urbanização, a industrialização e a exploração turística são elementos importantes para o real entendimento do que é a zona costeira.

De concreto, sabe-se que o Brasil possui 7.367 quilômetros de zona costeira (MORAES, 2007), sendo que em sua maior extensão, voltada para o Atlântico Sul. Ainda, as zonas costeiras apresentam processos complexos e dinâmicos dos elementos naturais, sociais, demográficos e econômicos, ligando-se a uma rede de influência e reciprocidade mútuas.

Outra definição de zona costeira é encontrada na Lei 7661, de 16 de maio de 1988. Essa lei institui a criação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que estabeleceu uma conceituação para a mesma. Diz a referida lei que corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano (BRASIL, 1988).

A zona costeira, como se verificou, configura-se um espaço muito dinâmico e complexo, além de bastante extenso, o que faz da mesma uma área especial em termos de gestão e planejamento. Procurar defini-la apenas a partir de fatores político-administrativos, certamente não revelará todas as suas dimensões. Por outro lado, a zona costeira, revela-se como espaço caracterizado pela diversidade. Assim sendo, é um espaço que deve receber uma atenção especial no que se refere ao desenvolvimento e à implantação de políticas visando à sua gestão e ao seu desenvolvimento. Porém, no caso de Bacuriteua, durante o processo de implantação das indústrias de pesca, conforme a nós foi relatado durante pesquisa exploratória<sup>10</sup>, não aconteceu nenhum tipo consulta pública aos moradores, sendo que foram necessárias algumas ações da comunidade junto ao poder público municipal para garantir a preservação de alguns espaços de uso comum dos moradores.

A zona costeira, por ser um espaço estratégico, é gerida pelo poder público, nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), mas, em alguns casos, o

---

<sup>10</sup> Pesquisa exploratória efetivada nos meses de setembro de 2009 e outubro e novembro de 2010, juntamente a moradores identificados como os mais antigos da vila de Bacuriteua. Também houveram conversas com líderes comunitários.

mesmo parece ausentar-se. Para um melhor entendimento, o próximo tópico faz uma análise da gestão da zona costeira no Brasil.

## 2.2 Gestão da zona costeira no Brasil

Na atualidade o gerenciamento costeiro brasileiro é executado através do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), cuja responsabilidade é do MMA (Ministério do Meio Ambiente), via IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Trata-se de um mecanismo institucional implementado e vinculado ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). O GERCO tem como objetivo planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de forma a garantir a sua utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros (BRASIL, 2010).

### QUADRO 02 – EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA

Ano	Evento
1973	<b>Criação da Secretaria Especial do Meio ambiente da Presidência da República – (SEMA).</b> Essa Secretaria foi criada através do Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973.
1974	<b>É composta a Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM).</b> Essa comissão tem a finalidade de coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM).

<p><b>1981</b></p>	<p><b>A Lei 6.938/81 instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente.</b> Em seus princípios, objetivos e instrumentos, definindo a estrutura administrativa de gestão da proteção do meio ambiente, por meio da criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente, de forma compatível com a concepção filosófica do sistema federativo brasileiro, descentralizando ações do governo federal para os estados e destes para os municípios.</p>
<p><b>1982</b></p>	<p><b>1982 – A CIRM designa uma subcomissão de Gerenciamento Costeiro.</b> Tal Subcomissão, entre outras coisas, deu início aos primeiros estudos para a criação de um programa de âmbito nacional de gerenciamento costeiro. Segundo Diegues (1999) a CIRM de 1974 era composta por representantes de 8 ministérios (Marinha, Relações Exteriores, Agricultura, Transporte, Educação, Indústria e Comércio, Minas e Energia, e Interior), mais a Secretaria de Planejamento e membros do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 1983 a Subcomissão de gerenciamento Costeiro organiza o Seminário Internacional sobre Gerenciamento Costeiro, no Rio de Janeiro.</p>
<p><b>1988</b></p>	<p><b>É instituído O PNGC, através da lei 7 661, de 16 de maio de 1988.</b> Com a finalidade primordial de “prover normas gerais para a gestão ambiental da zona costeira do país”. Segundo a Lei 7.661/88 o PNGC “cuida do gerenciamento de toda uma faixa do território nacional e não apenas da proteção ambiental desta faixa e deve orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida da sua população, e a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. O PNGC ainda estabelece os instrumentos a serem utilizados para a gestão da zona costeira” (MORAES, 2007).</p>

Fonte: Moraes (2007)

Organização: Elisamar Sousa.

O planejamento ambiental da zona costeira brasileira é iniciado com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República em 1973. A partir de então, várias políticas foram estruturadas, objetivando disciplinar a ocupação e o uso da zona costeira e de seus recursos. Essas políticas, originadas em pleno período militar, caracterizaram-se pela plena ausência de participação da sociedade no processo de criação das mesmas.

A Lei 7661 (BRASIL, 1988) condiciona o licenciamento para o parcelamento e o remembramento do solo, a construção, a instalação, o funcionamento e a ampliação de atividades que impliquem alterações das características naturais da zona costeira. A elaboração de EIA/RIMA, a observância das normas desta Lei, das demais normas federais, estaduais e municipais, respeitadas as diretrizes dos Planos de Gerenciamento Costeiro, sob pena de interdição, embargo ou demolição e outras penalidades previstas em lei (BRASIL, Lei 7661, 1988).

Especificamente em seu artigo 3º, evidencia-se o caráter conservacionista que a lei estabelece, assim como a preocupação em zonear esse espaço, obviamente, uma necessidade, no sentido da gestão. Dessa forma:

Art. 3º. O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;

II - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;

III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico (BRASIL, 1988, p.2).

O PNGC é dirigido pela SECIRM (Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar), que deve submeter seus planos de trabalhos a CIRM (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar), a qual deverá aprová-lo em audiência do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). O Plano será aplicado a partir de órgãos ligados ao SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente). De forma esquemática, podemos visualizar o gerenciamento costeiro do Brasil, conforme sugere o fluxograma 1:



## Supervisão

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM



Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro  
GI – GERCO

## Coordenação

Ministério do Meio Ambiente

## Execução

17 Coordenações Estaduais de Gerenciamento Costeiro

### **Fluxograma 01 - FLUXOGRAMA SIMPLIFICADO DA GESTÃO COSTEIRA NO BRASIL**

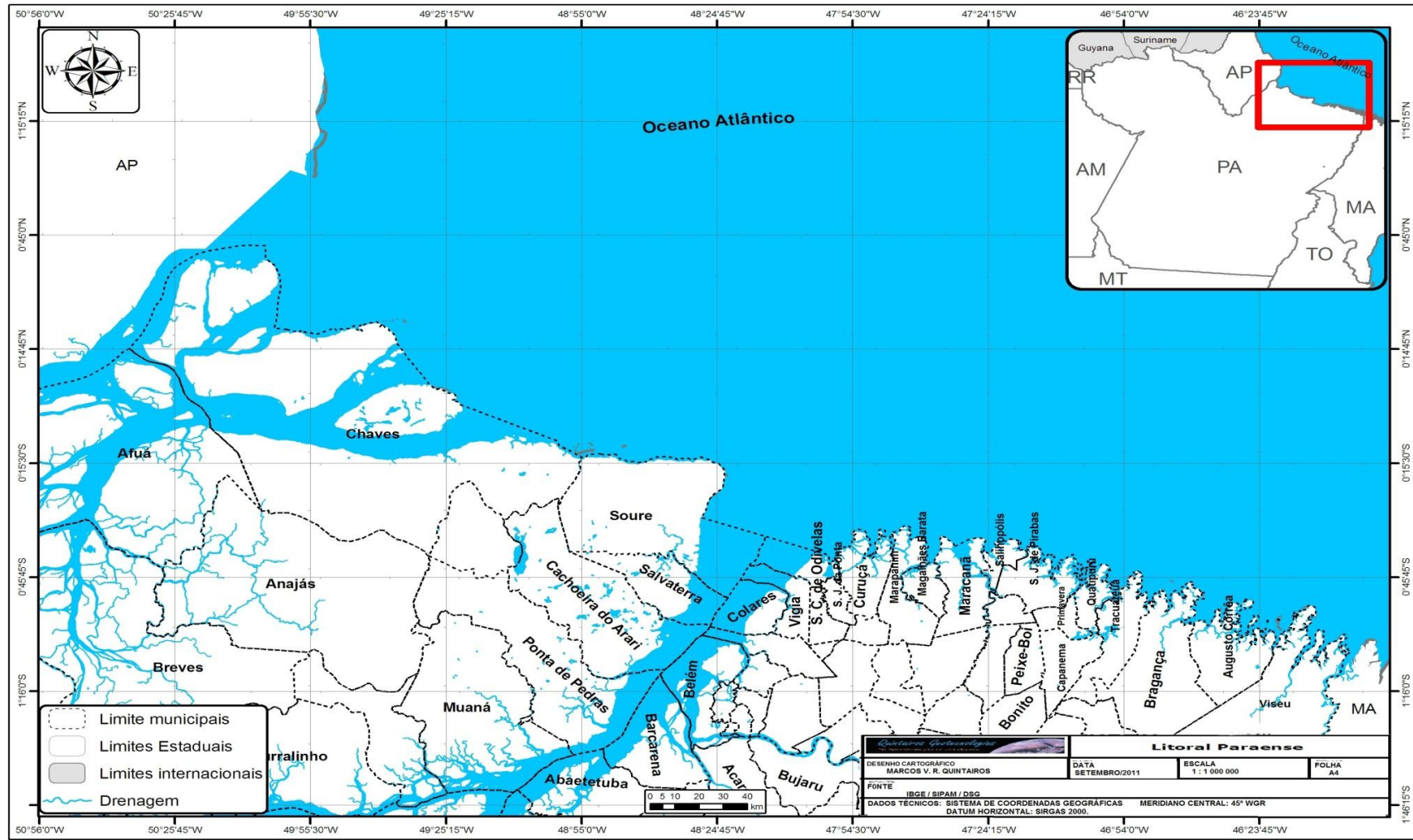
Fonte: Nicolodi; Zamboni (2009)

Mesmo em uma perspectiva de descentralização das ações em relação ao gerenciamento costeiro, nota-se que a hierarquização é algo bem marcante no desenvolvimento de tais ações. No geral, existe a definição que cada Estado que possua litoral, obviamente, institua e gerencie órgãos, visando ao gerenciamento costeiro, e que o(s) mesmo(s), seja(m) integrado(s) ao SISNAMA.

No Estado do Pará a lei que regulamenta a política do meio ambiente e disciplina assuntos correlatos é a de nº 5.887, de 09 de maio de 1995. A mesma, em seu artigo 72, vincula a definição da zona costeira estadual, contemplando normas

apenas do tipo programático, isto é, que traçam um programa de ação a ser cumprido pelo poder executivo, voltado para o gerenciamento da zona costeira estadual.

O Estado do Pará possui um litoral de 562 km, equivalendo a 7,6% do litoral brasileiro. A zona costeira paraense apresenta uma diversidade de paisagens naturais, onde se encontram praias arenosas, manguezais, restingas, dentre outros ambientes. Assim como nos demais estados litorâneos do Brasil, a zona costeira é a região mais densamente povoada do Pará, apresentado, dessa forma, um adensamento no número de municípios, como é retratado no mapa 2.



## Mapa 2 – O LITORAL PARAENSE

Fonte: IBGE/SIPAM/DGS

Elaboração: Marcos V. R. Quinteiros (Setembro/2011).

### 2.3 Algumas considerações sobre a Amazônia Atlântica

A região amazônica é caracterizada pela diversidade, tanto no que diz respeito ao quadro natural, quanto em relação à produção espacial. Conseqüentemente, diferentes frações do espaço regional podem ser distinguidas por essas especificidades, possibilitando-se, assim, falarmos em Amazônia Atlântica.

Denominamos de Amazônia Atlântica a faixa do litoral brasileiro e da Guiana Francesa, especificamente, ao espaço que compreende o litoral oeste do Maranhão, juntamente com o litoral dos Estados do Pará e do Amapá e da Guiana Francesa. Não queremos, contudo, afirmar que essa porção do litoral brasileiro constitui-se um espaço homogêneo, pois, indubitavelmente, essa é a faixa da costa do País que apresenta grandes contrastes, tanto no quadro social, quanto no natural, na medida em que, grosso modo, poderíamos subdividi-la em outras frações: área de influencia do rio Amazonas, região do arquipélago marajoara, golfão maranhense.

Inegavelmente, os modos de vida das comunidades litorâneas da região estão diretamente ligados às particularidades do quadro natural, especificamente ao regime das águas. Os ribeirinhos, por excelência, possuem seu modo de vida dirigido pelo avanço e recuo das águas. Da mesma forma, os pescadores da parte litorânea são afetados também por essas características, pois em determinados períodos do ano há um aumento da salinidade da água, ocasionando a ocorrência de determinadas espécies.

Dessa maneira, a Amazônia Atlântica não poderá ser definida simplesmente pelas características do quadro natural, muito menos apenas baseada na divisão político-administrativa. O que queremos afirmar é que essa denominação específica da fração do litoral brasileiro correspondente à faixa costeira delimitada pela divisão regional geoeconômica, do que seria o complexo regional amazônico, juntamente com o litoral da Guiana Francesa. Não existe uma preocupação específica com limites territoriais político-administrativos, mas relacionando-o com o processo de formação espacial dessa região. Assim,

pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a

História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1982, p. 42).

A questão levantada em relação ao entendimento da Amazônia Atlântica se revela em entendê-la a partir de sua dinâmica de formação:

o interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre sua evolução. O estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre F.E.S.; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzindo numa de suas frações (SANTOS, 1982, p. 42).

Observa-se empiricamente que houve, em um primeiro momento, um fluxo sazonal muito intenso de pescadores do Estado do Maranhão para o Estado do Pará, motivados pela procura de determinadas espécies de peixes, principalmente de alto-mar como o pargo (*Lutjanus Purpureus*), a garoupa (*Epinephelus Morio*), a cavala (*Scombenomorus Cavalla*) e o serra (*Scomberomorus brasiliensis*). Algumas pesquisas desenvolvidas junto a comunidades pesqueiras<sup>11</sup> revelam que a mobilidade do pescador se dá por fatores econômicos, técnicos e ambientais. Através dessa mobilidade há uma troca constante, tanto no aspecto das técnicas de pesca, navegação, armazenamento, do modelo de embarcação, quanto a aspectos econômicos, como a maneira de divisão da produção. Isso se refletiu muito fortemente na organização socioespacial das inúmeras comunidades ao longo da faixa litorânea em questão.

A atividade da pesca sempre se destacou como importante fator de fixação de pessoas não somente na faixa litorânea, sendo que uma das principais características da pesca na Amazônia é a sazonalidade.

Historicamente, sempre houve uma ligação econômica muito forte das porções litorâneas do Pará e do Maranhão. Especificamente no período da Estrada

---

<sup>11</sup> Furtado, (1991); Maneschy (1993); Maués (1990); Mello (1985); Moraes (2007); Penner (1984); Sena (2005).

de Ferro de Bragança<sup>12</sup>, todo o fluxo de pessoas e mercadorias, entre a Baixada Maranhense<sup>13</sup> e os estados da região Norte, convergiam para a cidade de Bragança, que, atualmente, independentemente da abertura de inúmeros eixos rodoviários, possui uma ligação forte com essa porção do território maranhense.

O litoral amapaense não foge a essa dinâmica de ligação com o Estado do Pará. Nos anos de 1980, as embarcações paraenses de maior calado, tinham como limite para o desenvolvimento de suas atividades o Cabo Norte. Hoje a fronteira está mais distante, coincidindo com os limites territoriais do Brasil e, algumas vezes, chegando às águas internacionais.

Verifica-se que inúmeras embarcações paraenses passam grande parte do ano aportando em cidades do Estado do Amapá, principalmente em Calçoene, onde alguns empresários do ramo da pesca, oriundos de Bragança, já investem nesse espaço, com a abertura de filiais, dando um maior suporte à indústria de pesca.

Seguramente, a pesca constitui uma das principais atividades desenvolvidas na Amazônia Atlântica. Essa atividade foi responsável, em grande parte, pela dinâmica de ocupação dessa faixa, especificamente das inúmeras comunidades que ainda hoje têm sua lógica de reprodução na mesma.

Desde o início da ocupação portuguesa na Amazônia, a pesca desempenhou papel importante como fonte de alimento e de comércio, contribuindo na viabilização do domínio colonial (MANESCHY, 1995).

Destacando a importância dessa atividade na dinâmica territorial da Amazônia Atlântica, a Coroa Portuguesa estabeleceu no século XVIII os “Pesqueiros Reais”, visando ao controle do espaço litorâneo, assim como a possibilidade de cobrar pelo usufruto dos mesmos (MANESCHY, 1995).

Vale ressaltar que a pesca, sendo um setor estratégico para o Brasil, tanto no seu aspecto econômico quanto no aspecto social, nota-se que o Estado desde as

---

<sup>12</sup> A partir do ano de 1908 até 1965, período em que a EFB (Estrada de Ferro de Bragança) esteve em atividade tendo como extremos os municípios de Bragança e de Belém, Bragança que desde meados do século XIX já despontava como importante ponto de comércio entre o Pará e o Maranhão (MANESCHY, 1995), fortalece ainda mais essa condição. Isso se dá com a intensificação do fluxo de mercadorias e de pessoas, que chegavam do Maranhão em embarcações denominadas de “iates” e seguiam até Belém pela ferrovia.

<sup>13</sup> A Baixada Maranhense é definida como a região a oeste e sudeste da Ilha de São Luís, formada por grandes planícies baixas que alagam na estação das chuvas, criando enormes lagoas entre os meses de janeiro e julho. Essa região se estende por mais de vinte mil quilômetros quadrados e abrange cerca de vinte municípios, dentre os quais São Bento, Viana, Pinheiro, São Vicente Ferrer, Arari, Anajatuba, Pedro do Rosário, Peri Mirim, Palmeirândia (MARANHÃO, 2011).

primeiras décadas do século XX procurou efetivar um gerenciamento sobre tal atividade. Dessa forma, podem-se destacar quatro momentos principais da ação do Estado sobre a pesca, isso na esfera federal.

**QUADRO 3 - AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NO GERENCIAMENTO DA PESCA.**

Fases	Evento	Ações
<p style="text-align: center;"><b>P R I M E I R A  F A S E</b></p>	<p><b>Criação da Inspetoria de Caça e Pesca.</b> A mesma foi criada através da lei nº 2.544, do dia 04 de janeiro de 1912. Logo após sua criação a mesma passou a ser denominada de Serviço de Caça e Pesca e posteriormente em Divisão de Caça e Pesca (SENA, 2006, p. 77). Esse primeiro momento é denominado por Cardoso (2001, p. 80) como o da “formação do Estado Nacional e do estabelecimento da marinha de guerra brasileira”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esse primeiro momento é denominado por Cardoso (2001, p. 80) como o da “formação do Estado Nacional e do estabelecimento da marinha de guerra brasileira”;</li> <li>- A atividade da pesca era subordinada ao Ministério da Marinha, que visando seu fortalecimento como organismo das forças armadas, atrelou a si todos os pescadores brasileiros, através do sistema organizativo da categoria: colônias, federações e confederação nacional de pescadores (Cardoso, 2001, p. 80);</li> <li>- A gestão dessa atividade é repassada para o Ministério da Agricultura através do decreto nº 23150 de 15 de setembro de 1933;</li> <li>- O governo federal por meio do decreto nº 24.023 de 21 de março de 1934, visando o desenvolvimento do setor pesqueiro, concede benefícios aduaneiros à pesca e às atividades industriais ligadas a ela;</li> <li>- Em 1942 foi criada a Comissão Executiva da Pesca visando à implantação de cooperativas de pescadores.</li> </ul>



<p style="text-align: center;"><b>S E G U N D A  F A S E</b></p>	<p><b>Criação da SUDEPE</b> (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca). Subordinada ao Ministério da Agricultura pela lei delegada nº 10 de 11 de outubro de 1962, como órgão que concentraria as ações governamentais em relação à pesca no Brasil (SENA, 2006, p. 79).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Denominado de “processo de modernização da pesca” (CARDOSO, 2001);</li> <li>- Com a criação da SUDEPE tem início, efetivamente, a industrialização da pesca no país, sendo implementadas várias ações pelo poder público federal para tornar a atividade pesqueira mais atrativa aos empresários (SENA, 2006, p. 80);</li> <li>-Essa política destinou recursos para a criação e reprodução de uma estrutura industrial para o setor pesqueiro, através de incentivos fiscais para a compra de barcos e equipamentos e para a implantação de unidades de beneficiamento do pescado e outras ações de fortalecimento de uma pesca “moderna” (CARDOSO, 2001);</li> <li>- A partir da década de 1980 grande parte dos incentivos fiscais anteriormente concedidos à atividade da pesca são extintos, assim como a pesca sai da jurisdição do Ministério da Agricultura, passando para a gerência do Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) (CARDOSO, 2001; SENNA, 2006).</li> </ul>
--	--	--

<p style="text-align: center;">T E R C E I R A  F A S E</p>	<p><b>Criação do IBAMA.</b> Em 1989 a SUDEPE é extinta e nesse mesmo ano é criado o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O IBAMA, a partir de sua criação em 1989 passa a ser o gestor da pesca no Brasil. O mesmo é subordinado ao MMA;</li>   <li>- As ações desenvolvidas por esse órgão estavam ligadas à implementação de uma política de busca do uso sustentável dos recursos hídricos (SENA, 2006, p. 84);</li>   <li>- No ano de 1999, a pesca retornar à jurisdição do Ministério da Agricultura, especificamente do Departamento de Pesca e Aquicultura, entretanto o IBAMA fica responsável pela fiscalização da atividade da pesca.</li>   <li>- No ano de 2003 foi criada a Secretaria Especial de aquicultura e Pesca, objetivando o desenvolvimento de ações que possibilitem um maior crescimento do setor da pesca;</li> </ul>
---	--	--

<p><b>Q U A R T A  F A S E</b></p>	<p><b>Criação do Ministério da Pesca e Aquicultura.</b> No ano de 2009, no dia 29 de junho, Dia do Pescador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958. Era, então, criado o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do país. (MPA, 2010)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A criação do Ministério foi resultado de um esforço conjunto, entre poder público e sociedade civil. O marco inicial, no entanto, se deu no dia 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683) que criava a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR). O órgão federal, ligado à Presidência da República, ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios;</li> <li>- Desde então, a base desses anseios está fundamentada nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento do setor, mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental no uso dos recursos pesqueiros;</li> <li>- Outro momento importante foi a 2º Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, promovida pela SEAP/PR e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca (CONAPE). Com o tema a “Consolidação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca”, entre suas resoluções foi aprovada a proposta de centralização de todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor em um único órgão de governo e a transformação da SEAP/PR em Ministério.</li> <li>- A existência de uma instituição política sólida e da nova Lei da Pesca e Aquicultura, sancionada no mesmo dia da criação do Ministério, são os instrumentos que, agora, orientam e dão segurança para esse importante setor brasileiro. (MPA, 2010).</li> </ul>
--	---	---

Fonte: Cardoso (2001); Sena (2006); IBAMA (2009); MPA (2010).  
Organização: Elisamar Sousa.

Observa-se, com base no quadro anterior, que a gerência da atividade da pesca no Brasil, passou por momentos distintos, cada um deles com suas peculiaridades, sendo que, a princípio, a mesma foi importante no processo de formação do Estado brasileiro, especificamente no fortalecimento da marinha de guerra do País. Posteriormente, com a criação da SUDEPE, vislumbra-se a industrialização do setor pesqueiro, especialmente sustentado por atraentes subsídios estatais, assim como por volumosos empréstimos financeiros concedidos aos empresários do setor.

Em outro momento, com a criação do IBAMA e, concomitantemente, com a extinção de grande parte dos incentivos fiscais concedidos à atividade pesqueira, passam a ser desenvolvidas ações visando a priorizar práticas sustentáveis ao setor. Em outras palavras, o IBAMA, ao contrário da SUDEPE, que estava mais preocupada com a questão quantitativa da produção pesqueira, atenta, então, para a questão da sustentabilidade da atividade da pesca.

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no ano de 2009, é um marco na questão do gerenciamento da pesca no País, pois, pela primeira vez, a pesca é gerida por um ministério próprio. Nos momentos anteriores, sua tutela esteve sempre delegada a outros ministérios.

Em especial, relacionado a segunda fase do processo descrito no quadro 03, ou seja, no contexto da “modernização da pesca”, surge o parque pesqueiro de Icoaraci, em Belém, especializado principalmente na captura do camarão e da piramutaba. Em Bragança, surge a EMBRASA (Empresa Bragantina de Pesca S. A), que em seguida é adquirida pela Amazônica S.A, com sede em Fortaleza (CE), especializada na captura do pargo (*Lutjanus pupureus*), em especial a parte da frota que tinha como área de pesca o litoral do Pará e Amapá, enquanto que a parte da frota dessa empresa que tinha como área de pesca o litoral nordestino era especializada na captura de lagostas, sendo que o porto de embarque/desembarque era o da matriz.

A pesca destaca-se como atividade econômica estruturadora de grande parte do litoral amazônico. A vila de Bacuriteua está inserida nessa dinâmica, sendo que, historicamente, teve na mesma sua centralidade de reprodução. Ultimamente, passou por um processo de reestruturação socioespacial e socioeconômica em função da instalação em seu espaço de indústrias de pesca, ou seja, em função da modernização da atividade. Entretanto, esse processo de modernização não possui

nenhuma relação com o contexto descrito na segunda fase do quadro 03, pois estamos falando de eventos temporalmente distantes.

## **2.4 A indústria de pesca e suas implicações**

A indústria de pesca, assim como outras atividades industriais, constituem-se fatores de atração populacional. Por outro lado, ao analisarmos por essa perspectiva, ao se instalar em um determinado espaço, essa atividade traz consigo toda uma lógica de produção que será difundida e, conseqüentemente, sobrepor-se-á às práticas locais.

A indústria de pesca tem finalidade comercial e envolve embarcações aptas a operarem em toda a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), incluindo áreas oceânicas mais distantes, mesmo em outros países.

A indústria da pesca engloba as atividades de: corte filetagem, salga secagem, defumação, cozimento, congelamento e enlatamento da matéria-prima. O parque industrial brasileiro possui uma estrutura de beneficiamento com cerca de 20 anos de funcionamento e possui tecnologia comparável aos melhores parques industriais do mundo (FAO, 2004, p.3).

Essa atividade econômica é elemento fundamental para uma grande parcela de brasileiros, sendo bastante expressiva economicamente para o País, pois, mesmo sendo caracterizada como moderna, ainda demanda um grande contingente de trabalhadores para a captura das espécies, dinamizando intensa cadeia produtiva.

Especificamente nos referindo à região Norte, a mesma se destaca no cenário nacional como uma das principais fornecedoras de pescado, e, dentro dessa região, o Estado do Pará é o maior produtor.

A região Norte ocupa o segundo lugar no país, respondendo por 24,6% da produção nacional de 2003, sendo os Estados do Pará e Amazonas os mais representativos. O Estado do Pará, isoladamente, é responsável por 63% da produção da Região Norte e 15,5% da produção nacional, constituindo-se no maior produtor de pescado do país (SANTOS, 2006, p. 66).

Ainda, em relação à importância do Pará como produtor pesqueiro do Brasil, apesar das exportações do mesmo sofrerem um decréscimo nos últimos anos, esse Estado continua sendo um dos maiores produtores de pescado do País.

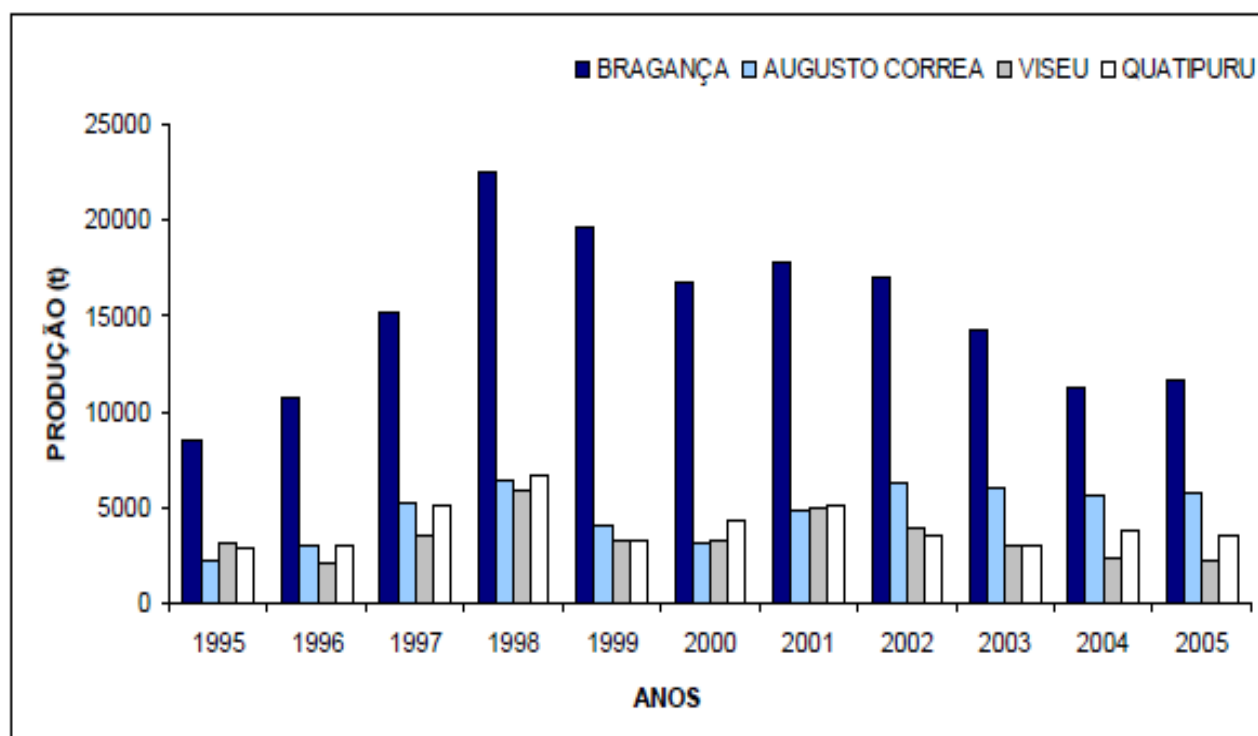
O Estado do Pará tem se mantido em lugar de destaque no contexto das exportações nacionais. Ao longo da década de 1990 essa participação manteve-se em torno de 21,73% das exportações nacionais. Entretanto nos anos de 2003 e 2004 essa participação decresceu substancialmente, situando-se no patamar de 9,6% e 10,8%, respectivamente. Para o ano de 2005 as perspectivas de crescimento são reais tendo em vista que só no período de janeiro a setembro as exportações estaduais já ultrapassam a casa dos US\$ 38,5 milhões. (SANTOS, 2006, 68).

Como já foi ressaltado anteriormente, a maior parte da população brasileira está fixada em uma faixa com distância inferior a 200 km do litoral. Dessa forma, muitas são as comunidades que se estruturam tendo por base a relação com o mar, e, também, em grande número são as comunidades que tiveram seu modo de vida tradicional modificado a partir da chegada e instalação da indústria pesqueira em seus espaços.

Há, na atualidade, uma crescente demanda por alimentos em escala mundial. Os mares e oceanos são responsáveis pela geração de grande parte das proteínas animais que chegam às mesas dos mais diferentes países. Partindo desse raciocínio, podemos, então, vislumbrar um cenário onde a conservação dos estoques, assim como os meios de vida tradicionais estarão seriamente comprometidos, pois quando nos remetemos à pesca industrial, basicamente visualizamos técnicas de captura e armazenamento bastante sofisticados, ocasionando a sobrepesca, ou seja, a captura de forma predatória, diferentemente da pesca artesanal, que se detém a utilizar técnicas de captura não tão impactantes.

Verifica-se que na Amazônia Atlântica há um acentuado aumento no número de indústrias de pesca nos mais diferentes municípios. Bragança já está inserida nesse circuito comercial desde a década de 1970, quando foi fundada a EMBRASA (Empresa Bragantina de Pesca S.A), que posteriormente foi vendida para a Amazônica S.A, tornando-se uma filial da mesma que tinha sua sede na cidade de Fortaleza (CE).

O Nordeste Paraense, em especial a região Bragantina, economicamente está relacionada com a produção pesqueira e dentro dessa fração do espaço paraense, Bragança destaca-se como o maior produtor, como pode ser visualizado no gráfico 1:



**GRÁFICO 1-** PRODUÇÃO TOTAL DE PESCADO DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O APL DA REGIÃO BRAGANTINA<sup>14</sup>.

Fonte: Pará, 2007.

As espécimes que apresentaram maior produção pesqueira e elevado valor comercial em 2005 foram o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), com 3.512,71 toneladas, o serra (*Scomberomorus brasiliensis*), com 2.937,53 toneladas, o pargo (*Lutjanus pupureus*), com 2.521,70 toneladas, a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) com 792,92 toneladas, e tubarão dos gêneros *Charcharrynos*, que apresentaram uma produção de 6,72 toneladas. (PARÁ, 2007).

Dentre do cenário da produção pesqueira do Município de Bragança, destaca-se a vila de Bacuriteua que, segundo levantamentos efetivados junto a Secretaria de Pesca de Bragança, estima-se que cerca de 80% de todo o pescado exportado pelo Município tem como origem os portos dessa vila.

<sup>14</sup> Arranjo Produtivo Local. Estudo elaborado pelo Governo do estado do Pará, visando identificar e incentivar as vocações e potencialidades econômicas do Estado. A região Bragantina aqui representada pelos municípios de Bragança, Augusto Corrêa, Tracuateua, Quatipuru e Viseu detém a pesca como umas das atividades tradicionais mais importantes, garantindo renda e subsistência para boa parte de sua população, porém poucas divisas são tributadas para essa região. Tais características inerentes a esta região foram responsáveis pela escolha da mesma, para a estruturação de um arranjo produtivo local potencial para a pesca e aquicultura (PARÁ, 2007).

O que se pode visualizar é que toda a economia da vila de Bacuriteua gira em torno da pesca. Se no passado outras atividades econômicas coexistiam com a pesca, como a produção agrícola, pecuária, na atualidade, as mesmas são diminutas, sendo que a pesca sustenta praticamente toda a economia de Bacuriteua e também grande parte da economia do Município.

## 2.5 Formação socioespacial do Município de Bragança

O Município de Bragança é uma dos mais antigos da Amazônia. Tem sua origem relacionada ao processo de defesa do território norte brasileiro contra as invasões “estrangeiras”, no século XVII. Silva (1981) afirma que já havia exploradores na costa oriental do Pará, especificamente na região que abriga o atual Município de Bragança, desde 1531. Segundo Pereira (1963), a região foi visitada pela expedição liderada por Daniel de La Touche, isso em 08 de julho de 1613. Dessa maneira:

a origem do município de Bragança está relacionada com a história da conquista da Amazônia, durante o Período Colonial. Os primeiros civilizados que exploraram as terras do atual município bragantino, situadas na margem esquerda do rio Caeté, no local onde havia uma aldeia que era habitada pelos índios da tribo dos Tupinambás, teria sido os franceses de La Ravardiere, que, por volta de 1613, após a conquista do Maranhão e com o intuito de aumentar seus domínios na região, mandavam seus homens adentrarem o território amazônico. Sabe-se que Pedro Teixeira, o conquistador da Amazônia, logo após a fundação da cidade de Belém, em 1616, passou pelo território bragantino em direção ao Maranhão, para levar a Jerônimo de Albuquerque a notícia enviada por Francisco Caldeira Castelo Branco, do êxito de sua missão (IDESP, 2011, p. 6).

De concreto, a ocupação da região pelos europeus começa a ser efetivada pelos colonizadores portugueses após a fundação de Belém, em 1616, quando a porção extremo-oriental da Amazônia assumiu importância estratégica por situar-se entre Belém e São Luís (MANESCHY, 1995). Nesse sentido, é interessante considerar as origens desse povoamento:

[...] a respeito das origens da cidade de Bragança, no ano de 1622, o rei Felipe III da Espanha doou a Gaspar de Souza, ex-Governador Geral do Brasil, uma capitania no “território recém-conquistado na Amazônia”, até então povoado por tribos indígenas [...] essa capitania prolongava-se do Turiaçu ao caeté (rios situados respectivamente no município de Turiaçu, Estado do Maranhão, e no município de Bragança), com vinte léguas para o



sertão. Dois anos depois, o mesmo rei autorizou o então Governador do Maranhão a doar capitâneas. Ele o fez doando a seu filho a capitania que denominou de Gurupi, às margens do rio Gurupi, com sede no povoado de Vera Cruz do Gurupi, cujos fundamentos acabara de lançar durante viagem que empreendeu de São Luís para o Pará. Esse povoado deu origem à cidade de Viseu. Não havendo confirmação real a essa doação, em 1663, Álvaro de Sousa, filho do primeiro donatário, escolheu o sítio da capitania que Gaspar de Sousa recebera requerendo as terras limitadas pelos rios Turiaçu e Quatipuru [...] A sede da capitania foi transferida de Vera Cruz para as margens do rio Caeté, em local anteriormente habitado por uma tribo de índios apotianga, descidos do rio Piriá (MAUÉS, 1995, p. 17-18).

Com o não desenvolvimento econômico da sede da ainda capitania, que estava situada na margem direita do rio Caeté, no espaço hoje conhecido como Vila-Que-Era, a administração da mesma é revertida à Coroa, durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que transferiu a referida sede para a margem esquerda do rio, fundando, em 1753, a Vila de Bragança (PEREIRA, 1963). Bragança assume posição de destaque desde então, concentrando a produção pesqueira e agrícola da porção mais oriental da região nordeste do Pará (MANESCHY, 1995, p. 18). A respeito da formalização do povoamento constata-se que:

a Lei Provincial nº 252, de 2 de outubro de 1854, criou a cidade de Bragança, como sede do respectivo Município. Coube a José Caetano Pinheiro desempenhar as funções de Intendente, para as quais foi eleito durante o primeiro triênio republicano de 1891 a 1893. Em 1856 o território de Bragança foi desmembrado quando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viseu passou à categoria de Vila e, concomitantemente, a Município, com o topônimo de Viseu, através da Lei nº 324, de 6 de julho (IDESP, 2011, p. 7).

Posteriormente, o crescimento do espaço da sede de Bragança foi acontecendo em todas as direções, distanciando-se das margens do rio Caeté, culminando com a atual configuração espacial da cidade.

No que se refere ao Município de Bragança, possui uma extensão territorial de 2.091,919 km<sup>2</sup> e uma população de 113.227 habitantes (IBGE, 2010). A área do município reúne uma população urbana de 72.621 habitantes, a população rural é de 40.606 habitantes.

No decorrer dos anos, passou por um intenso processo de divisão territorial, dando origem a vários outros municípios. Seu espaço ultrapassava os limites territoriais do atual Estado do Pará, adentrando em uma significativa faixa do atual Estado do Maranhão.

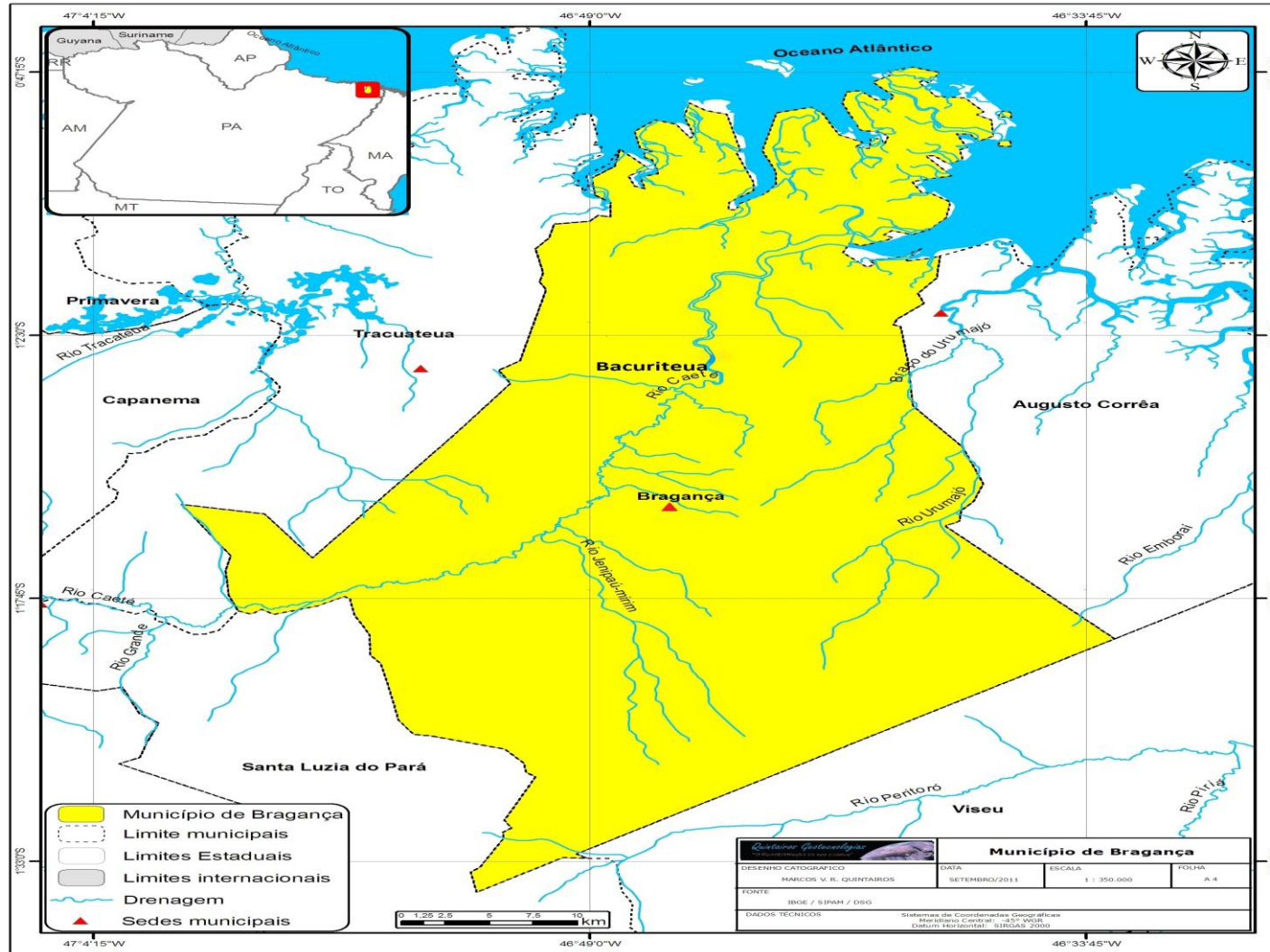
**Quadro 4 - GENEALOGIA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**

<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>
1613	Chegada dos franceses. No dia 08 de julho de 1613, uma expedição francesa liderada por Daniel de La Touche chega ao espaço onde está situada na atualidade o Município de Bragança.
1622	O rei Felipe III da Espanha doa a Gaspar de Sousa a faixa de terra compreendida entre os rios Turiaçu e Caeté.
1624	É criada a capitania de Vera Cruz do Gurupi, com sede às margens do rio Gurupi. Esse povoado deu origem à cidade de Viseu.
1663	Álvaro de Sousa transfere a sede da capitania para a margem direita do rio caeté, onde hoje está localizada a Vila-Que-Era, dando uma nova denominação, capitania do Caeté.
1753	Francisco Xavier de Mendonça Furtado transfere a sede da capitania para a margem esquerda do rio Caeté, elevando-a à categoria de Vila.
1854	É criado o Município de Bragança através da Lei Provincial nº 252, de 2 de outubro de 1854.
1856	O território do Município de Bragança é desmembrado para a criação do Município de Viseu.
1961	Parte do Município de Bragança é desmembrado para a criação do Município de Augusto Corrêa.

1991	O Município de Bragança é novamente fragmentado para a criação do Município de Santa Luzia do Pará.
1994	O distrito de Tracuateua é desmembrado do Município de Bragança, sendo elevado à categoria de município.

Fonte: IDESP (2011); Maneschy (1995); Pereira (1963); Silva (1981).  
Organização: Elisamar Sousa.

A criação do Município de Augusto Corrêa (Lei nº 2.460, de 29 /12/1961) e, posteriormente, a criação do Município de Tracuateua (Lei nº 5.858, de 29/09/1994) ocasionaram novas fragmentações ao território bragantino, fazendo com que o mesmo passasse de uma área de 4.172 Km<sup>2</sup> para um espaço de apenas 2.090,234 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), que corresponde ao atual território de Bragança.



**Mapa 3 – LIMITES DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**  
Fonte: IBGE/SIPAM/DGS  
Elaboração: Marcos V. R. Quinteiros (Setembro/2011).

Desde meados do século XIX, o Município de Bragança já se destacava como um dos mais dinâmicos economicamente do Estado do Pará. Sua localização estratégica fez com que fosse, por muito tempo, o principal polo econômico do nordeste paraense, pois se localiza a meio caminho entre Belém e São Luís. (MANESCHY, 1995, p. 22)

Devido a esse fator, até os anos de 1960, grande parte da comercialização entre os Estados do Pará e do Maranhão era escoada por Bragança, pela Estrada de Ferro de Bragança. Ressalta-se que, nesse período, a população, não só bragantina, mas de forma geral, em todo o Brasil, configurava-se, predominantemente, como rural. No caso específico de Bragança, essa população encontrava-se espalhada em torno dos projetos de colonização que foram financiados pelo governo federal e estadual e pelas vilas que surgiram nesse espaço, de forma espontânea, como Caratateua, Tijoca, Piabas, Almoço, Nova Mocajuba, Nova Canindé, Cacoal do Peritoró e Bacuriteua.

Com a extinção da Estrada de Ferro de Bragança, o Município passou por um período de estagnação econômica, enquanto alguns municípios situados às margens das rodovias federais recém-inauguradas passaram a vivenciar momentos de ascensão econômica. Entretanto, esse fator ainda não ocasionava uma migração em massa da população rural para o espaço urbano de Bragança. Esse processo migratório passou a acentuar-se a partir da década de 1980, quando a cidade de Bragança começou a sofrer um acelerado processo de expansão espacial, surgindo várias áreas de ocupação espontânea<sup>15</sup>. Dessa maneira, tal processo, que inicialmente, como já ressaltamos, era restrito apenas à sede municipal, gradativamente chega às principais vilas bragantinas, entre elas a de Bacuriteua, que rapidamente começa a se destacar, dentre as demais vilas, motivada pela instalação de algumas indústrias de pesca em seu espaço (mapa 5).

## **2.6 Bacuriteua: considerações sobre a área de estudo**

A Vila de Bacuriteua localiza-se na margem esquerda do rio Caeté, a 9 quilômetros da sede do Município de Bragança (mapa 4). Suas principais atividades econômicas, historicamente, são baseadas na pesca e na agricultura, sendo que a

---

<sup>15</sup> A sede do Município de Bragança está dividido atualmente em 13 bairros são eles: Alegre, Aldeia, Centro, Cereja, Jiquiri, Morro, Perpétuo Socorro, Padre Luís, Riozinho, Samaumapara, Taíra, Vila Nova e Vila Sinhá.

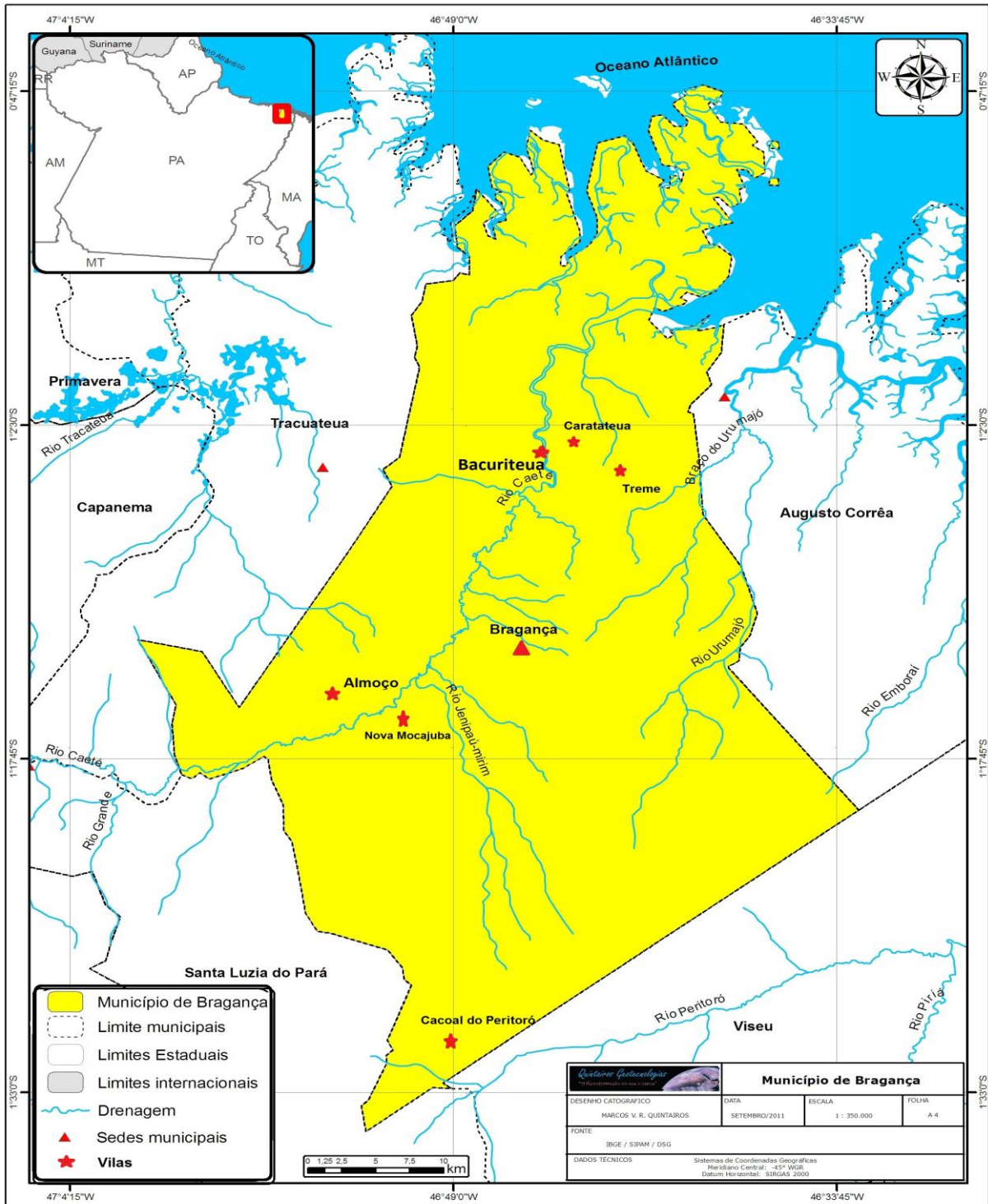
pesca destaca-se em relação à atividade agrícola. A maioria da população masculina é de pescadores, sendo registrado um percentual de 67,25% dos mesmos (SILVA, 2010). A Vila possui uma população de 2.527 habitantes: 50,03% são do sexo masculino e 49,97% do sexo feminino (IBGE, 2010).

A população local é predominantemente jovem<sup>16</sup>. 74,68% são naturais do Estado do Pará (Bragança, Augusto Corrêa, Belém, Castanhal etc.), 25,31% são imigrantes (22,39% do Ceará, 2,77% do Maranhão, e 0,15% de outros estados) (SILVA, 2010).

Durante muito tempo a pesca comercial no estuário do Caeté era sustentada por pescadores artesanais e algumas vilas se destacavam: Bacuriteua, Caratateua, Treme, Ajuruteua. Com a abertura da PA-458 (Bragança – Ajuruteua), na década de 1980, ligando a sede do Município à praia de Ajuruteua, Bacuriteua começa a passar por rápidas mudanças e as relações comerciais se intensificaram. No final da década de 1980, algumas indústrias de pesca se instalaram na vila. Esse é o grande diferencial entre a vila de Bacuriteua e as demais vilas de pescadores do Município de Bragança.

---

<sup>16</sup> Entre 14 e 26 anos (SILVA, 2010).



**Mapa 4 - LOCALIZAÇÃO DE BACURITEUA NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**

Fonte: IBGE/SIPAM/DGS

Elaboração: Marcos V. R. Quinteiros (Setembro/2011).

A origem da vila de Bacuriteua, segundo levantamentos efetuados junto à comunidade local<sup>17</sup>, remonta à década de 1930, quando algumas famílias originárias da sede do Município de Bragança migraram para esse espaço. Dentre essas famílias, duas são lembradas pelos antigos moradores como as pioneiras, a família Gama e a família Matos, que fixaram moradias às margens do rio Caeté, às proximidades do atual templo católico.

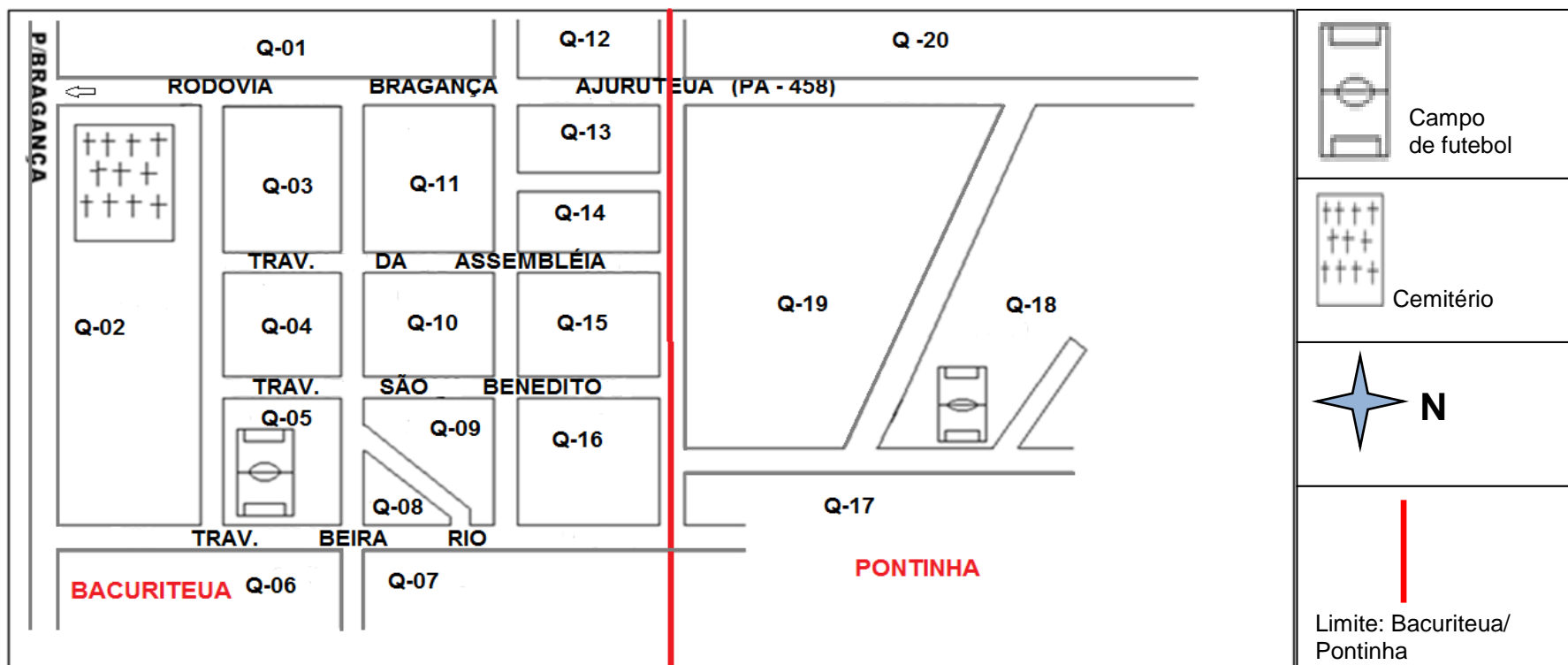
Percebemos, durante nossa coleta de dados que há uma subdivisão territorial estabelecida pelos moradores de Bacuriteua, por meio da qual a vila é dividida em Pontinha e Bacuriteua (figura 1). Isso fica evidente quando os mesmos afirmam que em “Bacuriteua só tem cearense” e que “os bacuriteuenses moram na Pontinha”, referindo-se especificamente aos migrantes e aos moradores tradicionais daquele espaço, respectivamente.

Na realidade, o que percebemos é que há um predomínio de migrantes na área denominada pelos moradores como sendo “Bacuriteua”, maciçamente de pessoas oriundas do Estado do Ceará, enquanto na “Pontinha” percebe-se que estão vivendo os moradores antigos da vila.

---

<sup>17</sup> Entrevistamos alguns dos moradores mais antigos de Bacuriteua, que revelaram as informações sobre a origem do povoado que deu origem à atual Vila. São eles o Sr. Benedito Silva Matos (Bené Paca), sua esposa Maria de Nazaré Silva (Nazaré Paca), Tereza Rodrigues, Gilson Matos, Isabel Costa Pereira e Ivanila Silva.



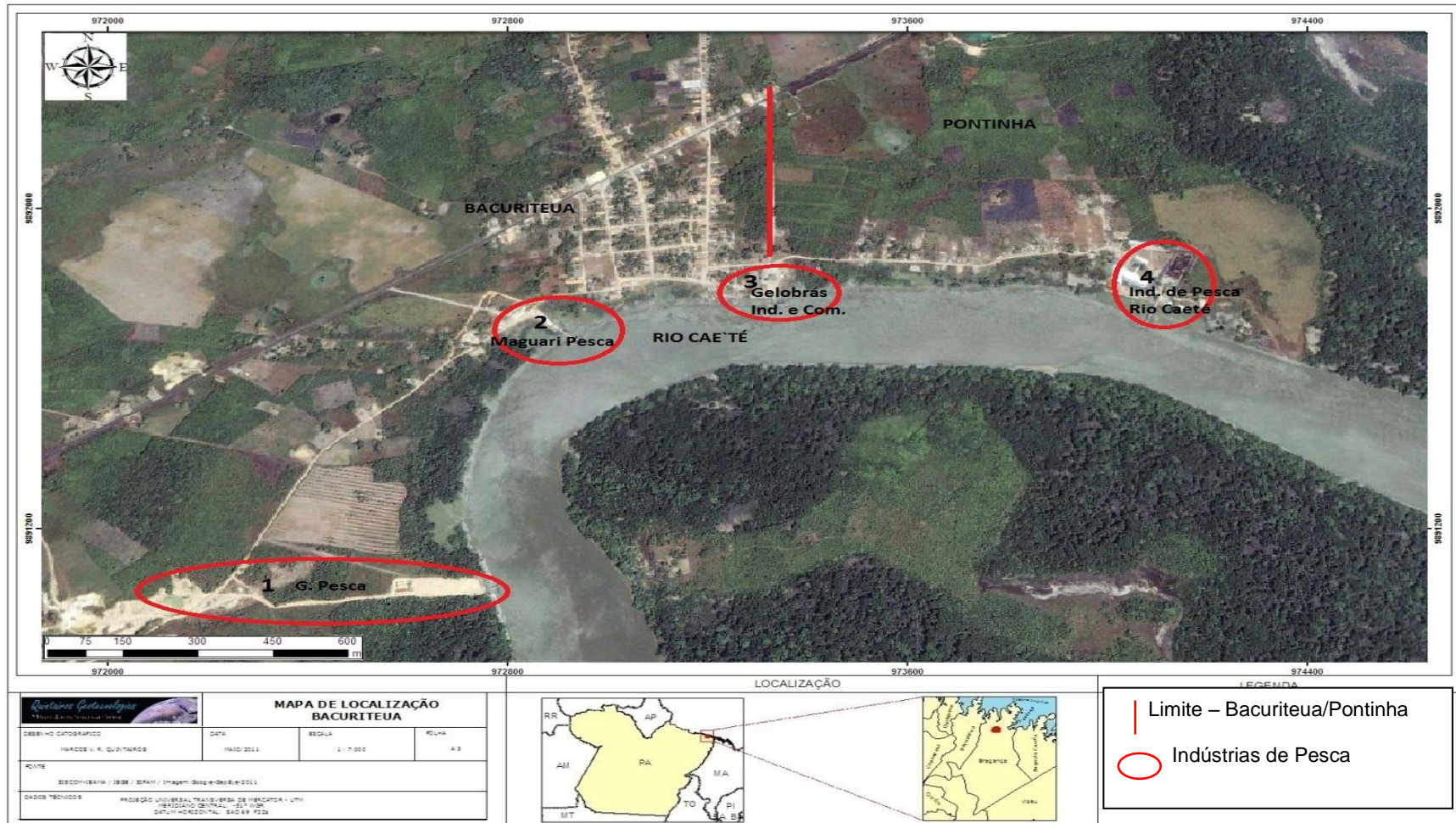


**Figura 1** – SUBDIVISÃO ESPACIAL DE BACURITEUA ESTABELECIDADA PELOS MORADORES  
 Fonte: Funasa (2011).  
 Adaptação: Elisamar Sousa.

Percebe-se, que no espaço da vila de Bacuriteua, denominado de Pontinha, a disposição das moradias não obedece a um traçado capaz de definir quadras. Já na porção denominada de Bacuriteua há um predomínio do desenho retangular das quadras mais evidente, bem delimitado, como é demonstrado na figura 1.

A vila de Bacuriteua possui atualmente 759 imóveis, dos quais 638 tem a função residencial, 42 são comércios, enquanto o restante são terrenos desocupados ou possuem outras funções (depósitos, indústrias, estaleiros etc.). (FUNASA, 2011).

Em relação às indústrias de pesca, como já foi ressaltado anteriormente, Bacuriteua possui instaladas em seu espaço quatro indústrias. Duas delas – Gelobrás e Maguari - são filiais, enquanto as demais (Rio Caeté e G. Pesca) são empresas matrizes.



**Mapa 5 – LOCALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCA EM BACURITEUA**

Fonte: IBGE/SIPAM/DGS

Elaboração: Marcos V. R. Quinteiros (Maio/2011).

A primeira empresa a instalar-se em Bacuriteua foi a Gelobrás, no ano de 1988. A mesma faz parte do Grupo CAMPASA, com sede na cidade de Curuçá, Estado do Pará.



**FOTO Nº 1** - INDÚSTRIA DE PESCA GELOBRÁS: primeira a começar a operar na vila de Bacuriteua. Vista de sua entrada principal (Foto: Elisamar Sousa 15/08/ 2011).

A Indústria de pesca Gelobrás, começou a operar no dia 11 de julho de 1988. Logo após entrar em funcionamento, várias embarcações, quase exclusivamente originárias do Estado do Ceará, passaram a comercializar sua produção com essa empresa. Os pescados são enviados para a cidade de Curuçá, onde está localizada a matriz da empresa e lá passam por um processo de industrialização. A empresa Gelobrás ainda hoje abastece as embarcações (gelo, óleo diesel, rancho, dinheiro para os pescadores). Os proprietários desses barcos pagavam a dívida somente no final da pescaria, sendo essa uma maneira de criar um controle sobre os patrões de pesca<sup>18</sup>, configurando-se uma espécie de “aviamento”, sendo que o preço pago pelos pescados aos proprietários que submetem a esse processo são inferiores aos preços de mercado. Essa diferença é denominada de “comissão”, em função do crédito cedido.

---

<sup>18</sup> Proprietários de embarcações pesqueiras.



A Indústria de pesca Rio Caeté começou a operar no ano de 1996. É a que possui a maior estrutura física. No ano de 2009 parou o processo de industrialização de pescados. Na atualidade está operando somente no ramo de abastecimento de embarcações (venda de óleo diesel e gelo). Entretanto, verifica-se grande movimentação de embarcações em sua área. Segundo levantamento in loco, a mesma está arrendada para empresários cearenses e voltará no próximo ano a industrializar pescados. Estima-se que durante os anos de 1996 e 2009, em média aportavam mensalmente 30 embarcações no trapiche da Indústria Rio Caeté, exclusivamente vindas dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará.



**FOTO Nº 2 - INDÚSTRIA DE PESCA RIO CAETÉ:** localizada na “Pontinha de Bacuriteua”, na atualidade não está em operação o processo de industrialização, funcionando apenas como ponto de abastecimento de embarcações (Foto: Elisamar Sousa 15/08/2011).

A Empresa Pesqueira Maguari iniciou suas atividades na vila de Bacuriteua no ano de 2003. Como já foi ressaltado anteriormente, houve uma mobilização da comunidade local contra a instalação da mesma. A empresa não processa o pescado em suas instalações. O mesmo é enviado *in natura*

para Belém, para a sede da empresa, a fim de ser industrializado. A empresa possui um espaço bastante amplo, com trapiche construído em concreto armado, assim como uma central de rádio amador, para a comunicação com as embarcações pesqueiras.



**FOTO Nº 3 – PESQUEIRA MAGUARI:** portão de entrada principal. Destaca-se dentre as demais como a que apresenta melhor infraestrutura (Foto: Elisamar Sousa 15/08/2011).



**FOTO Nº 4 – PESQUEIRA MAGUARI:** vista a partir do seu trapiche (Foto: Elisamar Sousa 15/08/2011).

A empresa G. Pesca é a que mais se destaca dentre às instaladas na vila de Bacuriteua, pois exporta sua produção para os Estados Unidos e para a Europa. Possui uma frota própria de embarcações que atua na pesca de alto-mar e também costeira, especialmente no estuário do rio Amazonas. Essa empresa está expandindo sua atuação com a construção de uma filial na cidade de Calçoene, no Estado do Amapá.



**FOTO Nº 5** - G. PESCA: exporta seus produtos para os Estados Unidos e para a Europa. Vista de sua entrada principal (Foto: Elisamar Sousa 15/08/ 2011).



**FOTO Nº 6** - G. PESCA: apesar de exportar seus produtos para o mercado internacional, apresenta alguns problemas na sua infraestrutura, como em seu trapiche (Foto: Elisamar Sousa 15/08/ 2011).

QUADRO 5 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS ATUALMENTE PELAS INDÚSTRIAS EM BACURITEUA

Empresa	Atividades Desenvolvidas							Nº de Funcionários	Quantidade de embarcações atendidas mensalmente	
	Abastecimento de gelo	Abastecimento de óleo	Rancho	Isca	Vale*	Compra de Pescado	Processamento de pescado		Próprias	Outras**
<b>Gelobrás</b>	X	X	X	X	-	X	-	12	-	40
<b>Rio Caeté</b>	X	X	X	X	-	-	-	08	-	80
<b>Maguari</b>	X	X	X	X	-	X	X	05	-	40
<b>G. Pesca</b>	X	X	X	X	X	X	X	110	09	30

Fonte: Levantamento de campo junto às empresas. (março, 2012).

Organização: Elisamar Sousa.

\* Vale corresponde ao adiantamento em dinheiro dado aos pescadores anteriormente a saída para a pescaria.

\*\* Embarcações que não pertencem à frota da empresa, mas se direcionam à mesma visando a conseguir os insumos necessários ao desenvolvimento da atividade, comprometendo-se em pagar o carregamento com a produção obtida durante a viagem, ou então simplesmente se destinam aos trapiches dessas empresas para abastecerem suas embarcações.



A Empresa G. Pesca, é a que possui o maior número de funcionários, em média 110 (cento e dez) empregados, entretanto, segundo levantamentos efetivados na mesma, cerca de apenas 30% dos mesmos são nativos ou moram na vila de Bacuriteua, os demais residem na sede do Município ou em localidades próximas à Bacuriteua. Essa empresa possui um frota própria de 9 (nove) embarcações e abastece em média 20 (vinte) outras para garantir a exclusividade na compra do pescado das mesmas.

Ainda segundo levantamentos efetivados na empresa G. Pesca, a mesma processa diariamente, em média 10 (dez) toneladas de pescado, girando em torno de trezentas toneladas mensais, sendo que os principais produtos são o filé de peixe, o peixe eviscerado<sup>19</sup> e postas de peixe. Dentre a variedade de espécies que a empresa beneficia, destaca-se a pescada-amarela (*Cynoscion acoupa*), o pargo (*Lutjanus Purpureus*), a ariacó (*Lutjanus Synagris*), a guaiúba (*Ocyurus chrysurus*).

Parte da produção dessa empresa é destinada a abastecer o mercado nacional, em especial os mercados das regiões Nordeste e Centro-Sul e, também, ao mercado internacional como Estados Unidos da América, Canadá, Colômbia e a União Europeia. Hoje atua com sede própria situada no Município de Bragança, com uma área dividida em Sede Administrativa, Processamento e Área destinada aos funcionários, possuindo também, na sua estrutura, fábrica de gelo própria. A Empresa G. Pesca possui filiais ou representantes em Natal, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém. A mesma é destacada em revista de circulação nacional, como a principal responsável pelo desenvolvimento econômico da pesca no Município (anexo 2).

A empresa Pesqueira Maguari, na atualidade está atuando em Bacuriteua com a nomenclatura de Posto e Geleira Bacuriteua, entretanto, como foi declarado pela responsável, a mesma está arrendada para um ex-funcionário da Pesqueira Maguari, que fica encarregado pela compra e o envio de pescados (serra, cavala, pargo, pescada e lagosta) para serem processados em Belém na sede da Maguari. No ano de 2011 a filial enviou para a matriz em Belém, cerca de 450 (quatrocentos e cinquenta) toneladas de pescado.

---

<sup>19</sup> Peixe sem vísceras.

Segundo levantamento efetivado in loco, a empresa possui 05 funcionários, sendo que nenhum dos mesmos é natural ou mora na vila de Bacuriteua.

A Empresa Pesqueira Maguari S.A., trabalha por meio de esquema de “crédito”, espécie de aviamento, que é a relação comum detectada entre os proprietários das empresas de pesca e os patrões de pesca, onde o dono da embarcação abastece seu barco, comprometendo-se em saldar sua dívida com o pescado produzido durante a viagem, significando que o preço pago pelo financiador é menor que o preço de mercado. Geralmente, essa diferença é em torno de 10%, correspondendo ao que é conhecido no meio da pesca como “comissão”. Essa é a maneira encontrada pelos empresários de maximizar seus lucros.

Em média 600 (seiscentas) toneladas de gelo são comercializadas mensalmente pela empresa Pesqueira Maguari, onde são abastecidas embarcações originárias, principalmente do estado do Ceará, e algumas de Belém. Como foi declarado pela responsável, a demanda por gelo e óleo é bem maior do que a empresa pode oferecer.

A Empresa Gelobrás, como já citamos em outro momento, é a que atua há mais tempo na vila de Bacuriteua. É certamente a mais fechada de todas, isso em relação ao repasse de informações para a pesquisa, assim como, em relação à população local, como nos foi repassado durante nosso trabalho de campo por alguns moradores da vila, pois, enquanto as demais empresas permitem que haja circulação em suas dependências ou em parte delas, o acesso ao interior da Gelobrás é permanentemente proibido<sup>20</sup>.

Entretanto, nos foi falado na Gelobrás, pela sua secretária, que a empresa trabalha somente com o abastecimento de embarcações e que possui 12 (doze) funcionários. Em média são descarregados no trapiche da empresa 10 (dez) embarcações semanalmente e um número igual é também abastecido. As embarcações atendidas por essa empresa são oriundas dos

---

<sup>20</sup> Verificou-se que em determinados momentos há a necessidade da população local adentrar nas empresas, especialmente quando há falta de água, pois as mesmas possuem poços artesanais e cedem aos moradores. Da mesma forma, foi-nos ressaltado que nos momentos de festas religiosas na comunidade há a contribuição das demais empresas de pesca, com exceção da Gelobrás, fato esse que não comprovar, entretanto, sentimos dificuldades de contatar com os responsáveis da empresa, da mesma forma que não foi permitida nossa entrada no interior desse estabelecimento.

Estados do Ceará, principalmente de Camocim e algumas do Estado do Maranhão, especificamente de São Luís e São José de Ribamar.

A empresa Rio Caeté é a que possui a maior infraestrutura para processamento de pescado, entretanto, a mesma, na atualidade, está arrendada e trabalha apenas no abastecimento de embarcações que são originárias tanto do Município de Bragança, como dos Estados do Maranhão, Ceará e Piauí.

Ela possui 08 (oito) funcionários, englobando vigias, operadores de máquinas, frentista e pessoal da parte administrativa. Observa-se que a Empresa Rio Caeté foi projetada para produzir para exportação, pois se pode visualizar em sua estrutura câmaras frigoríficas, salão de filetagem de pescado, departamento de embalagem, oficina, dentre outros espaços necessários à indústria de transformação do pescado.

Assim, do ponto de vista econômico, a instalação dessas indústrias de pesca dinamizaram a economia de Bacuriteua, destacando-a economicamente no Município de Bragança. Da mesma forma, ocasionou uma expansão espacial muito rápida na vila. Com isso a população tradicional, que por muito tempo morava às margens do rio Caeté, na área denominada pelos antigos moradores como “Bacuriteua”, teve que ceder seus espaços, adaptar seus costumes e suas práticas socioeconômicas a uma nova lógica, em grande parte definida por essas empresas aí instaladas.

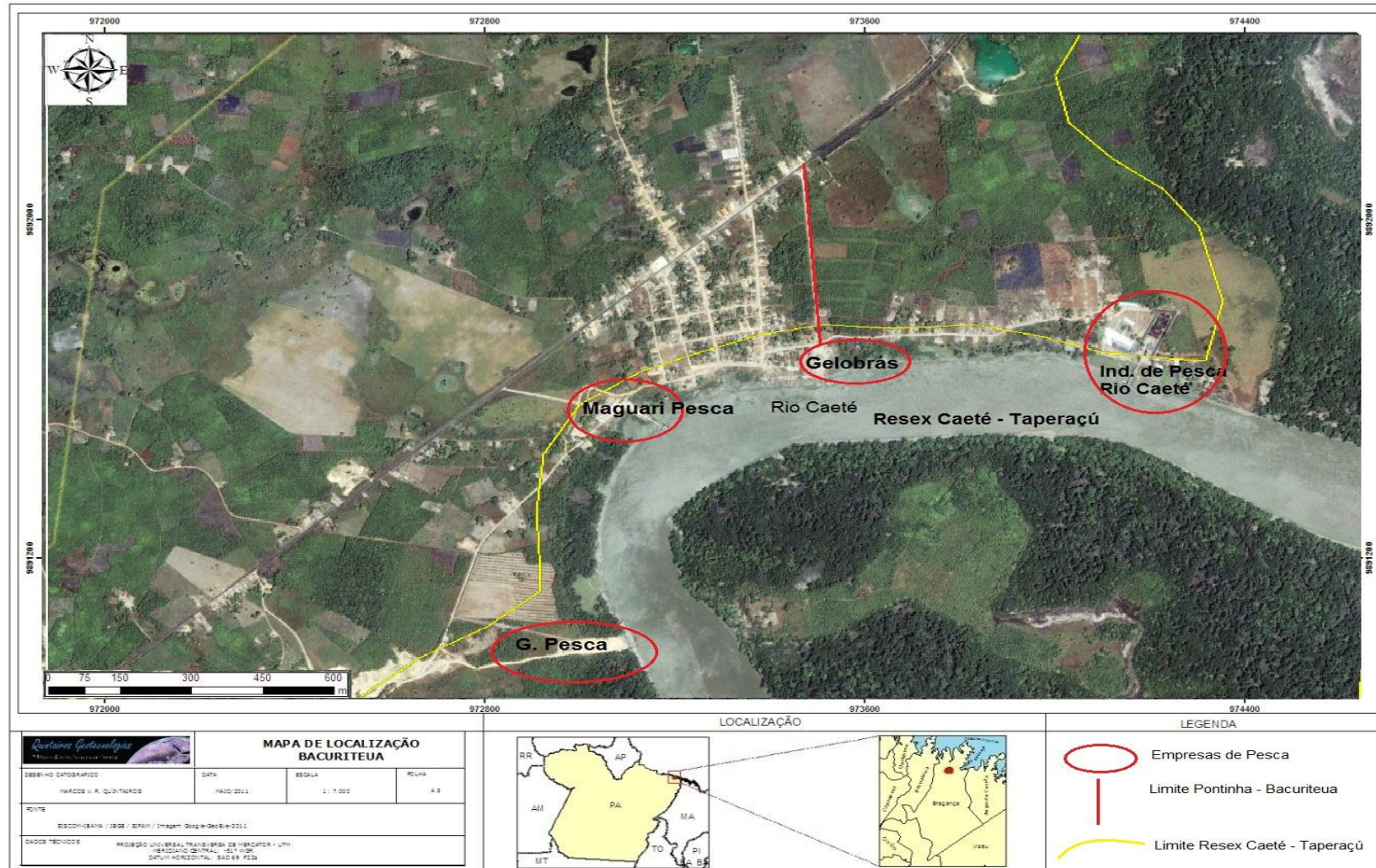
Com a criação da Resex Caeté - Taperaçu<sup>21</sup>, uma pequena parcela da vila de Bacuriteua passou, então, a compor essa unidade de conservação. Tal área corresponde a uma estreita faixa às margens do rio Caeté, como é demonstrado no mapa 6, onde se pode verificar que as indústrias de pesca ficaram inseridas no espaço da Resex, com exceção da empresa Rio Caeté, que ficou apenas parcialmente dentro da área da mesma.

A seguir, no terceiro capítulo, procuramos demonstrar as transformações no modo de vida da população tradicional de Bacuriteua, tendo como indutor a indústria de pesca. Para isso recorreremos como técnica de pesquisa às histórias

---

<sup>21</sup> Foi criada através do Decreto s/n de 20/05/2005 (anexo 3), apresenta pouco mais de 68% de Formações Pioneiras, inserida no município de Bragança, PA. Apresenta cerca de 3000 famílias que vivem do extrativismo (extrativistas, pescadores, caiçaras, seringueiros, ribeirinhos, entre outros) e por volta de 5000 famílias que vivem da agricultura (pequeno proprietário rural ou posseiro) (ICMBIO, 2010).

de vida. Procuramos, a partir da análise das mesmas, identificar em um primeiro momento, como era o modo de vida dos moradores da vila em questão.



**Mapa 6 – ÁREA DE BACURITEUA INSERIDA NA RESEX CAETÉ – TAPERACÚ.**

Fonte: SIPAM/DGS/MMA/ICMBIO.

Elaboração: Marcos V. R. Quinteiros/Elisamar Sousa (Março/2012).

## **CAPÍTULO 3 - INDÚSTRIA DE PESCA E ESPAÇO DE VIVÊNCIA DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS DE PESCADORES.**

### **3.1 O modo de vida tradicional dos moradores da vila de Bacuriteua**

A população tradicional do litoral paraense é formada principalmente por pescadores artesanais e pequenos produtores agrícolas, existindo, na maioria das comunidades tradicionais de pescadores, uma integração entre a agricultura e a pesca. Ao abordamos o modo de vida tradicional dos moradores da vila de Bacuriteua, observa-se que a mesma se enquadrava nesse cenário descrito anteriormente.

Entretanto, para se conseguir chegar a essa afirmativa, recorreremos como instrumental de pesquisa as evidência orais, assim:

a evidência oral, por assumir a forma de histórias de vida, traz a tona um dilema subjacente a toda experiência histórica a toda interpretação histórica. Além disso, a evidência, em cada historia de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo. Porém, para tornar possível a generalização, temos que extrair a evidencia sobre cada tema de uma série de entrevistas, remontando-a para enxergá-la de um novo ângulo, como que horizontalmente, em vez de verticalmente; e, ao fazê-lo, atribuir-lhe um novo significado (THOMPSON, 2002, p. 302).

Com relação à história de vida, a mesma é uma entrevista onde há uma troca entre o entrevistador e o entrevistado, pois o segundo vai revelar, na medida do possível, o seu interior, suas vivências e sua visão de mundo, de forma retrospectiva. Existem dois tipos de histórias de vida: a completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida, e a tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão (MINAYO, 1993).

O modo de vida da população tradicional de Bacuriteua consistia na pesca, especialmente no rio Caeté em suas adjacências, na coleta de caranguejos, assim como na agricultura de subsistência, esta última em um aspecto secundário, em que a produção de mandioca para a produção de farinha e do tabaco se destacavam.

Nasci e me criei aqui né? Ainda estou por aqui até agora né? Aí, Deus é quem sabe quando. Pois é, a minha vida, desde o início, é negócio de trabalho: pescaria, tirar caranguejo... É a minha profissão era essa né? É pescar e trabalhar na roça também, e trabalhar na praia também, mas era na maré, no mar, trabalhar na pescaria. A gente pescava desde a idade de dez anos. Comecei na maré né? Pescava, apanhava chuva, é, caranguejo. Quando não pescava era no caranguejo, semana no caranguejo, é, é assim. Tem vez que era aqui na terra, era virando terra, cortando negócio de terra, roça também né? (Morador de Bacuriteua 01, 82 anos, em 04/02/2012).

(...) o dia-a-dia era roça. Plantava maniva, plantava o milho, plantava-se algodão. Nós plantávamos algodão, é. O que mais então? Feijão, era isso que tinha por aqui e era mato mesmo, ou então era a maré. Na verdade, todo mundo trabalhava na roça e na maré. Mais na maré do que na roça, porque na maré todo o dia a gente comia e na roça não. Tinha que esperar a terra dar e a maré não, toda hora dava (Moradora de Bacuriteua 01, 65 anos, em 05/03/2012).

A produção era destinada basicamente à alimentação e, quando havia algum excedente o mesmo era comercializado na sede do Município de Bragança, ou então, alimentava um comércio primitivo, pré-capitalista, tanto na vila de Bacuriteua, quanto nas vilas adjacentes. Esse comércio era baseado no escambo, como é declarado a seguir:

eu salgava peixe, ia pescar. Salgava peixe e levava para Tacuandeuá, onde eu tinha os meus parentes, da minha mãe. Lá eu trocava com tudo, vizinho. Eu trocava com tudo, com fruta. Quando eu vinha, meu pai ia me buscar lá no porto de Tacuandeuá. Olha a sacada de coisas que eu trazia. Se eu ia vender o peixe ou o caranguejo que eu tirava, ninguém queria, porque o que um fazia o outro sabia fazer. Então, era mais negócio eu ir para os outros lugares levar peixe, principalmente peixe salgado lá pro outro lado. Lá para o Tacuandeuá, e lá eu trocava com o que desse certo, era galinha, pato, fruta, era o que desse certo mesmo eu ia trocando e trazia pra cá pra casa (Moradora de Bacuriteua 02, 83 anos, em 04/02/2012).

eu tirava caranguejo. Eu pescava amoré, tirava pacamão do buraco e eu... E aí meu dia-a-dia era para o mangue... Meu marido, quando me casei, meu marido dizia "pra onde tu estás?" Eu dizia, "para o mangal". "O que tu está fazendo com peixe?" Quando eu chegava, eu tirava caranguejo, pegava amoré, e eu fazia aquela minha carga de peixe, sabe? PEGAVA O PEIXE, botava em uma sacola e levava aqui no rumo de Bragança, para aqueles sítios e ia dar o peixe. O peixe, ia trocar com coisa que não tinham aqui, com frutas, com outras coisas (Moradora 03, 86 anos, em 05/02/2012).

Chama-nos a atenção o estabelecimento de uma divisão do trabalho por gênero, em que alguns chefes de família se deslocavam para pescar em locais mais longínquos, chegando a ficar fora de casa em torno de oito dias. Nesse período as mulheres ficavam responsáveis pela atividade agrícola e também pela obtenção de alimentos para o dia-a-dia, tendo que sair à procura do mesmo no rio, efetivando pescarias, ou no manguezal, através da coleta de caranguejos, da “catação” de caranguejos<sup>22</sup>, ou ainda a confecção de utensílios de pesca, a produção de carvão, dentre outras atividades. Alencar (1993), ao realizar estudo sobre a questão de gênero na atividade pesqueira nos afirma que:

a forma de organização social do trabalho na pesca (...) enfatiza um modelo bipolar de divisão do trabalho, que se caracteriza pela ênfase que é dada à distinção das atividades e dos espaços de acordo com os gêneros. O mar aparece como um espaço principalmente ou exclusivamente masculino, onde ocorrem as atividades tidas como as mais significativas para a economia do grupo. Em terra, o elemento que se destaca é a mulher, atuando num espaço onde são realizadas atividades de importância “menor”, as do espaço doméstico, as da agricultura, produção de carvão e até mesmo aquelas realizadas nas beiras de praia. São assim percebidas porque não geram renda, ainda que o grupo delas dependa para sua subsistência. Apesar desta visão, sabemos que estas atividades, mesmo que gerando pouca renda, são significativas porque complementam ou suportam a atividade principal realizada no mar, a pesca.

Este modelo de divisão bipolar de divisão socioespacial e do trabalho (...) tem sido característico da visão intelectual da atividade pesqueira. Em alguns casos, aparece de forma rígida, principalmente porque reforça as distinções das atividades de acordo com os espaços e com o gênero que as realizam. Também porque remete a categorias classificatórias que expressam valores diferenciados para as atividades quando realizadas no mar ou na terra (ALENCAR, 1993, p. 65 - 66).

Obviamente, verifica-se que as necessidades da comunidade limitavam-se às básicas, principalmente envolvendo a alimentação e o vestuário. Pouco ou nenhum recurso era destinado à questão da aquisição de bens de consumos duráveis, visando a algum tipo de conforto domiciliar, até mesmo

---

<sup>22</sup> Atividade que consiste na retirada da carne do caranguejo de sua estrutura óssea, sendo que essa etapa de trabalho constitui-se, geralmente, como uma atividade feminina. Os produtos oriundos dessa atividade são a “massa de caranguejo” e as “patas de caranguejo”. Essa atividade pode ser efetivada na casa da catadora ou em uma unidade produtora, na maioria das vezes um barracão, chamado de “catação”.



devido praticamente a inexistência de excedentes que possibilitassem a aquisição dos mesmos.

A circulação de pessoas e mercadorias era efetivada por duas vias principais: uma era o rio Caeté, através de embarcações, como canoas e bastardos<sup>23</sup>, e a outra, era por terra, a pé. Essas vias tinham funções e usos específicos. Quando se desejava uma viagem mais rápida, era utilizada a via terrestre, isso no caso de doenças, deslocamento para a escola localizada na sede do Município, compras e venda de mercadorias em pequenas quantidades, ou seja, que pudessem ser transportadas pelos próprios moradores. Para o deslocamento de quantidades maiores de mercadorias era utilizada a via fluvial.

Para ir pra Bragança era de canoa, de canoa. Não era por terra. Não tinha horário, não tinha carro assim, transporte. E aí, era só quando não era de canoa, era no pé. Botava o material no ombro, saía daqui cinco horas seis horas da manhã. Sete horas estava chegando lá em Bragança. Ai vendia o que tinha de vender, comprava o que tinha de comprar, voltava pra trás. Meio dia já estava chegando de novo. Quando não era de canoa, quando era de canoa mesmo. Era nesse tempo, era assim mesmo (Morador de Bacuriteua 01, 82 anos, em 04/02/2012).

Quando eu me entendi, para a gente ir pra Bragança, ou era a pé, ou era de canoa. Não tinha nenhum outro tipo de transporte. Quando adoecia alguém e tinha que levar para o hospital, tinha que ir chamando nas casas, pra botar o caboclo na rede, no pau-de-carga e levar, porque de canoa demorava muito. Que ver quando a maré estava vazando, aí mesmo que demorava. Era muito ruim, quando a gente ia para a aula, porque aqui só tinha mesmo o negócio atrasado, de estudo, aí tinha que ir pra Bragança. Tinha que ir e vir todos os dias. Quando era inverno mesmo, que o caminho era todo alagado, daqui até chegar lá pertinho da escola, era tudinho alagado. O pessoal que ia de canoa, era só quando ia levar assim muita mercadoria pra vender, ou então quando eles iam comprar alguma coisa. É, eles iam pra Bragança na hora da maré. Quando a maré estava enchendo e voltavam quando ela estava vazando. Eles não tinham assim aquela preocupação com um horário certo. É mais a gente que estudava, eu com as companheiras, tinha que chegar certinho, mais era bom, era sim (Moradora de Bacuriteua 03, 86 anos, em 05/02/2012).

Ao observamos os depoimentos anteriores, podemos verificar as formas de circulação existentes entre a vila de Bacuriteua e a sede do Município de

---

<sup>23</sup> Embarcação de propulsão, a vela e a remo, própria para trafegar nas águas dos furos, canais e desembocaduras de rios. É uma embarcação construída com tábuas sob cavername (conjunto de cavernas que dão sustentação e forma a uma embarcação), sem quilha, medem seis metros de comprimento em média.

Bragança, ficando evidente a existência de tempos diferenciados para os moradores da comunidade, ou seja, um tempo ditado pela relação com o rio, e outro tempo voltado aos ritmos estabelecidos pela sociedade. Nesse sentido, Nascimento (1995) ao estudar algumas comunidades pesqueiras do Município de Maracanã, especialmente a temática do “tempo natural” dos pescadores em oposição ao “tempo do relógio”, ditado pelo capitalismo, observa que:

o passado lembrado pelos velhos é o “tempo da fartura”, onde a principal característica é a abundância, possibilitada pelo pluralismo econômico, onde a agricultura, a pesca, a coleta e o artesanato, congregavam-se em um calendário articulando as tarefas aos ritmos da natureza. O presente é o “tempo da famitura” caracterizado pela pesca exclusiva, onde a degradação da natureza, os problemas fundiários, a especulação imobiliária, intensificada pelo turismo, e o aumento da demanda pelos produtos do mar, traduzem-se em uma perda da qualidade de vida que extrapola a esfera da subsistência e gera, igualmente, o empobrecimento da sociabilidade, que caracteriza um passado, onde as formas de ajuda mútua como o “mutirão” eram atuantes, estando, hoje, caindo em desuso (NASCIMENTO, 1995, p. 8).

Além de servir como via de circulação, o rio Caeté e o seu estuário, eram também os principais fornecedores de proteína animal para a população tradicional de Bacuriteua, haja vista que o pescado, nesse período anterior a chegada das indústrias de pesca, era muito abundante, como revelam os depoimentos a seguir:

antigamente a vida aqui em Bacuriteua era muito diferente. Eu não nasci aqui em Bacuriteua, mas assim que casei, vim embora pra cá. Começando pela pesca. Antigamente eles pescavam aqui, com uma rede de fio. Iam pescar nessa parte aí e era quantidade de bagre. Bagre, gurijuba ali naquele baixo, só com aquela rede de fio, aquele tal de magote. Então era assim, era rápido ele trazia tudo bem. O caranguejo, o caranguejo pegava por aqui mesmo vizinho, tinha caranguejo aí mesmo. Esse homem atravessava, meu marido atravessava daqui pra lá e trazia quantidade de caranguejo, pensa nos caranguejões que ele pegava, e hoje em dia já não existe mais caranguejo aqui perto. Não existe de jeito nenhum. Amoré, pegava um monte de amoré e hoje não existe nada disso.. (Moradora de Bacuriteua 01, 65 anos, em 05/03/2012).

era muita fartura aí no pai dela, aqui no Bacuriteua. Muito peixe, muito farto, antes desses maranhenses, cearenses chegarem. Nós tínhamos, nós nunca ficamos até agora nós temos ainda, eu gosto sempre de peixe mesmo. Nós temos duzentos metros de rede e qualquer hora eles chegam aqui com o seu paneiro, os meninos vão aí pescar e está aí. Eu estava aí, o Elias [seu esposo] chegava e dizia assim “vou já ali pegar um almoço ou uma janta pra nós”. Pegava uma rede e ia embora. A gente tinha canoa, guardava a canoa lá no

porto, aí ia pra lá quando era seis horas, sete horas, vinha depressa trazia peixe para comer quase duas semanas, era muita fartura. Você estava na frente, na frente, cansei de está lá na frente lá do grupo olhando. Não só eu, outras pessoas, o peixe estava pulando nessa época de inverno. Ia benzinho aqueles peixes pulando. No tempo da Semana Santa, nós queríamos era vê você chegar. De primeiro você chegava nessa época aqui, a gente estava olhando, a gente tinha tanto peixe no tempo da Semana Santa, dava e tinha peixe aí, senão ia ficar velho. Ninguém quase comia peixe de mora, era só quase peixe fresco, é na beira da maré, né? (moradora de Bacuriteua 04, 68 anos, em 14/03/2012).

A fartura de pescado é descrita, sem exceção, pelos moradores tradicionais da vila, sendo que não havia uma necessidade de busca de alimentos na sede no Município. A vila era fornecedora de pescado para todas outras localidades mais distantes da região estuarina, denominada pelos moradores tradicionais de Bacuriteua “colônia” ou “centro”. Essa abundância de pescado, assim como o consórcio dessa atividade com a agricultura, era que ditava o ritmo da comunidade, estruturando o modo de vida tradicional desse lugar.

Destarte, nesse quadro econômico, as relações de solidariedade congregava a comunidade, tornando-a mais ligada, mais íntima, onde os problemas, na maioria das vezes, eram amenizados ou resolvidos pela comunidade e não de forma isolada. A reciprocidade dos moradores em dar e receber, assim como o cuidado dos mais velhos em relação aos mais novos, em repassar seus conhecimentos relacionados principalmente à “arte” da pesca e também de alertar a família no momento de um possível problema, era algo comum nessa comunidade, como é ressaltado a seguir:

quando a gente chegava, dava o que dava pra dar. Dava para os vizinhos né? Quando não, quando a gente ia pescar, repartia o que dava com os parceiros. Eram dois, três parceiros, ou quatro. Quando dava para os parceiros e às vezes a gente dava um zinho pra um, dava um pedaço pra outro e era assim. E quando dava assim à vontade, a gente dava pra vizinhança aí. A gente chegava da pescaria com peixe e a gente estava lá pela beirada, chegava lá com meu pai, comia peixe assado, comia. (morador de Bacuriteua 01, 82 anos, em 04/02/2012).

eu era danada, e aí quando ele [esposo] vinha da pescaria perguntava: “... pra quem tu deste pra roçar?” Para ninguém. “E como está roçado ali um bocado?” Eu disse: “é meu”. Ele dizia: “eu já não tinha roçado? Mas, era o teu e eu quero o meu, porque quando uma criança...olha encarreirava aqui na parede do lado de fora. Era de manhã cada qual com a sua cuia [risos] por causa de farinha, e eu

tinha pena. Eu vou roçar a minha porque, eu roçando a minha, eu não peço para ninguém. Rocei, aí vinha QUATRO, CINCO POR MANHÃ, com as suas cuinhas pra encher. Então, fui dando, fui dando, fui fazendo. Aí foi abrindo assim as ideias dos outros né? E depois já não deixavam eu sossegada (Moradora de Bacuriteua 03, 86 anos, em 05/02/2012).

a gente, antes da chegada desse pessoal, a gente sentia o calor um do outro. A gente estava de noite assim, chegava, batia na porta... “Eu vim dizer pra senhora, ou para o senhor que fulano está passando é muito mal”. “É?”. “Tá, obrigado, nós já vamos lá”. Aí a gente saía chamando de casa em casa, sabe? E aí a gente saía e ia pra lá. Passava a noite, arrumava um remédio, se fosse pra levar uma unção, tirar um pau, uma raiz, levar para o hospital, era assim. Embora, vão chamar fulano. Embora, embora, você não vai morrer aqui. Aí juntava de repente, se juntava sete homens, já vai amanhecer lá no hospital. Uma mãe chamava a outra mãe: “olha está acontecendo isso, isso”. Hoje não, cada qual faz por si. Então, esse calor da comunidade, às vezes eu fico pensando, mas estamos aqui né? Nós tínhamos roça aí, esse mato daí, bem daí da porta, depois eu te mostro, ele vai embora, vai até na casa da Odete, tem uns matos lá na casa dela assim, é todinho nosso. A gente tem roça de meia, eu não pude mais trabalhar. Eu gostava muito, sempre gostei de trabalhar. Aí atrás tem um lago, um lago assim, e eu botava mandioca e eu fazia farinha. Botava mandioca, quatro, cinco serões, quando a gente fazia era saco e meio de farinha. Pegava dois meses quase. Mas olha, eu fazia farinha aqui no quintal de casa, eu ainda tenho aí no quintal, forno tudo era aí, quando eu terminava de fazer a farinha: “meu filho”. “Senhora”, “pega, vai ali”. “Pega vizinha, olha o que a mamãe mandou”. Às vezes eu falo com os meus filhos, ainda hoje eu falei, farinha de tapioca, quando que eu pensei que eu ia comprar farinha de tapioca... (Moradora de Bacuriteua 01, 65 anos, em 05/03/2012).

a gente quando ia crescendo, ia logo aprendendo a trabalhar, aprendia logo a tecer rede, remendar, amarrar anzol. A gente ia para a roça, mas difícil era estudar. Quase ninguém estudava, porque para isso era difícil. Chegava na escola, a professora queria dá-lhe na gente. A gente ia uma semana e não queira ir mais. Aí o pai dizia logo: “não quer estudar, então quer trabalhar”. E era isso mesmo que a gente queria. A gente queria é está no meio dos mais velhos, para aprender o que eles sabiam. (Morador de Bacuriteua 02, 79 anos, em 10/02/2012).

Vale ressaltar que essa aproximação entre os membros de uma determinada comunidade, ao menos nesse sentido descrito anteriormente, acontecia enquanto a mesma não é exposta a muitas influências externas (consumo, transportes, mídia etc.), pois quando acontece a chegada e absorção desses novos elementos, as relações mais estreitas entre os moradores começam a se deteriorar e, gradativamente, começaram a ser percebidas entre os moradores mais antigos. Essas mudanças também são observadas por Maneschy (1995) ao estudar a comunidade pesqueira de Ajuruteua.

a ajuda mútua é também uma condição da reprodução social, o que nos leva a determinadas práticas de colaboração que são essenciais a sua manutenção. (...) ocorre o empréstimo de meios de trabalho entre os pescadores, em troca de partes do produto, permitindo àqueles eventualmente sem material de pesca garantirem seu sustento. Além disso, quando determinado pescador não pode ir trabalhar, por doença ou outro problema, os parentes e amigos fornecem peixe para sua família, até que ele possa retornar ao trabalho. É um hábito que persiste, ainda que, segundo a lembrança dos moradores antigos, fosse mais frequente no passado (...) de todo modo, ainda são muito importantes na manutenção dos pescadores às relações de parentesco e amizade, com as formas de reciprocidades daí decorrentes.

A reprodução da comunidade pesqueira é, portanto, subordinada à restrição de seu nível de consumo. A abertura do mercado e a invasão das mercadorias da grande indústria (...) desestruturou o estilo de vida anterior, desprestigiando ou marginalizando certas práticas e criando novas necessidades. (MANESCHY, 1995, p. 122-123).

O modo de vida tradicional em Bacuriteua, por muito tempo consistiu nessa aproximação dos moradores entre si e com os ritmos ditados pela natureza. Contribuía também para esse quadro o relativo isolamento da vila, as condições econômicas, e também a baixa densidade de moradores nesse espaço.

Uma das entrevistadas, de 65 anos, ao falar sobre a configuração espacial de Bacuriteua, lembrando-se de sua infância, retrata que a mesma possuía poucas moradias, praticamente não existindo casas de alvenaria, sendo as mesmas construídas de taipa e cobertas com palhas e algumas eram feitas apenas de palha. Afirma que existiam somente caminhos que ligavam as residências ao porto da comunidade. Ela ressalta também a presença apenas 4 (quatro) casas de comércio, onde eram aviadas mercadorias como sabão, sal, querosene, farinha, açúcar e café e que eram posteriormente pagas com a produção de pescado. Em outro depoimento um antigo morador de 82 (oitenta e dois) anos disse que conheceu Bacuriteua 4 (quatro) casinhas feitas de palha (cobertura e parede). Quando não eram de palha eram embarreadas<sup>24</sup>.

Na realidade, Bacuriteua até o início da década de 1980 se configurava como uma pequena vila, com casas predominantemente de taipa, com muitos terrenos desocupados. Essas residências estavam concentradas, em um

---

<sup>24</sup> Moradias construídas utilizando uma técnica antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, em seguida, são preenchidos com barro. Também conhecida como taipa e pau a pique.

primeiro momento, às margens do rio Caeté e, posteriormente, com a abertura da PA-458 (rodovia Bragança–Ajuruteua), também às suas margens.

O modo de criar os filhos era de forma bastante severa para os padrões atuais. Entretanto, essa forma era justificada pela ausência da figura paterna em grande parte do tempo, que se ausentava devido à pesca, assim como, nos foi ressaltado, pelo grande número de filhos por casal. Assim, buscava-se manter a unidade familiar e evitar possíveis desvios dos padrões morais, muito prezados na comunidade. Essa maneira de criar os filhos, denominada por alguns como “criar no regime”, consiste em condicionar o jovem a um determinado padrão de comportamento, pré-estabelecido, necessário à manutenção da unidade comunitária.

As características relacionadas ao comportamento dos indivíduos na comunidade, especialmente ao conhecimento dos mais antigos, sobressaíam-se como aspectos comuns em Bacuriteua.

Nesse tempo, o respeito se colocava como um valor caro ao grupo. Respeito à natureza e aos seus ritmos, e respeito entre os homens, onde a solidariedade parental e vicinal reunia a comunidade nos seus elos da reciprocidade e o dar e receber perpassavam as relações sociais (MAUSS apud NASCIMENTO, 1995, p. 9).

A tranquilidade de se viver em Bacuriteua é um dos aspectos mais destacados pelos moradores tradicionais, podendo-se transitar a qualquer hora do dia ou da noite sem medo nenhuma inibição. Podia-se deixar quaisquer objetos sem que os mesmos fossem levados por alguém. No cotidiano os temores se davam mais em relação ao aspecto mítico, ao imaginário, do que mesmo ao plano físico, real.

O meu pai chegava da pescaria, ele ia ali pra fora vender o peixe para o patrão dele, e de mês a mês. Ele bebia os goles dele pra lá. Ele se embriagava, e vinha e dormia por aqui mesmo. O caminho era por lá pela beirada, por detrás daquelas casas, o caminho na beira do mangal. Ele dormia por lá. Quando nós sabíamos, às vezes passava gente de acolá, e dizia: “Olha, o teu pai tá dormindo acolá, as coisas dele tá tudinho lá”. Olha a gente vinha estava tudinho. Ele carregava num paneiro assim as coisas, o negócio de café, açúcar, embrulho, tudinho, os embrulhos estavam dentro o dinheiro tudinho no bolso, estava o dinheiro no bolso dele. O que ele comprava estava tudinho lá. A gente ia como nós não podíamos levar não, agarrava, tirava as coisas todinhas, metia a mão no bolso dele, tirava e ia se embora. Quando ele acordava ele ia atrás, ninguém não via ninguém mexer

nada, nada, nada... (Moradora de Bacuriteua 2, 83 anos, em 04/02/2012).

Antigamente, ninguém ouvia falar em ladrão. A gente podia ir pra onde fosse, podia deixar a casa sem ninguém, quando chegava de volta, estava tudinho em seu lugar. Agora se se descuidasse, bem ali debaixo daquela mangueira, ali perto daquela fábrica ali [Gelobrás]. Se a gente se descuidasse apanhava mesmo. Ali aparecia um bode preto que botava a gente pra correr. Eu mesmo uma vez peguei uma carreira, eu ia sozinho lá pra uma reza, quando fui chegando lá perto, comecei a sentir o cheiro de bode, quando eu olhei, rapaz, assim atrás de mim, era só aquele negócio preto. Dessa hora, só dei uma carreira pra casa e o bicho atrás de mim. Não fui só eu que pequei carreira aí, tem muita gente que correu também (Morador de Bacuriteua 1, 82 anos, em 04 /02/2012).

O consumo de drogas em Bacuriteua foi bastante evidenciado. No passado, segundo os depoimentos, era comum o uso de maconha (*cannabis sativa*) por algumas pessoas da comunidade. Entretanto, nas entrevistas há uma preocupação em deixar claro o propósito do consumo desse entorpecente, ou seja, sua utilização era feita visando a enfrentar a difícil rotina de trabalho durante o inverno nos manguezais; período em que existem muitas “pragas” (muriçoca, maruim, mutucas etc.). Essa era a justificativa para a utilização dessa droga, sempre relacionando seu consumo com a dureza das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores da comunidade, não simplesmente por vício ou como forma de diversão. Não existia a figura do traficante, pois a droga era produzida pelos próprios consumidores.

Alguns depoimentos ressaltam o sentido do uso:

meu pai fumava birra [maconha], mas, não era pra brigar nem roubar. Era pra ir pra maré ou pra ir para o mangal tirar caranguejo. Agora, a gente vê aqueles meninos de dez anos, naquela rodada, fumando isso aí. Aí querem fumar e não tem dinheiro e não querem trabalhar aí vão roubar (Moradora de Bacuriteua 2, 83 anos, em 04/02/2012).

naquela época tinha, mas eram aqueles antigos que usavam e quando iam pescar no inverno. Quando iam pescar, aquelas coisas, tabaco, essa a droga, como diziam eles, a birra era muito difícil se falar e hoje qualquer criança tem, usa, né? Era isso, não tinha esse negocio de tóxico, de nória. Não sei lá o que eles falam. Não existia, ninguém nem ouvia falar. Só era a birra e até por sinal ouvia-se dizer que fulano plantava né? Há! Fulano está plantando birra (Moradora de Bacuriteua 1, 65 anos, em 05/03/2012).

antigamente, aqueles mais antigos assim, quando chegava o inverno, a gente via eles fumarem aqueles cigarrões, assim, quando eles iam saindo para a maré. Mais era mais quando eles iam para o caranguejo. Aí no inverno mesmo, muita praga, muita praga mesmo, senão eles não aguentavam, não tinha quem aguentasse. Mais eles fumavam só pra isso mesmo. Eles não fumavam para tá brigando, nem pra tá roubando. Já tinha droga, mas não tinha desordem, não. Todo mundo respeitava todo mundo, ninguém mexia nada de ninguém. Podia deixar o que fosse por aí, todo mundo tinha sua responsabilidade e se fizesse algo errado, o mais velho ia via ou ficava sabendo, ia participar o pai, a mãe do cara. Era, e o caboclo já sabia que ia, o que estava esperando ele (Morador de Bacuriteua 3, 83 anos, em 14/03/2012).

A questão do consumo de drogas ilícitas, assim como a toda rede que a envolve, que hoje, indubitavelmente, constitui-se um dos maiores problemas da sociedade moderna, no passado era vista de forma dúbia na comunidade em questão. Se por um lado era recriminada pela maioria dos chefes de família em relação aos seus filhos, por outro lado, era vista como algo aceitável, desde que fosse consumida visando a superar o cotidiano árduo de trabalho.

O modo de vida tradicional na vila de Bacuriteua, como foi apresentado anteriormente, consistia em respeito aos ritmos da natureza, associado às regras sociais locais estabelecidas no decorrer dos anos, quando a solidariedade entre os moradores, a fartura de pescado, o respeito mútuo se configuravam como elos que uniam a comunidade. Entretanto, esse quadro social começou a sofrer intensa e rápidas modificações a partir do início da década de 1980, inicialmente com a construção da rodovia Bragança–Ajuruteua (PA-458). A abertura dessa nova via de circulação praticamente põe em desuso as vias tradicionais existentes, principalmente pelo rio Caeté, da mesma forma que passa a criar na comunidade novas necessidades.

Posteriormente, com a chegada de energia elétrica na vila, associada ao acesso rodoviário rápido até a sede municipal, assim como a tradição de Bragança na atividade pesqueira, convergem para a instalação das empresas de pesca nesse espaço. Obviamente que esse processo passa a desestruturar todo esse modo de vida tradicional outrora encontrado em Bacuriteua e ainda vivo na memória dos mais antigos moradores, conforme já ressaltado por Nascimento:



este modo de vida típico do passado, está parcialmente recriado no presente, de forma mais visível, nas pequenas comunidades geograficamente mais isoladas, com acesso limitado às embarcações. Nestas, o tempo do relógio é menos presente, a relação com a natureza é mais próxima e o modo de vida urbano é menos percebido, diferentemente do que ocorre quando a comunidade é atingida pelas estradas (NASCIMENTO, 1995, p. 9).

Em seguida abordaremos os impactos ocasionados pela instalação da Indústria de pesca em Bacuriteua, procurando evidenciar, em um primeiro momento, como era a vila na visão dos migrantes. Posteriormente, procuraremos identificar e analisar quais foram os principais impactos ocasionados pela indústria da pesca ao espaço de vivência da população tradicional de Bacuriteua.

### **3.2 Impactos provocados pela indústria da pesca: uma nova organização socioespacial da Vila de Bacuriteua.**

Sack (1986), ao analisar a territorialidade humana, evidencia que a mesma pode ser exercida em diferentes escalas, indo desde espaços muito reduzidos – um cômodo de uma casa -, até espaços muito amplos – um bairro, uma cidade, um país etc. As comunidades tradicionais, devido especialmente ao seu relativo isolamento geográfico, exerciam suas territorialidades em espaços reduzidos. Quanto maiores os recursos técnicos disponíveis, em termos de comunicação e transporte, maior a possibilidade de ampliação das territorialidades, o que não condizia com a realidade da maioria das comunidades tradicionais.

Com a evolução técnica nos transportes e nas comunicações os territórios e as territorialidades foram ampliados, convergindo para um quadro onde há uma pressão muito intensa sobre as comunidades tradicionais e seus modos de vida, tornando-se cada vez mais difícil conservá-los.

A inserção de novos agentes no espaço de vivência de comunidades tradicionais traz como uma das consequências a desestruturação de seus ritmos, de suas temporalidades, organizados de acordo com o compasso da natureza. Assim, o que outrora era considerado como tradicional, passa, então, a ser visto como algo atrasado. Nesse sentido:

Uma realidade local, tradicional, conservadora e lenta no desenvolvimento sociocultural passa a conviver com outra realidade na mesma territorialidade, estabelecida a partir do componente logístico e da especialidade funcional (VIEIRA ; VIEIRA, 2003, p. 21).

A comunidade de Bacuriteua, que por um tempo teve seu modo de vida relacionado aos ritmos da natureza, começou, a partir do início da década de 1980, a passar por um processo de reestruturação. Primeiramente, devido à abertura da rodovia Bragança–Ajuruteua (PA–458) e posteriormente, a partir do ano de 1988, com o início da instalação da indústria de pesca em seu espaço.

Com a inserção dos empreendimentos voltados para a pesca, novos agentes e uma nova lógica foi inserida na vila. Novos territórios foram criados e novas territorialidades passaram a ser exercidas no espaço bacuriteuense. Por outro lado, os moradores tradicionais passam a lutar pela conservação de seus

territórios e de suas territorialidades há muito tempo estabelecidas. Haesbaert (2010), ao abordar a temática da desterritorialização, afirma que todo processo de desterritorialização gera um processo de reterritorialização. Dessa forma, a chegada de novos agentes a Bacuriteua ocasionou a criação de novos territórios e territorialidades e, em contrapartida, a população local passou a ter seus territórios, seu modo de vida e suas territorialidades ameaçadas pelo novo.

Dos empresários do ramo da pesca que migraram para o Município de Bragança, os oriundos do Maranhão, optaram em fazer porto na sede do município, assim como alguns do Ceará, especialmente os oriundos de Aracati, que instalaram uma filial da empresa COMPESCAL (Comércio de Pescado Aracatiense Ltda.), que tem sua matriz em Aracati-CE.

No início dos anos de 1990, uma nova empresa de pesca é instalada em Bragança, a PARGO S.A, que adquire parte da frota de barcos da extinta AMAZÔNICA S.A.

Com o funcionamento da primeira indústria de pesca em Bacuriteua começaram a chegar os proprietários de embarcações, essas eram oriundas, principalmente de Camocim (Ceará). Inicialmente, chega um empresário com 13 (treze) barcos. Ele é apontado como um dos responsáveis pela transformação da vila de Bacuriteua em um dos mais importantes produtores de pescado do Pará. Sua contribuição se revela em forma de pioneirismo e o sucesso de sua atividade estimulou outros empresários a investir no ramo da pesca na vila.

Alguns depoimentos ajudam a entender esse processo:

nasci em Fortaleza, tenho 65 anos, desde pequeno meu trabalho sempre foi com pesca, principalmente lagosta. Trabalhei muito no Ceará. Trabalhei em Camocim, lá também se pescava muito peixe, mas era só na parada da lagosta. Nesse tempo era muita fatura lá, mas depois foi fracassando. Era muito barco n? Ainda rodei por lá. Ai o meu cunhado veio pra Bragança, isso em mil novecentos e noventa e dois. Eu já estava aposentado né? Já não pescava mais, porque tive que operar uma hérnia de disco. Fui operado duas vezes né? Ai como eu dizia, meu cunhado veio na frente, porque a pesca fracassou muito lá. Ai ele me procurou e disse que vinha para Bragança. Ai eu disse pra ele: "vai rapaz". Ele veio pra cá e nos dois primeiros anos ele ganhou muito dinheiro. Ele foi o primeiro a vim pra cá, ele tinha treze barcos, treze barcos, umas lanchas chamadas "CARLOS ALBERTO". Logo depois que ele veio, eu vim logo com a família para cá. Ai nesse tempo aqui em Bacuriteua, era muito

diferente, só tinha uma empresa que era a da Heloísa, a Gelobrás. Olha a diferença de hoje que já tem quatro. Tinha muita pouca casa. Hoje Bacuriteua já está emendando com o Acarajó, aqui por dentro mesmo né? Nesse tempo que eu cheguei tinha muito terreno barato, assim quando eu cheguei comprei logo uns quatro, nem tinha essa rua aqui de casa, ela não varava lá na avenida ali tinha uma vereda, só um varador mesmo. Aqui era muito atrasado, não tinha nada. Telefone, telefone mesmo só tinham dois aqui, um era lá na Heloísa e o outro era no meu cunhado, esse que foi o primeiro dono de barco a vim pra cá. Ele trouxe muita gente. Aí como ele se deu bem, veio logo outros para cá. Aí quando eu queria falar com a família lá no Ceará, tinha que ir lá no posto de Bragança. Rapaz era uma luta pra conseguir se comunicar com a família, era muita luta. Rapaz, aí foi chegando os telefones, aí u botei logo um aqui em casa, mas depois eu tirei quando chegou o celular. (Migrante 1, 65 anos, morador de Bacuriteua desde 1992, em 15/03/2012).

era muito diferente. Só tinha uma fábrica aqui que era a GELOBRÁS. Os barcos de fora que tinha era os Carlos Alberto, um bocado de barco. Ele era quem comandava aqui no Bacuriteua. Ele é que era o homem do dinheiro, depois com anos é começaram a construir a Rio Caeté. A dona da Gelobrás, mesmo dizia que quem segurava ela aqui era o ele [proprietário da frota Carlos Alberto], isso pelo tanto de barcos que ele tinha. Aí quando eu cheguei aqui no Bacuriteua, tinha bem pouquinha casa. Depois da Gelobrás não tinha mais nada para aquele lado Só tinha umas barraquinhas lá onde é a Rio Caeté. Daqui pra lá era só um caminho, bem na beirada da maré. Era bem pouca gente que morava pra lá (Migrante, 63 anos, morador de Bacuriteua desde 1992, em 15/03/2012).

Os depoimentos anteriores trazem informações sobre o início da migração, especificamente dos cearenses para Bacuriteua, assim como sobre a forma como esses migrantes percebiam esse espaço. Observa-se, da mesma forma, que havia uma crise no Município de Bragança, no setor da pesca, devido ao fechamento da principal empresa do Município, também havia uma crise no setor no Estado do Ceará, em função da baixa produtividade. Então, era necessário encontrar novas áreas para o desenvolvimento da atividade e, assim, Bacuriteua apresentou-se como um espaço que poderia dar suporte à pesca nessa porção do litoral, pois já estava em atividade a GELOBRÁS.

Bacuriteua era vista inicialmente pelos migrantes como uma comunidade bastante precária em termos de infraestrutura, pois mesmo com a abertura da rodovia Bragança - Ajuruteua, o transporte disponível até a sede do Município era muito precário, pois se restringia, basicamente, aos ônibus que faziam a ligação Bragança à praia de Ajuruteua, e a uma única “perua” que fazia lotação

até a sede municipal. Também, não existiam telefones públicos. Segundo o que nos foi relatado, até o início da década de 1990 só existiam duas linhas telefônicas na vila.

A disponibilidade de inúmeros terrenos ociosos, assim como o baixo valor dos mesmos, pois não havia uma especulação imobiliária sobre os mesmos, favoreceram a instalação dos migrantes na vila. Alguns pescadores vendiam suas residências no Ceará, geralmente as mesmas eram pequenas, com poucos cômodos e, com o dinheiro da venda, compravam terrenos e construía residências bem maiores, havendo ainda uma sobra de recursos para serem investidos em outros imóveis, assim como em novos “empreendimentos”.

Em termos de configuração espacial, com a chegada dos migrantes, Bacuriteua sofreu um grande aumento de seu número de habitantes. Os imóveis passaram por processo de valorização, assim como os terrenos, outrora ociosos, passaram a ser ocupados. Nota-se que grande parte das famílias tradicionais da vila, especialmente as que moravam às proximidades do rio Caeté, venderam seus imóveis, deslocando-se para a sede municipal ou para outras áreas da vila em especial, para a Pontinha. Assim, um dos primeiros impactos ocasionados pela indústria de pesca é o processo de desterritorialização de parte da população tradicional. Vejamos o depoimento a seguir:

esse homem chegou danado para comprar esse terreno. Agarrei vendi o terreno. Reuni os irmãos todinhos, aí eu fiquei aí. Viremos, viremos, aí eu vendi o terreno. “A mamãe vai vender o terreno e pra onde nós vamos?” “Eu vou comprar outro!” Agarrei comprei esse aqui, coloquei eles todinhos aqui. Para cada filho eu dei uma casa. Nesse tempo não era casa de alvenaria, pra cada filho eu dei uma casa de telha. Comprei a telha e dei, pra tudinho eles. Dei até um bem pra um botar uma taberna ali (Moradora de Bacuriteua 2, 83 anos, em 04/02/2012).

O terreno em questão corresponde ao que abriga na atualidade a empresa Rio Caeté, e pertencia, através de herança, à senhora entrevistada, uma das mais antigas moradoras de Bacuriteua. Ela retrata que em seu terreno havia muitas árvores frutíferas e também a existência de um porto que por muitas décadas foi utilizado pelos seus antepassados. O sentimento de perda

fica bem claro em suas palavras, deixando expressa a saudade que a mesma sente desse local, mesmo estando distante apenas alguns metros de seu antigo território.

Com a inserção dos migrantes e o eventual processo de desterritorialização sofrido por parte da população tradicional da vila, verifica-se que tanto na visão dos moradores mais antigos, quanto na dos migrantes, há uma divisão territorial em Bacuriteua, onde estão concentrados em espaços distintos a população tradicional (na pontinha) e a população migrante (em Bacuriteua). Dessa maneira:

aqui no Bacuriteua, se a gente for olhar tem muito cearense, principalmente de Camocim. Se a gente for observar lá em Bragança os cearenses que trabalham na COMPESCAL, a maioria é tudo lá da banda de Aracati, Fortim essas bandas de lá. Já, lá na pontinha, já tem mais o pessoal daqui mesmo, mas já tem muito cearense que se casaram com o pessoal daqui, aí estão se misturando tudo. (Migrante 3, 57 anos, morador de Bacuriteua desde 1992, em 17/03/2012).

pra banda de lá de Bacuriteua, porque aqui é Pontinha, pra cá tudo é Pontinha. Lá pra Bacuriteua só tem mesmo é cearense. Pra lá tudo é cearense e, já pra cá para a Pontinha, só tem mais gente daqui mesmo, que nasceram por aqui. Aqui já tem uns cearenses, mas são aqueles que casaram com o pessoal daqui (Moradora de Bacuriteua 2, 83 anos, em 04/02/2012).

Essa é possivelmente uma maneira da população tradicional de proteger-se do “novo”, isolando-se. Entretanto, essa resistência aos poucos vai ruindo, especialmente em decorrência dos enlaces matrimônios que vão ocorrendo. Da mesma forma, mesmo existindo essa separação, a fração do espaço denominada por moradores tradicionais como Bacuriteua, mesmo havendo um predomínio de migrantes, também possui um grande número de moradores naturais da vila.

Mesmo essa separação espacial evidenciada pelos moradores de Bacuriteua seja um dos aspectos mais ressaltados, outro ponto também é bastante destacado, especialmente pelos migrantes, que é a fatura de pescado na região. Afirmam que logo nos momentos iniciais do processo de migração era bem maior a abundância do mesmo. Grande parte dessa redução desses estoques, segundo é afirmado no depoimento a seguir, é em decorrência da pesca predatória, intensificada com a grande quantidade de embarcações e de material, especialmente redes, utilizadas pelas mesmas.

Adiciona-se a isso, o emprego cada vez maior de tecnologias de navegação, como o GPS e sonares, que facilitam a localização dos cardumes.

Logo no começo que eu cheguei era muita fartura. Hoje ainda dá muito peixe aqui, mas tem muito barco. Tem um pessoal aí de Luís Corrêa que botam mesmo é pra acabar. Eles usam rede quarenta por quarenta, aí vão pegando o peixe muito miúdo. Não dá mais tempo para o peixe se reproduzir, aí vai só diminuindo. Só pra ter uma ideia, eles pegam dez, doze mil serras, pra dar cinco, seis toneladas, e é muita rede. Eles agora tão levando quinze mil, dezesseis mil metros de rede. Lá fora eu já passei um dia inteirinho rodando, e não conseguir arriar meu material. Naveguei um grau desviando de material dos outros, pra não cortar. Rapaz é muito barco, muito mesmo. Tem barco daqui pescando ariacó, e ela dá na mesma posição do serra. Aí o que eles fazem, eles arriam o material e não deixam nenhuma boia em cima da água. Eles só marcam a posição no navegador, aí as redes podem passar por cima que eles estão tudo lá no fundo. Quando dá a hora de despescar os muzuás eles só fazem passar uma garatêia e pegar o cabo, e botar o material para cima. Quem passa nem imagina que tem material pescando lá no fundo. Rapaz agora, como já falei, ainda tem muita fartura aqui, mas eu acho que tem que ter um paradeiro de todo peixe, senão acaba. Viu aí o pargo. Era inverno e verão pescando pargo, agora não com o paradeiro, agora tem mais peixe e o preço melhorou. Assim todo tipo de peixe tem que ter um paradeiro senão acaba. Antes uma lancha de doze toneladas, pescava com seis mil metros de rede e às vezes, quando topava o peixe, a rede ia para o fundo e se a tripulação não fosse esperta estragava peixe. E agora como já falei rapaz, a gente traz mais hoje tem que ter muito material, porque, senão é prejuízo na certa. Lá pro Ceará não tem pescaria de serra, lá a gente põem uma serreira, passa anoite e quando a gente tira pega vinte, trinta serras, é muito pouco. Aqui eu não sei de onde vem tanto peixe, porque não é só o serra, é pescada, é uritinga, é gurijuba, pargo, lagosta. Uns anos atrás deu muita lagosta no Ceará, e por isso um bocado de barco voltou pra lá, mas quando para a lagosta eles voltam, (Migrante 4, 56 anos, morador de Bacuriteua desde 1991, em 17/03/2012).

Em especial sobre a utilização do GPS, essa tecnologia possibilita fazer aquilo que os mestres de embarcações denominam de “marcação”. Consiste na definição exata das áreas onde estão localizados os “cabeços”<sup>25</sup>, possibilitando que os mesmos possam voltar inúmeras vezes a mesma área de pesca, diferentemente do que acontecia nos períodos anteriores à utilização dessa tecnologia<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Cardumes das diferentes espécies piscosas.

<sup>26</sup> Anteriormente à utilização do GPS nas embarcações, a demarcação de “cabeços” em alto-mar, era feita com bandeiras, uma vara com um pedaço de pano amarrado na mesma. Na extremidade da vara, oposta ao local onde era amarrado o pano havia um peso, e, um pouco mais ao alto, às proximidades do meio da vara, era fixada uma boia para permitir que a mesma flutuasse. Essa bandeira era amarrada a uma pequena âncora, através de uma corda fina (filame). Quando um cabeço era localizado, era jogada a bandeira, que era deixada para

Além da fartura de pescado encontrada na região, os migrantes mencionam a diversidade do mesmo. Enquanto no seu Estado de origem a pesca se restringia à captura de pargo ou lagosta, na Amazônia, outras espécies podem ser exploradas comercialmente nessa área do litoral ou em suas proximidades.

De concreto, podemos afirmar que com a indústria de pesca, Bacuriteua sofreu muitas modificações na configuração espacial e também no modo de vida da população tradicional, pois

o lugar-local é o espaço da herança histórica. Dele se projeta a percepção de realidades construídas no passado, modernizadas de acordo com os ritmos econômicos e renovadas com os avanços culturais. O lugar-local é a base de sustentação do território organizado. Os processos demográficos, econômicos e culturais tem caráter histórico e fazem parte do contexto da formação econômica e social da região de inserção (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 20-21).

Novos ritmos são introduzidos no espaço local, onde por muitas gerações predominou apenas um, em sintonia com o tempo da natureza. Dentre as modificações socioespaciais detectadas na vila de Bacuriteua, além do processo de desterritorialização de algumas famílias em função de uma rápida valorização fundiária dos imóveis, outros aspectos do cotidiano da comunidade também foram afetados (quadro 6).



**QUADRO 6 – PRINCIPAIS MUDANÇAS NO MODO DE VIDA EM BACURITEUA**

Identificação das principais modificações	Como era (antes da indústria de pesca)	Como é (após a indústria de pesca)
<p style="text-align: center;"><b>R E C U R S O S  D O  R I O</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assim, às vezes eu fico me lembrando que, quando eu arrumei família, ninguém se aperreava por causa de comida, bastava a gente ir aí na maré, no mangal, rapidinho a gente chegava com a boia. Quando era mesmo, assim, no tempo de inverno, a água doce vinha descendo das cabeceiras. Era muito peixe pulando: bragalhão, peramutaba. Queria ver é quando o caranguejo “andava”. Aqui mesmo na frente fazia gosto a gente ficar olhando (Morador de Bacuriteua 3, 83 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• Eu cansei de só descer até ali naquele pedaço. Ali naquele remanso, pra cá do Caratateua. Ali era muito bom de peixe, dava cada peixão que fazia gosto a gente ver. Esse negócio de comida ninguém se aperreava. A gente comprava comida quando queria comer um negócio diferente, assim no domingo, ou então matava uma galinha, um pato, mas o negócio mesmo era o peixe que o rio dava pra gente, e ninguém se aperreava Morador de Bacuriteua 3, 79 anos, em 10/02/2012).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (...) hoje é só óleo. Você acredita que desde esse tempo eu não comi mais peixe daí. Eu converso assim (...) e as pessoas que moram por lá perto: “olha a gente deixou de, não é orgulho, sabe?” O Ernesto levou um peixe daí eu abrir. Sabe o que é que tinha? um sabonete na barriga do peixe. Eu, pra mim agora todos aqueles peixes, e o peixe não ficou, agora é só óleo. A gente come só peixe de feira, do Canela, mas daí não (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• Hoje ninguém pode nem comer quase o peixe daqui. É um peixe que vem com gosto de ÓLEO. Se pega um peixe ali, um peixe ali, um peixe GORDO. O peixe e vai consumir é só o puro óleo. Então, já não tem mais aquele peixe grande mesmo que tinha, que existiam antes não? Tão pouco pega (Moradora de Bacuriteua 1, 65 anos, em 05/03/2012).</li> </ul>

<p style="text-align: center;">R E L A Ç Õ E S  P E S S O A I S</p> <p style="text-align: center;">E  C O M U N I T Á R I A S</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando tinha festejo aqui de São Sebastiao que é padroeiro daqui dessa comunidade, todo mundo se reunia, fazia aqueles donativos para o leilão. É certo que a comunidade era pequena, mas todo mundo era unido, todo mundo ajudava uns ao outros. Quando adoecia mesmo e não podia trabalhar, um levava um peixe, outro levava uma farinha, ajudava como podia (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• A comunidade era pequena, mas todos eram unidos, o que um podia fazer pelo, fazia. Quando um chegava da pescaria, a gente nem estava esperando, chegava um peixe que um vizinho mandava um camarão, uma farinha e assim mesmo a gente fazia. Quando a gente tinha a gente mandava um pedaço para os amigos (Morador de Bacuriteua 2, 79 anos, em 10/02/2012).</li> <li>• Eu já trabalhava mais era na roça e, eu sempre tive muita mandioca, porque a gente tinha muita terra. Tinha vez que acabava aquela mandioca dos vizinhos, porque eles plantavam pouco. Então, eu cansei de dar mandioca pra eles fazerem farinha. Aí, quando não estava esperando chegava uma lata de farinha, era peixe, era um bolo, aqui era assim, tinha essa aproximação entre os vizinhos (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• A gente se ajuntava e fazia um mutirão e fazia aquela casa coberta de palha, embarriava. Embarriava e ali se fazia o centro comunitário e lá tinha a reunião, pois é? (Moradora de Bacuriteua 5, 64 anos, em 12/04/2012).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hoje morre gente e eu nem sei. Às vezes, olha fulano já morreu! Olha aquele enterro, foi fulano quem morreu. Nós já não sentimos mais o calor, aquela, aquela, é, assim... Nós, não ficamos mais naquela amizade, que tinha uma coisa um sentia do outro, um ajudava o outro (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• Agora, em termos de relação com os amigos, com a vizinhança já mudou muito, é existia sim. Antes eles davam peixe lá no porto. Agora não existe. Até por sinal só tem um rapaz por aqui que ele dava muito peixe quando ele chegava, ele dava. Mas que os outros geralmente, esse pessoal que vem de fora, isso é muito difícil (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• Hoje ninguém tem mais pena de ninguém. Antigamente, logo quando eu cheguei aqui em Bacuriteua, a gente dava muito peixe, porque dava muito e aqueles peixes de segunda ninguém queria comprar e agora não, toda qualidade de peixe tem venda e o dono não vai querer perder nada (Migrante 5, morador de Bacuriteua desde 1992, em 23/03/2012).</li> <li>• Esse negócio de um ajudar o outro assim como era antes, já não tem mais. Ainda existe esse negócio de mutirão, de doação, mas entre os veteranos, entre os antigos. Essa rapaziada de agora só querem saber deles e pronto, (morador de Bacuriteua 01, 82 anos, em 04/02/2012).</li> </ul>
---	---	---

<p style="text-align: center;">P R Á T I C A S  C U L T U R A I S</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antigamente o pessoal que usava droga, era só a birra, não tinha esse negócio que tem hoje. Eles mesmos plantavam o negócio deles e era escondido que eles fumavam. Era só pra ir trabalhar, não tinha essa não de consumir o negócio e não querer fazer mais nada. O cara era assim meio parado, aí ele fumava um cigarrinho, rapaz o caboclo ficava esperto, ficava bom de trabalho (Morador de Bacuriteua 3, 83 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• Desde que eu me entendo por gente já tinha droga. Em todo lugar já tinha droga, só que não era isso o que a juventude gosta agora, que ficam logo doidinho e não querem mais fazer nada, só roubar pra sustentar o vício. Eu via o pessoal fumar a birra, mas era muito escondido, era pra ninguém saber. Eram pessoas direitas. A gente via eles fumaram assim no mangal, quando tinha muito maruim e muriçoca, que não dá tempo mesmo de tá matando as bichas. A gente passava um óleo mais não adiantava muito, a gente tinha que ir trabalhar mesmo, tinha nossas responsabilidades com a família. Aí era que a gente via eles fumarem esta tal de birra (Moradora de Bacuriteua 3, 86 anos, em 05/02/2012).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A gente está aqui e está olhando o pessoal, os barcos, tudo e, agora como eu lhe digo em termos de prejuízo, da droga, das imundícies que existem, os bares né? Os muitos bares que apareceram, os boqueiros como se diz, aí idem. É, existem muitos. O pessoal coloca lá na prateleira uma garrafinha, mas lá atrás é cheio de imundície. Só isso que eu lhe digo, (Moradora de Bacuriteua 1, 65 anos, 05/03/2012).</li> <li>• (...) piorou como eu lhe digo, por que o pessoal ficou muito é, é jogado na droga. Não tem emprego de nada se não for essa pesqueira como eu lhe digo. Mas o pessoal daqui, esses jovens ele não querem pescar. Eles não se dão passar vinte dias no alto mar, como eu lhe digo. Como eles vão sem ter nada né? (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• Agora, hoje não, nem estudar e nem trabalhar. A maioria é assim. Como é? Pra onde é que vão fazer o que não presta? Aí fica difícil. Aí vão para o mundo das drogas (Moradora de Bacuriteua 5, 64 anos, em 12/04/2012).</li> <li>• Essa a droga, como diziam eles a birra, era muito difícil se falar e hoje qualquer criança tem, usa, né? Era isso, não tinha esse negócio de tóxico, de nóia, não sei lá o que eles falam...</li> <li>• Moradora de Bacuriteua 2, 83 anos, em 04/02/2012).</li> </ul>
---	--	--

<p style="text-align: center;">C O N F I G U R A Ç Ã O  E S P A C I A L</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aí na frente da maré tinham essas três casas. Agora era uma frente muito bonita, porque os mangueiros nessa época eram muito pequenos e o rio, eu sinto que o rio diminuiu, fechou, e nessa época o mar era bem largo, (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• Quando eu cheguei aqui em Bacuriteua, aqui era bem pequeno, tinham poucas casas. Ainda tinha muitas casas de palha, só tinham umas duas bodeguinhas, só com umas garrafinhas de cachaça, um quilo de açúcar, só isso mesmo. As ruas eram só na piçarra mesmo. Não tinha encanada não, nem sequer uma casa pra gente alugar, pra sair do barco ou pra família vim (Migrante 6, 54 anos, morador de Bacuriteua desde 1991, em 23/03/2012).</li> <li>• Era uma estrada, só estrada. Começava onde hoje é o grupo Leandro Lobão, passava bem na frente né, ai ia, até Taperaçú. Na frente da maré tinham só três casas, duas de comércio e uma casa de uma senhora chamada Benedita careca. (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se a gente for comparar Bacuriteua agora com o Bacuriteua que eu conheci quando eu cheguei aqui em 1993, agora aqui tem tudo. Antigamente não tinha nada, era bem pouquinho casa, a gente agora tem tudo aqui. Antes não tinha nem comércio, nada... (Migrante 3, 57 anos, morador de Bacuriteua desde 1993, em 17/03/2012).</li> <li>• Bacuriteua cresceu muito ultimamente. Praticamente só existia mais casa aqui na beira do rio e depois, quando abriram a estrada para Ajuruteua é que espalhou pra lá. Mas até a chegada dos cearenses já tinha muita casa assim espalhada, depois é que cresceu mesmo. Construíram muitas casas, asfaltaram as ruas, abriram as ruas que não tinha mesmo, era só caminho (Morador de Bacuriteua 2, 79 anos, em 10/12/2012).</li> <li>• Rapaz, às vezes eu fico lembrando de quando eu conheci aqui Bacuriteua, pra hoje. Hoje Bacuriteua é uma cidade, tem de tudo, tem muita casa, muita gente, muito movimento. Os terrenos já são muito caros e quase já não tem pra se vender. Hoje tem posto, tem essa escola aí que é grande, já asfaltaram as ruas, já tem água nas casas, agora por essa parte está muito bom, (Migrante 1, 65 anos, morador de Bacuriteua desde 1992, em 15/03/2012).</li> </ul>
---	---	--

<p style="text-align: center;">R Í T M O S  D E  V I D A</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vizinho você podia deixar o que fosse ai mesmo na rua que ninguém mexia em nada. Quantas vezes eu e meu velho não cansamos de dormir com as porta todas abertas, sem medo de nada. Saia e deixava a casa sozinha dois, três dias. Quando chegava estava tudinho em seu lugar (Moradora 3, 86 anos, em 05/02/2012).</li> <li>• Aqui era muito sossegado no sentido de não ter preocupação com bandidagem, porque não tinha, aqui só tinha o comissário e os agentes. Até o meu marido era um deles, mas todo mundo respeitava. Às vezes tinha briga, me lembro de ter tido morte mais era uma admiração. Mas, de atacarem os outros pra roubar ou invadir casa, essas coisas não tinham não (Moradora de Bacuriteua 1, 65 anos, em 05/03/2012).</li> <li>• De primeiro aí, graças a Deus, nos íamos só três mulheres, duas na reza, lá fora, na igreja junto, podia ir e voltar sem preocupação nenhuma. A gente tinha medo visagem que aprecia bem ali perto da fábrica [GELOBRÁS] (Moradora de Bacuriteua 2, 83 anos, em 04/02/2012).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agora meu amigo, se você sai daqui pra li .Se for, se manda às vezes uma criança, pois ainda acham, ainda tomam. Você que ver é, daquela fábrica ali pra cá [Gelobrás] não tem uma baixa? Ali é muito perigoso. Ali eles atacam mesmo, tá feio aí pra gente andar. Eu não tenho mais coragem de sair não. Eu digo; “oh! meus filhos. Vocês andam por aí, pelo amor de Deus, com cuidado, por que eles atacam...” (Moradora de Bacuriteua 5, 64 anos, em 12/04/2012).</li> <li>• Esse meu marido, o cara atacou ele, daqui daquela assembleia, ali, pra cá, já quase na derradeira casa. O cara atacou ele, quatro horas da tarde. Ele foi pagar o patrão, foi bem que ele já tinha pagado o patrão. O cara atacou ele: “Embora! Entrega o dinheiro, entrega o dinheiro.” Foi bom que já tinha deixado o dinheiro lá. “Entrega o dinheiro!” “Que dinheiro que eu tenho?” E ele tacou a mão nele. Não estava sabendo aqui, esperando! Esperando! Quando eu vi já vinham trazendo ele, mortinho. Foi bater no hospital (Moradora de Bacuriteua 2, 83 anos, em 04/02/2012).</li> </ul>
--	--	---

<p style="text-align: center;">I N F R A E S T R U T U R A</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antigamente, isso antes da chegada do pessoal aí de fora, era mais difícil aqui, água, que eu me lembro só tinha por aqui dois poços, que a gente tinha que ir carregar na cabeça a água. Era só caminho por aqui, não tinha nenhuma rua nem empicarrada quanto mais asfaltada. Não tinha posto de saúde. A escola só tinha até a quarta série. Isso eu estou falando já nos primeiros anos que os cearenses chegaram, (Moradora de Bacuriteua 4, 68 anos, em 14/03/2012).</li> <li>• Aqui não tinha nada de posto de saúde, qualquer coisinha a gente tinha que ir até Bragança, até para vacinar as crianças tinha que ir até lá. Pra comprar um remédio, essas coisa tudo era lá. A escola logo quando eu comecei a estudar era na sala de uma senhora aí, muito depois construíram o grupo, mas eu nem cheguei a estudar lá (Moradora de Bacuriteua 1, 65 anos, em 05/03/2012).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As escolas não funcionavam. Essa escola agora é cheia de funcionários, todos de Bragança. Hoje tem muitos funcionários qualificados né? Era só mesmo uma professorinha aqui mesmo da área do primário, inclusive eu até fui uma delas. Aí hoje não. Hoje, tem gente formado, universitário, tudo existe e naquele tempo não existia nada disso. Era, tinha a primeira até a quarta série. Existia só da primeira a quarta série e hoje em dia você tem tudo aí. Então melhorou uma parte. Quando não ia estudar para Bragança né? Quando eu digo que as meninas iam estudar de pés lá para Bragança. Pra lá elas estudavam a quinta série (Moradora de Bacuriteua 1, 65 anos, em 05/03/2012).</li> <li>• Hoje aqui na vila ninguém se aperreia mais por pouca coisa. Transporte tem direto: é taxi, é moto táxi, é ônibus mesmo que faz linha pra cá mesmo, e ainda tem os que passam para Ajuruteua. Tem escola boa, água nas casas, tem mercantil. As ruas já foram asfaltadas. Já tem que asfaltar de novo (Morador de Bacuriteua 3, 83 anos, em 14/03/2012).</li> </ul>
--	---	--

Fonte: Levantamento de campo, nov./2011 – abril/2012.

Organização: Elisamar Sousa

Com base no que foi sistematizado no quadro 6, verifica-se que o modo de vida da população tradicional de Bacuriteua foi bastante alterado a partir da chegada da indústria de pesca na vila. Todo um modo de vida estruturado por várias gerações não consegue se manter como antes, pois sua base de sustentação estava fundamentado na agricultura de subsistência e na pesca. Como já foi demonstrado em outros momentos. A população de Bacuriteua era, notadamente, composta por pescadores que se ocupavam em adquirir seu alimento em locais não muito distantes da comunidade e que, na atualidade, muitas vezes, já não querem mais consumir o pescado dessa área, mesmo porque já não há tanto recurso piscoso, como é lembrado pelos antigos moradores.

Em consequência dessa menor disponibilidade de pescado e o eventual aumento da densidade demográfica da vila, juntamente com a maior difusão de valores da sociedade urbana, percebe-se um “empobrecimento da solidariedade”, essa que por muito tempo se configurou como uma dos principais valores da comunidade.

Alia-se a esse fator, a questão do tráfico e consumo de drogas, ressaltado sem exceção nas livres narrativas, sendo apontado como o principal problema da comunidade, pois uma cadeia de problemas é gerada em função dessa atividade, agora assimilada como ilícita.

Segundo o presidente da Resex Caeté-Taperaçú, os principais problemas na vila de Bacuriteua, decorrem da indústria de pesca, a saber: derramamento de óleo (diesel e lubrificante), descarte de ossadas de peixe, resíduos de embalagens de papelão e plásticas no rio Caeté. Entretanto, o mesmo ressaltou que já há um acordo entre os gestores da Resex e as indústrias de pesca em relação especificamente aos restos de pescados resultantes do processo de industrialização. Enquanto à questão do derramamento de óleo no rio, não há nenhum trabalho sendo efetivado por parte da Resex, no sentido de fiscalizar ou conscientizar os proprietários e responsáveis das embarcações quanto à destinação adequada desse produto.

Outro ponto destacado pelo gestor da Resex é em função do tráfico e eventual consumo de drogas, não só na comunidade do Bacuriteua, mas em todo o espaço da mesma, sendo que, segundo é destacado pelo presidente:

os maiores problemas que existem hoje aqui na área da Resex são: o derramamento de óleo e os restos de pescado que são jogados no rio. Isso que as fábricas ocasionam. Mas a questão da droga é muito grave principalmente em Bacuriteua. Em todas as comunidades tem, mas no Bacuriteua é muito. E piorou muito mesmo foi depois da chegada desses barcos aí de fora. Sempre teve, mais aumentou muito os problemas. Ela preocupa porque ela está ocasionando uma pressão muito grande sobre o caranguejo. É, todo catador tem sua cota de oitenta caranguejos por dia, mais não dá porque ele tem o compromisso com a família e ainda assume o compromisso com o traficante. E ele sabe se não pagar ele morre. E aí ele vai ter que trabalhar para sustentar dois, a família e o vício (Presidente da Resex Caeté-Taperaçú, em 02/05/2012).

Verificou-se que as pessoas entrevistadas geralmente procuram relacionar os problemas das drogas em Bacuriteua, com a chegada dos migrantes, entretanto, não podemos afirmar de forma cabal que a migração foi a única indutora desse processo. Certamente, com o aumento da população da vila, houve sim um aumento acentuado no tráfico e no consumo de drogas ilícitas, proporcionalmente ao que aconteceu nas demais localidades do Município de Bragança. Várias foram as modificações socioespaciais ocorridas na vila de Bacuriteua, mudanças essas que em muitos aspectos, podemos afirmar que são irreversíveis, pois um novo modo de vida, agora mais voltado para os valores urbanos está estruturado. O tempo do capital ganha força a cada dia, em função da desestruturação do modo de vida tradicional que por muito tempo foi a característica principal da comunidade estudada.

Novas territorialidades foram firmadas, outras foram desarticuladas, sendo que em alguns aspectos (circulação, comércio, educação, infraestrutura etc.), segundo os moradores de Bacuriteua, houve uma melhora substancial, a despeito do aparecimento de problemas que não eram recorrentes nesse espaço.

No próximo tópico, procuraremos examinar as transformações socioespaciais da vila de Bacuriteua patrocinadas pelo poder público nas suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal) visando suas implicações e seus principais beneficiados.



### 3.3 Transformações do espaço, para quem?

No decorrer de seu processo histórico de formação espacial, pode-se verificar que Bacuriteua, caracterizou-se como um espaço carente de equipamentos públicos, no sentido de possibilitar uma qualidade de vida satisfatória aos seus moradores – na área da saúde, educação, transportes, segurança, lazer, dentre outros aspectos. Nota-se, entretanto, que nos últimos anos, em especial a partir de 2002, algumas ações públicas passam a ser direcionadas ao espaço dessa vila, como é apresentado no quadro 7:

**QUADRO 7 – VILA DE BACURITEUA: AÇÕES DO PODER PÚBLICO A PARTIR DE 2000.**

<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ação</b>	<b>Órgão</b>
01	2000	Construção do Posto da Polícia Militar	Prefeitura Municipal de Bragança
02	2000	Construção do Posto de Saúde da Família	Prefeitura Municipal de Bragança/SEMUSB
03	2000	Agência dos Correios e Telégrafos	Prefeitura Municipal de Bragança/ECT
04	2001	Construção da escola da Pontinha – José Antônio Martins	Sociedade civil/SEMED
05	2001	Construção do PM Box	Prefeitura Municipal de Bragança/ Empresários locais
06	2003	Implantação do Ensino Médio na Escola Estadual Maria de Nazaré César Pinheiro	SEDUC/1ª URE
07	2007	Asfaltamento de algumas vias de Bacuriteua	Prefeitura Municipal de Bragança

08	2009	Construção Escola Raimundo Martins Filho	Prefeitura Municipal de Bragança/SEMED
09	2009	Construção do Posto de Saúde Annanias Felício da Silva	Prefeitura Municipal de Bragança/SEMUSB
10	2009	Construção de casas populares	INCRA
11	2012	Construção do sistema de abastecimento de água de Bacuriteua	Prefeitura Municipal de Bragança/INCRA
12	2009	Reforma e Ampliação da Escola de Ensino Fundamental Prof. <sup>a</sup> Graziela Farias	Prefeitura Municipal de Bragança/SEMED

Fonte: Prefeitura Municipal de Bragança/ População local.  
Organização: Elisamar Sousa – março/2012.

Como se pode observar no quadro 7, várias ações do poder público foram direcionadas à vila de Bacuriteua. Ao retratarmos momentos anteriores a esse período, nota-se que as ações do poder público nesse espaço foram escassas, pontuais e temporalmente distantes, o que contrasta radicalmente com as ações desencadeadas a partir do ano de 2000. Procurou-se infraestruturar a vila de Bacuriteua, pois a mesma sobretudo já despontava como importante polo pesqueiro do Nordeste Paraense. As demandas em termos de equipamentos urbanos e de melhorias na infraestrutura e segurança historicamente existiam, mas não eram atendidas. Com o aumento de sua importância econômica para o Município, várias dessas demandas foram atendidas.

No ano de 2000, foram inaugurados o posto policial de Bacuriteua e a Agência dos Correios e Telégrafos, na administração do Prefeito José Joaquim Diogo, o que atendia à reivindicação da população local em termos de segurança, assim como no tocante a serviços de correspondência dentre outros serviços. Essas instituições atenderiam não somente à Bacuriteua, mas às suas adjacências, principalmente no aspecto da segurança pública.

Os prédios foram construídos pelo poder público municipal e posteriormente repassados a Polícia Militar e a ECT, respectivamente, as quais ficaram responsáveis pela efetivação do funcionamento das agências, fato que ocorreu logo em seguida. Entretanto, esse funcionamento não se estendeu por muito tempo, sendo que as edificações foram abandonadas algum tempo depois. Segundo levantamentos efetivados junto aos órgãos que receberam as edificações, no caso do posto policial, sua desativação é justificada pelo fato de a Polícia Militar efetivar constantemente rondas ostensivas, assim como operações na vila e em suas adjacências. A proximidade de Bacuriteua em relação à sede municipal fazia com que quaisquer ocorrências pudessem ser atendidas rapidamente pelo contingente alocado na sede.



**FOTO Nº 7 - POSTO POLICIAL DE BACURITEUA.** Inaugurado no ano de 2000, hoje se encontra abandonado e sucateado, sendo que na atualidade não há um contingente policial fixo na localidade. Todas as ocorrências policiais são atendidas pelo contingente policial da sede municipal. (Foto: Elisamar Sousa, 25/05/2012).

Ainda no ano de 2000 foi inaugurada uma agência dos Correios de Telégrafos, que, assim como o posto policial, também não funcionou por muito tempo. O encerramento das atividades desse órgão na vila foi justificado, segundo informações colhidas junto a representantes do mesmo, em função da

pouca demanda dos serviços oferecidos pela agência. Dessa forma, não se justificava a existência de um posto na vila, e também pela proximidade da mesma em relação à sede municipal.

Na atualidade, a edificação construída pelo poder público municipal para abrigar o posto da ECT é utilizada como moradia. Segundo o ocupante, com a anuência do responsável do mesmo, o que, de maneira positiva, contribuiu para a conservação do mesmo.



**FOTO Nº 8** – AGÊNCIA DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS DE BACURITEUA. A edificação construída pelo poder público municipal de Bragança, foi repassada a ECT, entretanto, pela falta de demanda dos serviços oferecidos pela mesma, logo deixou de funcionar. Na atualidade a mesma é utilizada como residência (Foto: Elisamar Sousa, 25/05/2012).

Na realidade, sobre a agência dos Correios e Telégrafos na vila de Bacuriteua, percebe-se que a construção desse prédio aconteceu mais em um aspecto político, do que propriamente como demanda da população local, pois as mesmas eram mais latentes em outros setores como: saneamento básico, educação e saúde. Soma-se a esse quadro o fato de que o seu funcionamento sempre foi prejudicado pela ausência de funcionários, convergindo rapidamente para a sua desativação. Vale lembrar também que o avanço

técnico-científico, especialmente nas telecomunicações coloca em desuso alguns dos serviços oferecidos por esse órgão.

No ano de 2001 a Pontinha do Bacuriteua recebeu a construção de um pequeno prédio que, em seguida, foi cedida à SEMED (Secretaria Municipal de Educação de Bragança). A mesma instalou no espaço, uma pequena escola, denominada “José Antônio Martins” com duas salas de aula, funcionando em dois turnos, atendendo à demanda dessa fração da vila de Bacuriteua em termos educacionais nas séries iniciais. No ano de 2009, com a construção da “Escola Municipal Raimundo Martins Filho”, a escola da Pontinha do Bacuriteua foi desativada e os alunos da mesma foram realocados nessa nova escola.



**FOTO Nº 9 – ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO MARTINS FILHO.** A mesma recebeu essa denominação em alusão ao primeiro empresário de frota pesqueira a migrar para Bacuriteua no início dos 1990. Os alunos que outrora estudavam na escola da Pontinha foram realocados nesse novo espaço. (Foto: Elisamar Sousa, 25/05/2012).

Quando aconteceu a desativação da escola José Antônio Martins, o prédio foi devolvido à família do construtor, sendo que, na atualidade, o mesmo tem a função de centro comunitário e, dessa maneira, atende à população local nesse sentido.



Outros empreendimentos, no decorrer dos anos, foram implementados pelo poder público a Bacuriteua, sempre no sentido de proporcionar uma melhor infraestrutura. Assim, reivindicações da população local que por muito tempo foram negligenciadas, passaram a ser atendidas. Recentemente, dentre essas ações, destaca-se a instalação do sistema de abastecimento de água, resultante de investimentos do Governo Federal, através do INCRA. Esse sistema, mesmo ainda não sendo inaugurado oficialmente, já está sendo utilizado pela população. O mesmo atenderá não somente à vila de Bacuriteua, como também algumas comunidades próximas, como é o caso da Vila do Meio, distante cerca de 3 (três) quilômetros de Bacuriteua.



**FOTO Nº 10 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE BACURITEUA.** Construído com verbas federais através do INCRA, vem atender a uma demanda antiga da população local da vila. (Foto: Elisamar Sousa 25/05/2012).

Outra ação que pode ser visualizada no espaço bacuriteuense é o da construção de algumas casas populares, pelo Governo Federal, através do INCRA. Essas ações têm como finalidade fortalecer a RESEX CAETÉ – TAPERAGUÁ. Entretanto, se comparada com outras localidades adjacentes, o número de casas construídas em Bacuriteua é bem pequeno, fato esse justificado por apenas uma pequena fração dessa vila estar inserida na área da Resex, como é demonstrado no mapa 6.

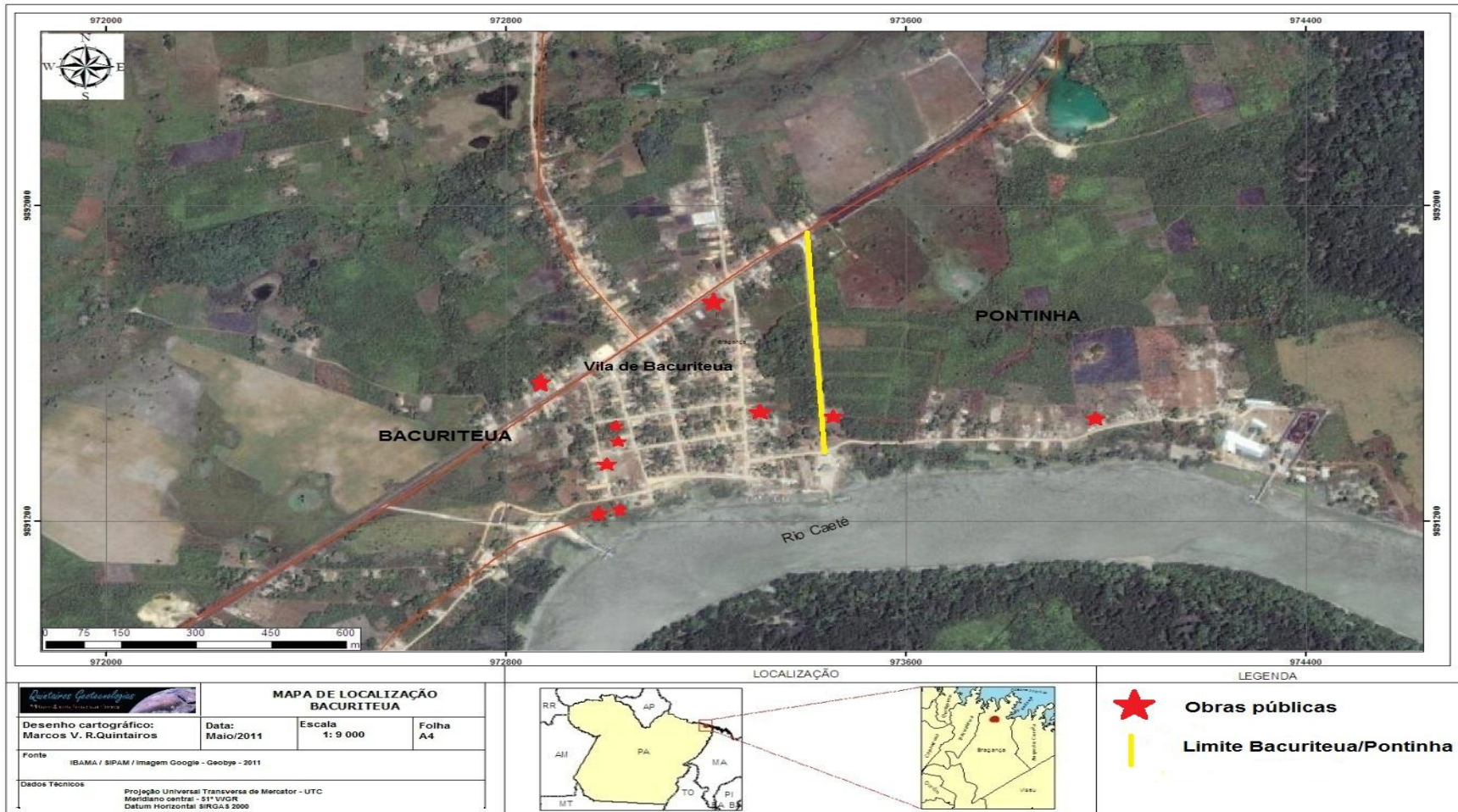


**FOTO Nº 12 – CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES.** A construção de moradias populares faz parte da política do Governo Federal, através do INCRA, para o fortalecimento da RESEX.

Visualiza-se que as ações desenvolvidas na vila de Bacuriteua estão concentradas no espaço denominado pela população local como “Bacuriteua”, reforçando, em nosso entender, a divisão socioespacial que é tanto evidenciada pela população local. Bacuriteua se sobressai como espaço que concentra as ações destinadas à vila de Bacuriteua, enquanto a Pontinha é secundarizada nesse sentido. Como exemplo dessa relação, pode-se citar a questão da pequena escola que atendia às famílias da Pontinha e que foi desativada, obrigando os alunos a se deslocarem até a nova escola, que está localizada às margens da rodovia Bragança–Ajuruteua, por sinal, bem a vista das pessoas que se deslocam em direção a esse conhecido balneário.

Outro fato é que até o momento a água do sistema de abastecimento da vila de Bacuriteua ainda não chegou às residências da Pontinha. Cita-se, ainda como exemplo, o posto de saúde Annanias Felício da Silva, inaugurado no ano de 2009 que também está localizado às margens da rodovia Bragança–Ajuruteua e está relativamente longe da comunidade da Pontinha, cerca de 02 (dois) quilômetros.





**Mapa 7 – DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS EM BACURITEUA**  
 Fonte: IBGE/SIPAM/DGS/PMB.  
 Elaboração: Marcos V. R. Quinteiros/Elisamar Sousa (Maio/2011).



No caso específico do asfaltamento das vias de Bacuriteua, toda a parte da vila denominada de “Bacuriteua” foi asfaltada, sendo que nenhuma das vias da Pontinha recebeu revestimento asfáltico. Com base nesses exemplos, dentre outros existentes, fica evidente a concentração das ações em apenas uma fração da vila de Bacuriteua. O poder público, se por um lado procura atender às necessidades básicas da população local, por outro, acentua as diferenciações espaciais na mesma. Reiteramos que as ações que foram destinadas a Pontinha, à escola José Antônio Martins e um PM Box, já não funcionam mais.

Visitamos as secretarias municipais de Pesca, de Administração, de Ação Social e de Obras, procurando identificar algumas ações das mesmas em relação à vila de Bacuriteua e, em especial, no caso da existência de tais ações, se há alguma preocupação com a manutenção do modo de vida tradicional dos moradores da vila.

Em conversa com o Secretário de Pesca do Município, questionamos sobre as ações que a Secretaria de Pesca de Bragança desenvolvia na vila de Bacuriteua e o mesmo foi categórico em afirmar que não há nenhuma ação ou projeto sendo desenvolvido por sua secretaria na comunidade em questão. Isso pode ser verificado a seguir:

Não existe nenhum projeto dessa secretária especificamente para Bacuriteua. As ações que existem são de cadastrar os pescadores e catadores de caranguejo e, também de documentar os mesmo, tirando a carteira da SEAP e também de dar suporte para eles legalizarem as embarcações, registrando na Marinha e na questão da licença de pesca. A secretaria também faz alguns levantamentos da produção de pescado lá de Bacuriteua, mas projeto mesmo assim, não há nenhum (Secretário de Pesca de Bragança, em 25/05/2012).

O que se observa é que a política desenvolvida por essa secretaria municipal está voltada para a legalização<sup>27</sup> da atividade da pesca, fato esse importante para a comunidade, no sentido de serem reconhecidos pelo Estado como pescadores. Porém, nada contribui para a preservação de seu modo de vida tradicional, haja vista que o reconhecimento dos mesmos frente à Marinha ou a SEAP, é um dos requisitos do Ministério do trabalho para que os pescadores possam trabalhar nas embarcações.

---

<sup>27</sup> A atual legislação determina que todas as embarcações para exercerem a função de pesqueiras sejam inscritas na Marinha e também possuam a licença de pesca que é expedida pela SEAP. Juridicamente, para ser considerado como pescador profissional é necessário que se tenha a carteira da SEAP.

Nas demais secretarias municipais que visitamos verificou-se que, no caso da Secretaria de Obras, existem parcerias com algumas instituições, como por exemplo, o INCRA, mas nada relacionado à preservação do modo de vida tradicional dos moradores da vila.

Em especial, pode-se destacar a atuação da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social, que, em parceria com o governo federal, operacionaliza o Programa Projovem Adolescente na vila de Bacuriteua.

Entretanto, verifica-se que esse programa não está preocupado especificamente em valorizar a cultura ou o modo de vida tradicional e, sim apresenta temáticas voltadas, em grande parte, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho, o que certamente, é muito válido. O mesmo programa é desenvolvido em várias comunidades do Município de Bragança, não havendo, porém, nenhuma variação das atividades nas diferentes comunidades, possível identificar, no sentido de valorizar as especificidades locais.

Em relação à fração do espaço de Bacuriteua conhecida como Pontinha, há um projeto do governo federal, através do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), que certamente ocasionará grandes impactos socioespaciais na área. Trata-se da implantação de um Terminal Pesqueiro Público (TPP).

Em relação ao mesmo, observamos o Estado desempenhado o papel indutor do desenvolvimento econômico local, descentralizando-se e, como afirma Santos (2006), traduzindo-se através das ações públicas de criação de infraestrutura, configurando assim, um sistema de ações e de objetos.

Tais ações, sem dúvida, estão relacionadas à demanda existente pelo empresariado local e regional, visando a dar um maior suporte à atividade da pesca nesse espaço. A política de instalação de Terminais Pesqueiros Públicos destaca-se entre as principais ações do MPA, isso em nível nacional. Dessa forma:

de acordo com o Decreto n.º 5.231/04, Terminal Pesqueiro Público é a estrutura física construída e aparelhada para atender às necessidades das atividades de movimentação e armazenagem de pescado e de mercadorias relacionadas à pesca, podendo ser dotado de estruturas de entreposto de comercialização de pescado, de unidades de beneficiamento de pescado e de apoio à navegação de embarcações pesqueiras. Ainda de acordo com este normativo, os Terminais Pesqueiros Públicos são parte fundamental da infraestrutura aquícola e pesqueira do País e funcionarão como entrepostos de pesca nas áreas litorâneas ou ribeirinhas, de acordo com a necessidade e o interesse público (BRASIL, 2012, p.2).

Dentro dessa perspectiva, o MPA tem como meta a construção de 20 (vinte) Terminais Pesqueiros Públicos, distribuídos, quase que em sua totalidade, pela faixa litorânea do País. Esses terminais encontram-se em diferentes estágios de implantação/funcionamento. Pois, enquanto alguns já estão em operação, outros ainda estão em fase de definição de área, como é demonstrado no quadro 8.

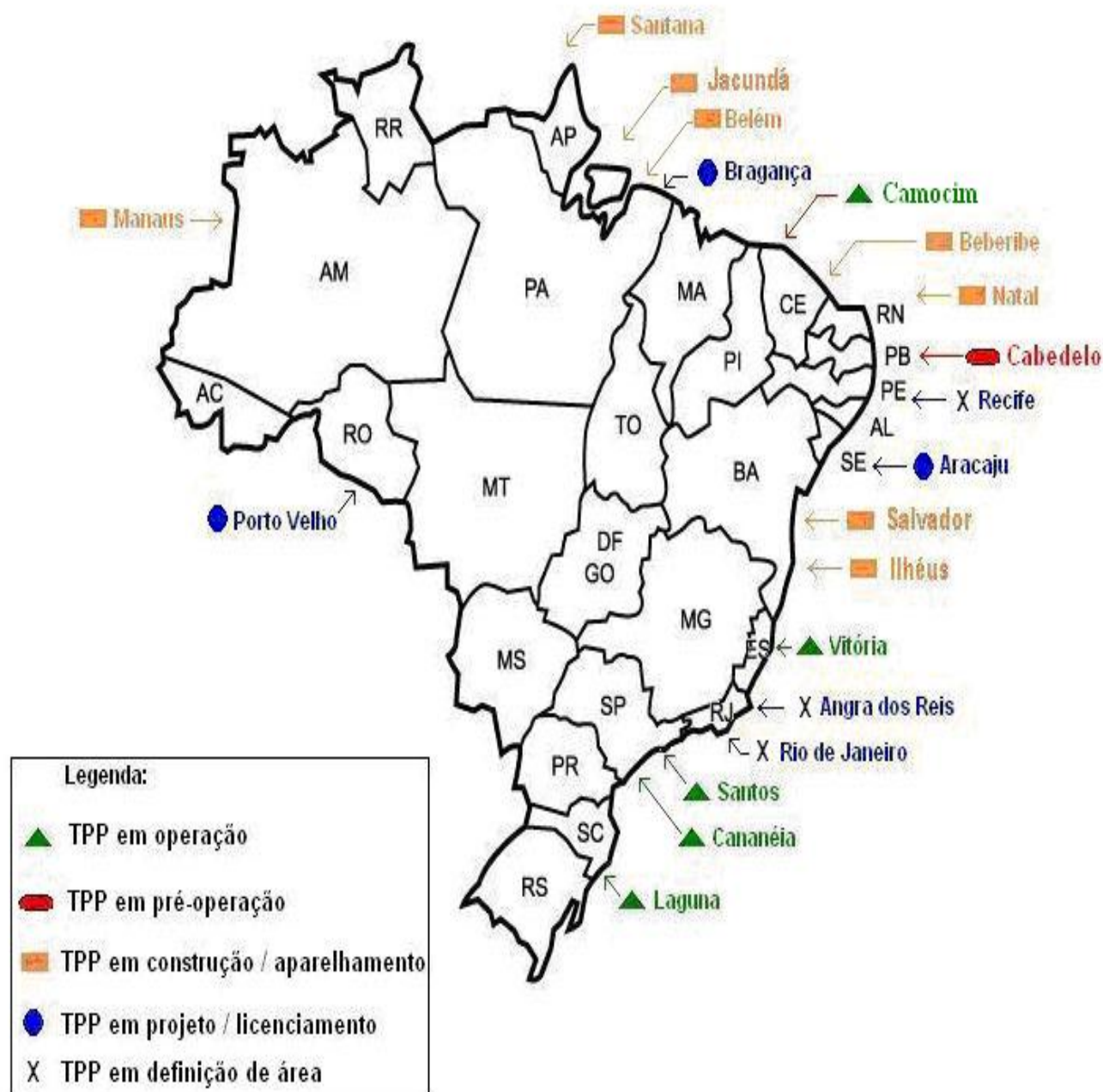
**QUADRO 8 – ESTÁGIOS DE IMPLANTAÇÃO DOS TERMINAIS PESQUEIROS PÚBLICOS.**

<b>Fase</b>	<b>Local</b>
<b>Em Operação</b>	Santos/SP Cananéia/SP Laguna/SC Vitória/ES Camocim/CE
<b>Pré-operação</b>	Cabedelo/PB;
<b>Projeto/Licenciamento</b>	Porto Velho/RO, Bragança/PA <sup>28</sup> , Aracaju/SE;
<b>Construção/Aparelhamento</b>	Manaus/AM Santana/AP Belém/PA Beberibe/CE Jacundá/PA Salvador/BA Ilhéus/BA Natal/RN
<b>Definição de área</b>	Recife/PE Angra dos Reis/RJ Rio de Janeiro/RJ.

Fonte : Ministério da Pesca e aquicultura – 2012  
Organização: Elisamar Sousa.

<sup>28</sup> No município de Bragança/PA, o terminal Pesqueiro Público será instalado na Vila de Bacuriteua.

Com base no quadro 8 pode-se visualizar que na atualidade somente 5 (cinco) terminais, dos 20 (vinte) projetados, já estão em operação. Os demais encontram-se, 1(um) em fase de pré-operação; 8 (oito) em fase de construção/aparelhamento; 3 (três) em fase de projeto/licenciamento e 3 (três) em fase de definição de área (BRASIL, 2012).



**FIGURA 2:** MAPEAMENTO DOS TERMINAIS PESQUEIROS PÚBLICOS  
Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2012.

Como é demonstrado na figura 2, o Município de Bragança é um dos três Municípios paraense que, segundo o MPA, abrigarão um terminal pesqueiro público (TPP). O mesmo já está em processo de projeto/licenciamento. Dentro do município de Bragança, a vila de Bacuriteua foi escolhida para abrigar esse empreendimento. Faz-se necessário destacar que o fato principal da escolha de Bacuriteua como sede do terminal pesqueiro público se dá em função de seu destaque econômico dentro do Município, assim como pela força do empresariado local, pois certamente essa obra pública beneficiaria tais empresários, na medida em que toda a produção pesqueira será direcionada para esse espaço.

O TPP de Bragança, como já ressaltamos, será instalado na porção de Bacuriteua conhecida como Pontinha, ao lado da atual Indústria de Pescados "Rio Caeté", como pode ser visualizado no mapa 8. Toda sua área estará localizado dentro da RESEX Caeté-Taperaçú. Certamente, com a efetivação dessa ação pública, grandes modificações socioespaciais irão ocorrer na Pontinha, como valorização fundiária e eventuais processos de desterritorialização da população tradicional que compõem a maior parte dos moradores dessa fração da vila, assim como uma aceleração no processo de desestruturação do modo de vida dos mesmos. Quem sabe a instalação do TPP, significará o atendimento das demandas, principalmente em termos de infraestrutura desse espaço?





**Mapa 8 – LOCALIZAÇÃO DO TERMINAL DE PESQUEIRO PÚBLICO DE BACURITEUA**

Fonte: IBGE/SIPAM/DGS

Elaboração: Marcos V. R. Quintairos/Elisamar Sousa (Maio/2011).

O espaço de Bacuriteua está sendo transformado, porém essas modificações socioespaciais não atendem à comunidade como um todo. Há uma divisão visível no mesmo, no momento em que as ações públicas estão criando diferenciações na espaciais, uma vez que as mesmas se encontram concentradas em apenas uma fração da vila. Indubitavelmente, a infraestrutura chegará a essa fração negligenciada de Bacuriteua, mas nos inquieta a dúvida de que quando isso acontecer, ainda teremos o mesmo conteúdo social?

A indústria de pesca sem dúvida foi muito importante para Bacuriteua, e para o Município de Bragança como um todo, se observamos pelo aspecto econômico. Um grande número de empregos diretos e indiretos foram gerados, houve uma modernização na frota pesqueira, assim como a agregação de valor ao pescado, que, anteriormente a instalação da mesma, era exportado in natura. Mas esse processo também teve um lado negativo para a população local.



## Considerações Finais

Pensar na urbanização não nos remete simplesmente em direcionarmos nossos olhares sobre a cidade, pois a mesma há muito já deixou de ser o espaço exclusivo das relações tipicamente urbanas, em um sentido de que o processo de urbanização se configura como um movimento, traduzindo-se em um modo de vida que, na atualidade, condiciona a produção e reprodução das relações sociais. Assim, a separação entre o rural e o urbano, tradicionalmente estabelecida desde a Antiguidade, ganha uma conotação muito complexa, pois, nesse sentido, a distinção entre ambos os espaços é muito tênue, ficando difícil definir os limites entre os mesmos.

A existência de comunidades tradicionais, que ainda perpetuam seus modos de vida seculares, pode ser vista como uma forma de negação à reprodução de um modelo socioeconômico homogeneizador, no qual os indivíduos simplesmente são potenciais consumidores.

Entretanto, gradativamente as comunidades tradicionais são envolvidas por novas práticas socioeconômicas e socioculturais, e o resultado desse processo de inserção é a perda de seus modos de vida seculares, em prol de um modelo de vida predominantemente urbano.

A comunidade de Bacuriteua é um exemplo desse processo, pois a chegada da indústria de pesca a seu espaço significou a desestruturação de um modo de vida pautado na valorização da solidariedade e do companheirismo, e, também, no respeito aos ritmos da natureza. A relação com o rio e o mar, assumia importância fundamental no cotidiano dos moradores, especialmente no aspecto da obtenção de alimento, que era complementado pelo trabalho desenvolvido na lavoura, esse, em grande parte, era desenvolvido pelas mulheres e pelas crianças, pois isso se fazia necessário.

As demandas dos moradores tradicionais eram diversas, e quase sempre não eram atendidas pelo poder público. A abertura da rodovia Bragança–Ajuruteua, posteriormente a chegada da eletricidade na vila, isso no início dos anos de 1980, convergem na atualidade para o mais dinâmico polo econômico do Município de Bragança e um dos mais importantes do Nordeste Paraense.

Indubitavelmente, esse processo de instalação de indústrias de pesca em Bacuriteua, foi muito importante para a economia do Município, porém, não se pode fechar os olhos para o preço pago pela população tradicional local. Mesmo gerando muitos postos de trabalho, poucos moradores locais estão ocupando os mesmos. A principal fonte de alimentos utilizada por essa população, hoje se encontra poluída, e muitos dos moradores já não consomem mais seus pescados. Muitas famílias foram desterritorializadas, perderam o sossego cotidiano, que era uma das características da vida em Bacuriteua. As safras de pescado desapareceram. Houve um processo de distanciamento entre os moradores, pois a solidariedade entre os mesmos, que era típica do lugar, só existe agora entre os mais antigos.

Há uma contradição, pois mesmo sendo o maior produtor de pescado do Município de Bragança, a vila não possui um mercado para a comercialização do produto. Da mesma forma, não se encontra peixe para ser comprado pela população da vila. O que é produzido pode ser encontrado nos supermercados da sede do Município, ou mesmo nos grandes centros regionais e em outros países.

Entretanto, esse processo de difusão de uma sociedade urbana acompanhada de formas predatórias de exploração do pescado e dos frutos do mar, é visto, tanto pela população tradicional, quanto pelos migrantes como sinônimo de desenvolvimento, pois existiam as demandas pelos serviços públicos, e com a chegada da indústria, grande parte das mesmas foi atendida. Obviamente, verificamos que as ações públicas, estão localizadas na área conhecida como Bacuriteua, enquanto a outra fração é negligenciada pelo poder público.

A população tradicional, em alguns momentos se mobilizou visando a garantir alguns espaços tradicionais de uso comum, que seriam cedidos pelo poder público municipal aos empresários.

A chegada da indústria de pesca impactou profundamente a população local, pois hoje até as embarcações que são construídas na vila obedecem ao estilo importado do Estado do Ceará. Com certeza são embarcações mais eficientes para atender à indústria de pesca, entretanto, a produção artesanal tradicional se perdeu, pois até os construtores navais são trazidos do outro estado, e os carpinteiros locais, não conseguem se inserir nesse circuito.

Não se pode esquecer que principalmente o poder público municipal, com suas ações pontuais, contribui significativamente no sentido de aumentar a separação estabelecida pela população local.

Houve uma melhoria significativa em vários serviços, como nos transportes, na educação, na saúde. Mas, hoje, a violência, a prostituição, o tráfico e o consumo de drogas fazem parte do cotidiano da população de Bacuriteua.

Nota-se que não há nas ações públicas municipais uma preocupação com a manutenção do modo de vida tradicional dos moradores de Bacuriteua. Há sim uma preocupação com a difusão de valores não locais. Assim, as modificações socioespaciais ocorridas em função principalmente da indústria de pesca acabaram por marginalizar a população local. As necessidades da comunidade foram ampliadas, fazendo com que as especificidades locais se perdessem. Há uma crescente demanda por dinheiro, pois é bem mais prático, especialmente para os mais jovens, ir ao supermercado e adquirir determinada mercadoria, do que produzi-la.

A instalação do Terminal Pesqueiro Público certamente significará que as demandas em termos de infraestrutura na porção da vila de Bacuriteua conhecida como Pontinha serão concretizadas, não em função das reivindicações de seus moradores, e sim em função desse novo empreendimento. Provavelmente um novo processo de desterritorialização da população local acontecerá, e isso poderá significar a perda total de um modo de vida secular. Conseqüentemente, o valor de uso da terra e da água será modificado pelo valor de troca.

Mesmo com o desenvolvimento de políticas por parte do governo federal direcionadas à manutenção dos modos de vidas tradicionais, como por exemplo, as RESEXs, que no caso da RESEX Caeté–Taperaçú, da qual Bacuriteua encontra-se praticamente excluída. No geral, o Estado mantém seu caráter de estímulo ao capital empresarial, industrial.

A indústria de pesca em Bacuriteua é fato consumado e parece irreversível. Preocupa-nos o fato de que outras comunidades tradicionais já estejam sofrendo semelhante processo de desestruturação de seus modos de vida em função da instalação de indústrias de pesca. Assim sendo, verifica-se que há necessidade de o poder público desenvolver ações que,

diferentemente, do que aconteceu em Bacuriteua, não contribua ainda mais para os impactos aqui discutidos e sim que reforce a preservação dos modos de vida tradicionais. Não defendemos, de maneira alguma, o isolamento para proteger essas comunidades, pois ter eletricidade ou água encanada em casa, certamente é o atendimento das necessidades básicas. Entretanto, o que queremos defender é que as inovações, em todos os aspectos, não signifique a perda da identidade, de um modo de vida.

Nesse sentido, a educação e a estrutura familiar assumem papel fundamental na configuração desse quadro. As ações públicas também são cruciais, designadamente, valorizando as especificidades locais, incentivando a criação de associações comunitárias, culturais etc., visando a uma aproximação maior entre esses agentes, não no sentido de simplesmente prepará-los para o mercado de trabalho e para um processo de reprodução ampliada de capital que contribui para um processo de degradação do modo de vida e dos recursos naturais disponíveis.

# REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: Furtado, L., Leitão, W. e Mello, A. F. d. (org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém; MCT/CNPq/Museu Goeldi: 63-81, 1993.

AVIZ, A. de. Empresas pesqueiras de Icoaraci – Pará: algumas considerações. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v 2, n. 3, jul./dez. 2006.

BARTHEM, R. B.; PETRERE Jr., M; ISAAC, V.J.; RIBEIRO, M.C.L.B.; MCGRATH, D.G.; VIEIRA, I.J.A.; VALDERAMA-BARCO, M. A pesca na Amazônia: problemas e perspectivas para o seu manejo. In: VALADARES-PÁDUA, C. & BODMER, R. E. [eds.] **manejo e conservação da vida silvestre no Brasil**. MCT-CNPq, Sociedade Civil Mamirauá, p.173-184, 1997.

BRAGA, C. F. **A Atividade pesqueira de larga escala nos portos de desembarque do estuário do rio Caeté, Bragança-Pará**. 2002. 60 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Centro de Ciências Biológicas, UFPA, Bragança-PA, 2002.

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura. Terminais Pesqueiros. In: **Unidades de apoio à cadeia produtiva**. Disponível em < <http://www.mpa.gov.br>>. Acesso em 20/04/2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 7661, de 16 de maio de 1988. **Institui** o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 23, nº 56, p. 437, 18 mai. 1988. Seção 2.

BRASIL. Decreto s/n, de 20 de maio de 2005. **Dispõe** sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 4, p. 8, 20 mai. 2005. Seção 2.

CARDOSO, E. S. Geografia e pesca: aportes para um modelo de gestão. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 14, p. 79 – 88. 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: Falangola, 1955.

DIEGUES, A. C. S. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. In: \_\_\_\_\_; VIANA, V. M. (org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: NUPAUB, 2000.

ESPÍRITO SANTO, R. V. **Caracterização da atividade de desembarque da frota pesqueira artesanal de pequena escala na região estuarina do rio Caeté**, Município de Bragança-Pará- Brasil. 2002. Dissertação (Mestrado em

Ecologia de Ecossistemas Costeiros)- Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, 2002.

FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. **Povos das águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 292p.

\_\_\_\_\_. Ocupação humana do litoral amazônico. In: PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Org.). **Ecossistemas costeiros**: impactos e gestão ambiental. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Direitos ambientais para o setor pesqueiro**: diagnóstico e diretrizes para a pesca marítima. Brasília: IBAMA/PNUD, 1999.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ - IDESP. **Município de Bragança**. Belém: IDESP, 2011.

LA BLACHE, P. V. de. **Princípios de geografia humana**. 2ª ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LEFÈBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones 62, 1997.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2008.

MAUÉS, R. H.; MAUÉS, M. A. Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Antropol.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 29-40, 1990.

MANESCHY, M.C. Notícias sobre conflitos na apropriação do mar paraense. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Antropologia.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 19-27, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ajuruteua**, uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém: UFPA, 1995.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, A. B. F. de. **A Pesca sob o Capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: Edufpa, 1985. 296 p.

MINAYO, M. C. de S. et al (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIRANDA, R. R. **Interfaces do rural e do urbano em áreas de colonização antiga na Amazônia**: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA). 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, S. C. de. **De homens e peixes**: a metamorfose da vida na água. 2002, 133 f.

\_\_\_\_\_. **Uma arqueologia dos saberes da pesca**: Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007.

NASCIMENTO, I. Tempo da natureza e tempo do relógio: tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropol.**, v. 11, n. 1, p. 5-18, 1995.

PARÁ. **Plano de desenvolvimento para o arranjo produtivo local da pesca e aquicultura da região de Bragança**. Belém, 2007.

PENNER, M. E. S. **A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico**. Belém: UFPA, 1984.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do Estado do Pará**. 1º vol. Belém: UFPA, 1967.

PEREIRA, C. **Sinopse da história de Bragança**. Belém: Falangola, 1963.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem. In: **Ratzel**. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo-SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1988.



SACK, R. **Human territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANCHES, O.; MINAYO, M. C. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239- 248, jul.-set. 1993.

SANTOS, M. A. **A cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará**: estudo de caso no Nordeste paraense. *Amazônia: Ci. & Desenv.*, Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: \_\_\_\_\_. SANTOS, M. et al (org.). **Território**, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR. 1994. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**; globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª ed. São Paulo. Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al.(Orgs). **Geografia**: Conceitos e temas. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SENA, A. L. S. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial** face à metamorfose do capital. Belém: NAEA, 2005.

SILVA, A. B. **Contribuição ao estudo do folclore amazônico na Zona Bragantina**. Funart, 1981.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIEIRA, E. F.; VIEIRA, M. M. **Espaços econômicos**: geoestratégia, poder e gestão do território. Porto alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2003.

# ANEXOS

**Anexo 1 - Abaixo assinado da comunidade de Bacuriteua contra a instalação da Pesqueira Maguari<sup>29</sup>.**

ILMº SR. PREFEITO MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Nós abaixo assinados, moradores da Vila de Bacuriteua, solicitamos através do presente documento que a cooperativa para filetagem de peixes que está prevista ser construída às margens do Rio Caeté, em frente à Vila de Bacuriteua, seja construída em outro local escolhido por técnicos da Prefeitura Municipal de Bragança para que dessa forma não apresente poluição ao meio ambiente e conseqüentemente aos moradores da nossa vila.

Bacuriteua - Bragança(PA), 31 de julho de 2001

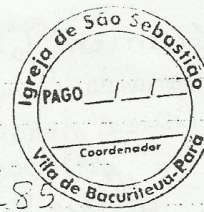
Nestes Termos

Pede e aguarda Deferimento

Assinaturas

RG

<sup>29</sup> O documento foi assinado por 169 (cento e sessenta e nove) moradores. Optamos em anexar apenas a primeira e a última página com as assinaturas, juntamente com a redação do documento.



1. Silvana Silva Barreto 4345042
2. Maria Antônia Sabino 9590885
3. Admilson Brito de Lima 3656887
4. Luciane do Socorro Brito de Lima 4110421
5. Kildiano Brito de Lima 4111047
6. Maria de Fátima Brito de Lima 4103347
7. Maria Luiza Costa Mattos 2102654
8. Rozinete Socorro Comêa 4720397
9. Joane do Socorro Nogueira do Nascimento
10. Denilene Monteiro da Silva 3863474
11. Lânia do Socorro Barroso 4143969
12. Josilene Corêa do Fê
13. ~~\_\_\_\_\_~~ 3738935
14. Wagner Corêa de Melo 4795427
15. Rosângela Barroso Corêa 4692119
16. Benedita Maria da C. Barroso 2838392
17. Marcel Domingos Comêa 2587662
18. Maria Lúcia Pereira 2587741
19. Maria de Fátima dos Santos 2630328
20. Maria Divinamente Oliveira Silva 1203271
21. Jorge Luis Mourão de Sá 3725579
22. Rosemaria da Silva Tavares 1668544
23. Valência da Silva Tavares 2196460
24. Maria Rosa da Silva Tavares 4092655
25. Dielme da S. Sua Ançojo 3139488
26. Lúcia da Silva Tavares 2195480
27. Wilson da Silva Tavares 2953377
28. Inaci Tavares da Gama 4144992
29. Rodrigo Tavares da Gama 4283247
30. Sebastião Tavares da Gama 3735619
31. Chancel Mele 1521826



José Elias Gontijo da Silva RG 2587198  
 José Carlos Abenteiro da Silva  
 Branda da Abenteiro da Silva  
 Maria Neide da Rocha  
 Ruth Lery Maria da Silva  
 Manoel Domingos Oliveira  
 Marcos de Sousa Barros  
 José Ricardo da Silva  
 Don Luiz Luis Miranda  
 Berson de Sousa Barros  
 Ivan Paulo dos Santos Peres  
 Juellene Soares Junior  
 Vanessa Ribeiro Silva  
~~Eliete Silva~~  
 Grazi dos Santos  
 Roldane da Ne da Silva Braga  
 Ana Lucia Silva  
 Edson de Oliveira  
 Antonio Francisco de Araujo  
 Francis de Almeida  
 Nelson de Almeida  
 Valdir Barbosa de Almeida  
 Manoel Reginaldo Gomes dos Reis  
 João Antonio P. Barbosa

ANEXO 2 – Empresa G. pesca é citada em revista de circulação nacional.

# 1

## PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

*Das cidades em que a carne alimenta o crescimento, 75% avançam acima da média nacional. São municípios que produzem carne bovina, frango, porco e peixe.*

	MÉDIA ANUAL DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) ENTRE 2002 E 2007
■ São José de Ribamar (MA)	8%
■ <b>Bragança (PA)</b>	<b>5,5%</b>
■ Vitória de Santo Antão (PE)	5,3%
■ Toledo (PR)	4,3%



Bragança (PA)

Um terço da população de Bragança trabalha na captura de pescada-amarela, pargo e camarão. Gilvam de Paula, de 44 anos, aproveitou a maré favorável ao negócio. Em 2002, fundou a **GPesca**, a primeira fábrica de beneficiamento de peixe da cidade. Ela conferiu independência a Bragança, que, até então, remetia sua produção a Belém para ser industrializada.

**SANDRA BRASIL, COM REPORTAGEM DE FERNANDA KUSLEVICIUS, LUIS RICARDO BÉRGAMO, MARCELO SPERANDIO, PAULA ROCHA E TATIANA MAEBUCHI**

TARSO SARRAF



**Anexo 3 – Decreto de criação da Resex marinha Caeté-Taperaçu.****Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO DE 20 DE MAIO DE 2005.**

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo nº 02018.004600/1999-51,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, Estado do Pará, abrangendo uma área de aproximadamente quarenta e dois mil, sessenta e oito hectares e oitenta e seis centiares, tendo por base as Folhas SA-23-V-A e AS-23-V-C, na escala 1:250.000, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'19.48" WGr e 0°56'3.76" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileira, segue por uma reta de azimute 231°43'02" e distância aproximada de 1.609,46 metros até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 46°37'0.36" WGr e 0°56'36.20" S, localizado na linha divisória entre os Municípios de Augusto Corrêa e Bragança, no limite do terreno de marinha, na foz do Rio Caeté; deste, segue pelo limite municipal, pelo Rio Caeté no sentido montante, por uma distância aproximada de 17.118,12 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 46°43'41.97" WGr e 0°59'38.90" S, localizado na margem direita do Rio Caeté, sobre o limite municipal; deste, segue o limite da zona terrestre de mangue, margeando o Rio Caeté, por uma distância aproximada de 10.695,10, metros até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 46°45'14.96" WGr e 1°03'09.54" S, localizado na margem direita do Rio Caeté; deste, segue para a margem esquerda do Rio Caeté, no sentido jusante, pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 19.308,79 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 46°44'54.58" WGr e 0°57'55.50" S, localizado no Igarapé Raimundo; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 7.739,27 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'12.23" WGr e 0°57'23.56" S, localizado no Rio Taperaçu; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 12.087,35 metros, até Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 46°46'55.36" WGr e 0°54'39.59" S, localizado no Rio Velho; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 13.291,77 metros até Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 46°48'38.26" WGr e 0°57'55.64" S, localizado no Furo do Jabotiteua, tributário do Rio Maniteua; deste, segue pela margem esquerda do Furo do Jabotiteua, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 3.470,29 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 46°49'25.99" WGr e 0°56'32.67" S, localizado na margem direita do Rio Maniteua sobre a linha divisória dos Municípios de Bragança e Tracuateua; deste, segue pelo limite municipal, pelo Rio Maniteua, no sentido jusante, por uma distância de 14.586,88 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'43.06" WGr e 0°50'18.48" S, localizado na foz do Rio Maniteua, no limite do terreno de marinha; deste, segue por uma reta de azimute 08°30'25" e distância aproximada de 1.609,71 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'35.35" WGr e 0°49'26.66" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras; deste, segue por uma linha eqüidistante de uma milha náutica da linha da



costa, por uma distância aproximada de 55.022,35 metros, até o Ponto 1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de cento e setenta e sete mil, cento e vinte metros e sessenta centímetros.

Parágrafo único. Ficam excluídas do polígono descrito no caput deste artigo:

I - uma área de aproximadamente duzentos e sessenta e dois hectares e setecentos e oitenta centiares, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto A1, de coordenadas geográficas aproximadas 46°37'19,05" WGr e 0°49'13,64" S, localizado na margem direita do Furo da Estiva, segue a montante pelo Furo da Estiva, por uma distância aproximada de 3.151 metros, até o Ponto A2, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'41.50" WGr e 0°50'16.95" S, na confluência do Furo da Estiva com o Furo do Maguari; deste, segue pela margem esquerda do Furo Maguari, no sentido jusante, por uma distancia aproximada de 1.991 metros, até a sua foz no Oceano Atlântico, Ponto A3, de coordenadas geográficas aproximadas 46°35'58.51" WGr e 0°50'25.69" S; deste, segue pelo limite da preamar máxima, por uma distância aproximada de 3.575 metros, ao longo da costa da localidade Ajuruteua, até o Ponto A4, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'53.33" WGr, 0°48'46.21" S; deste, segue a montante, pela margem direita do Furo do Chavascal, por uma distancia aproximada de 1.574 metros, até o Ponto A1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro de aproximadamente dez mil, duzentos e noventa metros e setenta e cinco centímetros; e

II - a Rodovia PA 458, que interliga a sede do Município de Bragança à localidade Ajuruteua, no Estado do Pará.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legitimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, para os fins previstos no art. 18 da Lei nº 9.985, de 2000.

§ 1º O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação de que trata este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Marina Silva*